

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL, SAÚDE E
COMUNICAÇÃO HUMANA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ELISIANE WOLF DE FRAGA

**CONTRARREFORMAS, OS REFLEXOS NA SAÚDE DE
TRABALHADORES PÚBLICOS FEDERAIS E FORMAS DE
RESISTÊNCIA NO PÓS-GOLPE**

PORTO ALEGRE
2022

ELISIANE WOLF DE FRAGA

**CONTRARREFORMAS, OS REFLEXOS NA SAÚDE DE
TRABALHADORES PÚBLICOS FEDERAIS E FORMAS DE
RESISTÊNCIA NO PÓS-GOLPE**

Trabalho de Conclusão de Curso da
graduação de Bacharelado em Serviço Social
da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul apresentado como um dos requisitos para
a obtenção do grau de bacharel em Serviço
Social.

Orientadora:
Professora Doutora em Serviço Social
Dolores Sanches Wünsch

PORTO ALEGRE
2022

CIP - Catalogação na Publicação

Wolf de Fraga, Elisiane
CONTRARREFORMAS, OS REFLEXOS NA SAÚDE DE
TRABALHADORES PÚBLICOS FEDERAIS E FORMAS DE
RESISTÊNCIA NO PÓS-GOLPE / Elisiane Wolf de Fraga. --
2022.
98 f.
Orientadora: Dolores Sanches Wünsch.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Psicologia, Curso de Serviço Social, Porto Alegre,
BR-RS, 2022.

1. saúde do trabalhador. 2. serviço público
federal. 3. estratégia democrática e popular. 4.
servidor público. 5. serviço social. I. Sanches
Wünsch, Dolores, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ELISIANE WOLF DE FRAGA

**CONTRARREFORMAS, OS REFLEXOS NA SAÚDE DE
TRABALHADORES PÚBLICOS FEDERAIS E FORMAS DE
RESISTÊNCIA NO PÓS-GOLPE**

Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Apresentado ao Departamento de Serviço Social do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana de Bacharelado em Serviço Social da UFRGS.

Aprovado em 18 de outubro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Professora Pós-Doutora em Serviço Social
Tatiana Reidel
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professora Mestra em Política Social e Serviço Social
Laís Duarte Côrrea
Universidade de Caxias do Sul

Professora Doutora em Serviço Social
Dolores Sanches Wunsch
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Dedico este trabalho a todas
trabalhadoras e trabalhadores que,
mesmo em face do cenário de
crueldades e desumanidades, fazem a
opção cotidiana de, ainda que cansados
e suados, insistir e resistir na criação de
outra sociedade e de dias melhores.
Que possamos, cotidianamente, honrar
todos esses esforços feitos pela nossa
classe e para nossa classe lutando pelo
bom, pelo justo e pelo melhor do
mundo.*

AGRADECIMENTOS

Inicio os agradecimentos dizendo que espero que, mais do que em palavras escritas, eu tenha conseguido demonstrar no cotidiano, através da minha vida, a gratidão que sinto a todas as pessoas envolvidas nesse ciclo que está sendo encerrado. Para variar um pouco, talvez essa seção de agradecimentos se estenda, mas, assim como no poema em que Brecht fala sobre as perguntas de um trabalhador que lê, eu gostaria de lembrar que não existiria esse momento se ele não tivesse sido construído por muitas mãos, pés e corações.

Assim, primeiramente, gostaria de agradecer à minha mãe e ao meu pai por sempre terem me acolhido e cuidado de mim, apostando na minha educação e confiando na criação que me deram, abençoando meus caminhos, ainda que nem sempre concordando com eles. Se hoje estou me formando em uma das melhores universidades do país e no melhor curso de Serviço Social do Brasil é porque teve muito trabalho e tempo da vida de vocês despendido em favor disso e eu espero sempre poder honrar a trajetória que vocês fizeram e fazem em meu favor e de meu irmão. Nessa mesma linha, se hoje entendo como uma necessidade construir um novo mundo para a nossa classe é porque tive vocês como grandes exemplos de trabalhadores e seres humanos. Obrigada por tudo e obrigada por tanto.

Agradeço ao meu irmão Ismael por sempre ter se colocado ao meu lado e ter me influenciado a seguir o caminho dos estudos, sem esquecer de onde viemos. Obrigada por ter aberto caminhos para nós. O encerramento desse ciclo tem relação com algumas sementes que foram lançadas por ti no princípio da caminhada. De semelhante forma, agradeço à minha cunhada Ana por, sempre que possível, ter se engajado e se preocupado com minha formação e sonhado comigo a conclusão desse processo. Agradeço à minha avó Ivone por sempre ter se doado por mim e meu irmão: cada expressão de carinho e cuidado, à sua maneira, foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Agradeço meu tio Sandro pelas correrias que fez e faz quando precisamos e pelas mensagens de “bom dia” que nos deixam perto, ainda que às vezes estejamos fisicamente longe. Agradeço a meus sogros, Antonia e Ari, por sempre vibrarem com minhas conquistas e por terem me acolhido de forma tão bonita em sua família, me tornando filha. Agradeço aos meus cunhados, Hugo e Zanotti, por terem acompanhado de perto a jornada e sempre disporem de tempo para comer uma besteira com o intuito de desopilar. Agradeço

aos meus sobrinhos, Angelo e Octávio, por terem me tornado tia e por me permitirem participar com carinho e muito afeto de suas jornadas de vida.

Como “toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas”, agradeço a meus colegas de trabalho por compartilharem os cansaços, as insatisfações e, sobretudo, as alegrias do cotidiano. Agradeço à Bel, Fer, Dudu, Edi, Maga, Mari, Thaiz, Julinha, Titi, Rê, Marcão, Gui, Jerônimo e Lisi. Agradeço à Paula por ter iniciado meu caminho de supervisões em estágio e por ter virado amiga. E, por falar em estágio, agradeço imensamente às e aos colegas da amada Secretaria de Saúde do Trabalhador do SINDISPREV/RS. Obrigada, Fabi pelas manhãs de chimarrão compartilhado e pela vivência interdisciplinar. Obrigada, Lili, Will e Jordan por terem compartilhado o processo formativo comigo e formarem uma ótima equipe psicossocial.

Obrigada, Dulce por ser essa grande fortaleza que és e por ter me ensinado, na prática, como ser uma boa assistente social. Me alegro muito que nossos caminhos tenham se cruzado, pois mais do que uma colega, fico feliz que tenhamos desenvolvido um lindo vínculo de amizade e irmandade. Boa parte da assistente social que se forja nesse caminho foi moldada por ti. Que possamos seguir a nossa bela parceria! Agradeço, também, à Carmen por todos os compartilhamentos que surgiram ao longo do processo de estágio. Aprendi muito contigo e queria deixar registrado que te admiro muito e te vejo como uma grande militante e assistente social – espero que tu possa se ver com essas lentes.

Em especial, agradeço ao SINDISPREV/RS e toda sua categoria de bravas e bravos lutadores que ousam lutar e ousam vencer em suas demandas. Espero que, nos desafios que ainda virão, possamos estar juntos, ombro a ombro, lutando contra o inimigo comum representado no Capital e em seu Estado. Em consonância, agradeço aos integrantes da banda El Efecto, em especial ao Tomás, por nos agradecerem com letras e composições tão potentes, sendo expressões genuínas do melhor da arte da nossa classe, e por terem compartilhado uma parte delas comigo, mas, sobretudo, com a categoria para a efetivação do Aja, Coragem!

Ainda nesta faixa de agradecimentos, gostaria de agradecer em especial a professora Dolores por sempre estar presente em minha formação, desde o primeiro semestre até as últimas linhas deste TCC. Gostaria que soubesse que te admiro muito e me foi uma honra imensa poder compartilhar contigo esse período de escrita e reflexões. És referência não apenas de trabalhadora, assistente social e

professora, mas de pessoa. Que possamos seguir nos acompanhando na vida muito mais. Agradeço a todas professoras e professores que estiveram presentes em minha formação em Serviço Social, certamente essa assistente social que sai daqui tem um pedaço de vocês. Em especial, obrigada Loiva, Tiago, Taty, Giovane, Alzira, Fernando, Solange. Obrigada, também, professor Leonardo pela acolhida dos lados da Física e pelo partilhar da concepção de luta por uma sociedade sem prisões – de mesma forma, obrigada Henrique, Sandro e Nathi! Obrigada pela paciência e pelos momentos de riso, choro e bobice, queridos colegas da Operação Rondon Minas Gerais e professores Aragon e Eráclito. Agradeço, também, à Dani e à Jana por terem criado e fortalecido um vínculo que nasce na defesa do SUS e vai para além.

Agradeço ao meu grupinho que fez a faculdade ser algo leve, ainda que nos seus dias mais pesados. Aos meninos, Estevan e Diego, obrigada pelas caminhadas até a parada e por todas as conversas trocadas. Espero que possamos seguir com essa amizade. Às minhas amigas Carlyne, Gabrielle, Deise, Gabriela, Maria Luíza, Amanda e Laura: muito obrigada por terem segurado o tranco comigo. Acredito que não teria a Lisi assistente social sem nossos compartilhamentos de surtos, alegrias, exaustão e fofquinhas – que possamos fortalecer ainda mais nossos vínculos, pois vocês se tornaram irmãs para mim. Tão irmãs que até dinda eu virei nessa graduação! Obrigada, Deise e Jonathan, pelo incrível presente que foi e é ter a Catarina nas nossas vidas. Agradeço também à Josi, ao Jorge, ao Jairo, à Petra, à Monique por fazerem parte dessa caminhada. Agradeço à Doris e ao João pelos domingos e feriados compartilhados em afeto e instrumentalização para superar esse modo de produção.

Por fim, mas não menos especial, gostaria de agradecer ao meu grande companheiro de vida e de lutas, Giorgio. Acredito que mais intimamente, só tu saibas todos os esforços, estresses e sacrifícios que foram a receita dessa graduação, e eu te agradeço por sempre ter estado comigo, me dando abrigo, carinho, conforto, risadas e amor – muito amor. Te admiro em cada passo da caminhada e sou muito grata por tudo que temos construído juntos; espero que nosso amor-camaradagem ainda gere muitos frutos que sejam para muito além de nós. Te amo demais. Obrigada por ser quem és e por compartilhar a vida boa comigo.

A todas e todos aqueles que, com nome ou sem nome marcado, tornaram isso ser possível: muito obrigada! Valeu a pena!

Dissidência ou a Arte de Dissidiar, de Mauro Iasi

Há hora de somar
E hora de dividir.
Há tempo de esperar
E tempo de decidir.
Tempos de resistir.
Tempos de explodir.
Tempo de criar asas, romper as cascas
Porque é tempo de partir.
Partir partido,
Parir futuros,
Partilhar amanheceres
Há tanto tempo esquecidos.
Lá no passado tínhamos um futuro
Lá no futuro tem um presente
Pronto pra nascer
Só esperando você se decidir.
Porque são tempos de decidir,
Dissidiar, dissuadir,
Tempos de dizer
Que não são tempos de esperar
Tempos de dizer:
Não mais em nosso nome!
Se não pode se vestir com nossos sonhos
Não fale em nosso nome.
Não mais construir casas
Para que os ricos morem.
Não mais fazer o pão
Que o explorador come.
Não mais em nosso nome!
Não mais nosso suor, o teu descanso.
Não mais nosso sangue, tua vida.
Não mais nossa miséria, tua riqueza.
Tempos de dizer
Que não são tempos de calar
Diante da injustiça e da mentira.
É tempo de lutar
É tempo de festa, tempo de cantar
As velhas canções e as que ainda vamos inventar.
Tempos de criar, tempos de escolher.
Tempos de plantar os tempos que iremos colher.
É tempo de dar nome aos bois,
De levantar a cabeça
Acima da boiada,
Porque é tempo de tudo ou nada.
É tempo de rebeldia.
São tempos de rebelião.
É tempo de dissidência.
Já é tempo dos corações pularem fora do peito
Em passeata, em multidão
Porque é tempo de dissidência
É tempo de revolução.

RESUMO: Este trabalho de conclusão de curso (TCC) estuda o tema das contrarreformas, seus reflexos na saúde de trabalhadores públicos federais e formas de resistência exercidas pela categoria, através de sua principal entidade sindical, no contexto pós-golpe de 2016. Este surgiu a partir da proposta de tentar compreender de que maneira as contrarreformas implementadas pelo Estado brasileiro no âmbito do trabalho entre 2016 e 2021 incidiram na saúde de trabalhadores públicos federais no Rio Grande do Sul. Foi usada como metodologia de análise da realidade, a materialista-histórico-dialética, e como método de pesquisa foi feito o uso da pesquisa documental: 1) percorrendo o sítio eletrônico do SINDISPREV/RS entre o período de 2016 e 2021, observando publicações que tivessem relação com as contrarreformas e resistências protagonizadas pelas e pelos trabalhadores; 2) acessando e analisando o sistema interno de atendimentos da Secretaria de Saúde do Trabalhador da entidade, a fim de fazer o cruzamento de dados de agravos à saúde das e dos trabalhadores e o contexto conjuntural de suas incidências. A partir das coletas, chegou-se ao total do universo de 433 postagens, de maneira que a amostragem final foi reduzida a 218 publicações. Após feita a análise do conteúdo das mesmas e o cruzamento de dados em saúde do trabalhador através de atendimentos junto à SST, constatou-se que as consecutivas reestruturações produtivas têm gerado cada vez mais incidências de adoecimento no seio da categoria federal, principalmente após o contexto pandêmico. De mesma forma, como espelho sem deformações de outros espaços de inserção da classe trabalhadora brasileira, a estratégia democrática e popular e a lógica do praticismo são a hegemonia dentro de nossos espaços de atuação e o fato de que grande parte de nossas ações se encontram condicionadas, limitadas e pautadas até mesmo numa lógica liberal progressista é uma comprovação de que precisamos fazer uma autocrítica profunda a nosso respeito e a respeito de nossas ações para que, a partir do entendimento de nossos erros e falhas, possamos seguir para refrear os ataques sofridos na forma de contrarreformas, assim como avançar rumo a novas conquistas que abram caminho para a construção de uma sociedade sem adoecimentos em decorrência do trabalho.

Palavras-chave: saúde do trabalhador; serviço público federal; estratégia democrática e popular; servidor público; serviço social.

LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APS	Agência de Previdência Social
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COMPESQ	Comissão de Pesquisa
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EC	Emenda Constitucional
EDN	Estratégia Democrática e Nacional
EDP	Estratégia Democrática e Popular
EPT	Estresse Pós-Traumático
FENASPS	Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FURG	Universidade Federal de Rio Grande
GDASS	Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social
GEX	Gerência Executiva
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LER	Lesão por Esforço Repetitivo
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MS	Ministério da Saúde
MTP	Ministério do Trabalho
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial de Saúde

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDP	Projeto Democrático e Popular
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PLANSAT	Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho
PNSST	Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho
PT	Partido dos Trabalhadores
RS	Rio Grande do Sul
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SINDISPREV/RS	Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no Rio Grande do Sul
SQVT	Serviço de Qualidade de Vida no Trabalho
SST	Secretaria de Saúde do Trabalhador
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCI	Termo de Concordância Institucional
TCUD	Termo de Compromisso e Utilização de Dados

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

- GRÁFICO 1:** Relação de Trabalhadores no Setor Público e no Setor Privado entre 2009 e 2013, de acordo com a OCDE **49**
- GRÁFICO 2:** Relação de Trabalhadores no Setor Público e no Setor Privado entre 2007 e 2019, de acordo com a OCDE **50**
- GRÁFICO 3:** Comparativo de Registros de Atendimentos da SST em Período Regular e em Período Pandêmico **62**
- GRÁFICO 4:** Relação das Publicações de Solidariedade de Classe e Combate às Contrarreformas entre 2016 e 2019 **71**
- GRÁFICO 5:** Relação dos Atos de Rua e das Ações Político-Institucionais Expressas nas Publicações **79**
- TABELA 1:** Comparativo entre a Porcentagem da População Composta por Trabalhadores Públicos e a Relação com os Países com Maior Quadro Efetivo em 2015 **48**
- TABELA 2:** Relação de Atendimentos da SST Ano a Ano **61**
- TABELA 3:** Relação entre Universo e Amostra Final das Publicações **65**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1. Metodologia da Pesquisa	22
1.1.1. Primeira Etapa: Identificação das Principais Contrarreformas	24
1.1.2. Segunda Etapa: Resistências Protagonizadas pela Categoria Organizada	24
1.1.3. Terceira Etapa: Cruzamento de Dados com Sistema Interno do SINDISPREV/RS	24
2. ESTADO, SUAS INTERFACES COM AS POLÍTICAS SOCIAIS E OS LIMITES DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA	27
3. AS CONTRARREFORMAS DO ESTADO BRASILEIRO E A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA E POPULAR	33
4. A SAÚDE DO TRABALHADOR EM XEQUE: a Ofensiva do Capital sobre o Trabalho e seus Rebatimentos no Serviço Público no Brasil	40
4.1. Trabalho	41
4.2. Serviço Público	45
4.3. Saúde da Trabalhadora e do Trabalhador	52
4.4. A Saúde das e dos Trabalhadores Públicos Federais em Dados	58
5. AS FORMAS DE RESISTÊNCIA PROTAGONIZADAS PELAS E PELOS TRABALHADORES PÚBLICOS FEDERAIS ATRAVÉS DE SUA ENTIDADE SINDICAL	64
5.1. A Necessidade de Superação do “Praticismo Revolucionário” no Cotidiano e do Rompimento com a Estratégia Democrática e Popular	75
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICES	93
Apêndice A: Instrumento de Coleta de Dados Institucionais	93
Apêndice B: Termo de Concordância Institucional	94
Apêndice C: Termo de Compromisso e Utilização de Dados	98
ANEXOS	99
Anexo A - interface do Site do SINDISPREV/RS em Outubro de 2022	99

1. INTRODUÇÃO

*[...] Prática
teu último ensaio.
Pois a burguesia
recria
formas & jeitos
de te fazer
sempre mais
imbecil
pacato
passivo
INTIMIDADO!!!¹*

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tem por finalidade dar visibilidade ao campo de estudos e intervenções que se referem ao trabalho e à saúde das e dos trabalhadores². Tendo em vista que estamos inseridos em uma sociedade dividida em classes e que a maior parcela da população brasileira e mundial é trabalhadora, é imprescindível que se abordem temas correlatos aos processos de saúde-doença-trabalho, a fim de que melhor compreendamos seus desdobramentos e modificações na realidade para que, a partir disso, tenhamos a possibilidade de criar estratégias de enfrentamento aos processos de adoecimento, bem como perspectivar qualidade de vida no trabalho e para além dele.

Destaca-se que neste TCC pretendemos estudar como se particularizam as contrarreformas³ executadas pelo Estado Brasileiro, alguns de seus reflexos na saúde de trabalhadores públicos federais⁴ no estado do Rio Grande do Sul e formas

¹ Trecho do poema “Cala a Boca Já Morreu”, de Luis Carlos Scapi.

² A fim de facilitar a leitura, em muitos trechos deste trabalho será convencionalizado o termo “saúde do trabalhador”, sem flexões de gênero na escrita, para descrever a categoria teórico-política a ser estudada; entretanto, ao longo do processo de investigação, serão feitos os devidos recortes de gênero que envolvem intimamente a saúde das mulheres trabalhadoras.

³ Behring (2008) caracteriza as reformas do Estado como contrarreformas, pois há uma “[...] recusa de caracterizar como reforma processos regressivos (Behring, 2008, p. 171)”, ou seja, processos em que há perda de direitos. Aqui adotaremos tal termo embasado nessa definição de Behring, contudo, aprofundaremos o uso da nomenclatura, bem como do uso desta categoria no projeto de pesquisa mais adiante no ponto 3, que aborda a fundamentação teórica relacionada às contrarreformas do Estado brasileiro.

⁴ Nesta pesquisa usaremos quase que em sua totalidade os termos “trabalhador público” ou “trabalhador público federal” em vez de “servidor público” ou “servidor público federal” (dadas as flexões de gênero), pois compreendemos que faz-se necessário que as e os trabalhadores que encontram-se lotados no serviço público entendam-se enquanto trabalhadores e não apenas como pessoas que servem, pois essa expressão denota um esvaziamento do conteúdo de classe da própria condição de trabalhadores que essas pessoas ocupam na sociedade. Não à toa, a terminologia é usual no próprio trato da gestão. Podemos comparar o termo com outros que também mascaram o conteúdo da classe dominante, tais como “funcionários”, “colaboradores”, “empregados”, etc. Aprofundaremos sobre o uso da terminologia no ponto 4.1.2, que aborda a fundamentação teórica relacionada ao âmbito do serviço público. No que se refere à publicização dos resultados desta pesquisa futuramente, sabemos que o principal descritor relacionado a publicações e a quem pesquisa sobre serviço público é o de “servidor público/servidor público federal”, e, a fim de facilitar o acesso ao material aqui desenvolvido, feitas as ressalvas dispostas no trabalho, serão utilizados

de resistência que foram encontradas pela categoria, através de sua principal entidade representativa, para lidar com os ataques no cenário pós-golpe. A escolha deste objeto surge de diversos fatores. A começar, a autora tem uma grande implicação com o tema a ser trabalhado, sendo foco de seus estudos desde a entrada em seu processo formativo em Serviço Social. A partir da experiência desta com o campo de saúde do trabalhador através da vivência de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios em uma entidade de classe foi possível observar a urgência e extrema necessidade de discussões que abordem o tema de forma séria e socialmente comprometida com o bem-estar da classe trabalhadora de modo geral, uma vez que compreende-se que a resolução desse problema não virá das mãos de nossos algozes.

Em linhas gerais, pensa-se sobre a execução deste TCC em virtude da relevância do campo de estudo e de intervenção em saúde do trabalhador e da observação de ausência de propostas voltadas à perspectiva de fortalecimento e considerações no aspecto de promoção de saúde e qualidade de vida para as e os trabalhadores no serviço público. O foco dado à saúde, na maioria das vezes, é no sentido de oferta de trabalhadores mais produtivos ou na busca de cura de “enfermidades”, mas não na promoção de saúde num aspecto que gere qualidade de vida. Além disso, é possível verificar que a falta de dados concretos sobre a categoria e os impactos das contrarreformas e ataques ao serviço público nas suas respectivas saúdes impede uma maior qualificação e direcionamento das ações por parte de suas entidades organizativas, podendo reduzir seu potencial interventivo.

O campo de estudo de saúde do trabalhador pode ser compreendido através de diversos aspectos, dentre eles, o processo de saúde-doença, que consiste na tentativa de compreensão da totalidade da saúde do trabalhador, não apenas na perspectiva de diagnosticar doenças resultantes do processo de exploração ou de acidentes em decorrência do mesmo. A compreensão do processo de saúde-doença do trabalhador permite que possamos, inclusive, refrear e evitar problemas de saúde que sejam oriundos da atividade laboral. Os fatores que formam o processo de saúde-doença vêm sofrendo fortes transformações de acordo com as mudanças no modo de produção, na intensificação de jornada e no respectivo desenvolvimento

esses descritores para que mais pessoas possam acessar os resultados que compõem essa investigação.

das forças produtivas materiais⁵ que alteram processos de trabalho, portanto a realidade concreta e a subjetividade dos sujeitos. Tais mudanças afetam diretamente na saúde das e dos trabalhadores, uma vez que alteram substancialmente também os modos de enfrentamento destas condições.

A discussão acerca do processo que envolve saúde, doença e trabalho e sua relação com os impactos das contrarreformas para os trabalhadores deve perpassar por uma análise que evidencie o contexto societário em que estes elementos estão inseridos. Por estarmos numa sociedade de modo de produção capitalista, cujas forças produtivas materiais estão bastante desenvolvidas até mesmo nos países de periferia do capitalismo mundial, como é o caso do Brasil, o processo que implica a relação entre saúde, doença e trabalho pode ser percebido de maneira desigual e combinada⁶. Nesse sentido, acompanhando o objeto com a processualidade que lhe é devida, o período que compreende os anos 1970 e 1980 é um período de intenso acirramento da luta de classes no Brasil e no mundo. Os modos de produzir a vida se modificam e se modernizam – é o momento em que dois projetos de sociedade entram em disputa e em conflito direto – gerando fenômenos mundiais como a Guerra Fria. Na década de 70, então, inicia-se o processo de reestruturação produtiva do Capital, conhecido como processo toyotista, cuja explicação simplificada pode ser dada pela compreensão do avanço da tecnologia na produção, também sendo chamada de Terceira Revolução Industrial ou Revolução Técnico-Científica Informacional. A reestruturação produtiva é a grande responsável pelo avanço mais que acelerado do imperialismo. Sob a forma do capitalismo imperialista intensifica-se a exploração no mundo todo e aumenta a necessidade de força de trabalho qualificada para esta nova forma de produzir⁷. Ainda que esta

⁵ Por “forças produtivas materiais” entende-se: a transformação da natureza por parte das e dos trabalhadores, o processo implicado nessa transformação, bem como o avanço tecnológico e o conhecimento humano aplicado pelas e pelos trabalhadores nos processos de produção e prestação de serviços.

⁶ Desigual e combinado é uma teoria de Trotsky sobre o desenvolvimento histórico e social de países considerados retardatários no capitalismo que, grosso modo, observa-se pela presença de elementos muito desenvolvidos andando lado a lado com elementos muito arcaicos. Entretanto, ainda que essa teoria seja de Trotsky, o nome foi dado por outro teórico e militante trotskista, George Novack, em sua obra “A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado na História”. Trataremos sobre o desenvolvimento desigual e combinado de forma mais aprofundada no ponto 2, que traz a fundamentação teórica relacionada ao Estado, suas interfaces com as políticas sociais e os limites da emancipação política.

⁷ Nas palavras de Lenin (2012), “o imperialismo é o capitalismo no estágio de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro; em que a exportação de capitais adquiriu marcada importância [...]” (Lenin, 2012, p. 124). Dessa forma, o imperialismo consiste na dinamização de processos de exploração a nível mundial, não mais tendo nas barreiras geográficas e culturais um impedimento para a concretização do lucro e, assim, para que haja mais

necessidade de força de trabalho qualificada tenha começado a surgir pelos anos 80, no Brasil, a mesma se expressa de forma explícita principalmente nos anos 2000.

Acompanhando a estrutura econômica da sociedade, este é o momento em que começam a se modernizar também as estruturas políticas, jurídicas e ideológicas⁸, ou seja, as formas de Estado. Com a modernização do Estado brasileiro acompanhando a reconfiguração dos processos produtivos, há a promulgação da Carta Magna de 1988 (ou, ainda, Constituição Cidadã), e, em seguida, com o governo Collor, na década de 1990, intensifica-se a ideia de “reformas no Estado” e a campanha de “enxugamento da máquina pública”. No entanto, é em 1995 que vemos uma mudança mais substancial com a proposta de (Contra)Reforma do Estado assinada por Bresser-Pereira no governo FHC. Processo, este, que foi bastante acelerado nos anos 2000, alterando drasticamente as características do trabalho nos serviços públicos do país, que passaram a contar com os princípios da economicidade, excelência, eficiência e produtividade: mais conhecido como gerencialismo. Nessa perspectiva,

lucro (que é o objetivo central do capitalismo), necessita-se intensificar a exploração das e dos trabalhadores. Atualmente, isso se faz nos moldes de maquinários cada vez mais complexos e desenvolvidos, assim como na necessidade de trabalhadores cada vez mais qualificados para operar determinadas máquinas e participar de determinados processos produtivos. Além disso, os processos são otimizados e novas metodologias de produção e de extração de mais-valia são postos em prática. Muitos utilizam a terminologia “neoliberalismo” como sinônimo de imperialismo ou, ainda, o compreendem como o movimento de anexação de territórios (perspectiva de Kautsky), entretanto não faremos dado corte neste TCC, pois não temos acordo com tal análise. Assim como no Serviço Social não denominamos de “nova questão social” ou “neo questão social” as diferentes expressões da questão social que surgem com o desenvolvimento do capitalismo, achamos errado denominar “neoliberalismo” diferentes expressões do próprio capitalismo, uma vez que, assim como no caso da questão social, o modo de produção segue sendo o mesmo (ainda que mais desenvolvido e tendo chegado à sua etapa superior, imperialista), as classes sociais seguem sendo as mesmas (com diversas disposições e semi-classes, como a pequena-burguesia, mas com conflito ainda concentrado entre burguesia e proletariado) e o confronto da luta de classes segue sendo o mesmo (produção social da riqueza e apropriação privada desta produção através da manutenção da propriedade privada dos meios de produção e da exploração da força de trabalho das e dos trabalhadores). Para nós, a utilização de termos como “neo, ultra, ultraneo”, etc. para elementos que não são novos, mas apenas vestem novas roupagens, resume-se a, como traz Lenin (2012), ***inventar novas e sapientíssimas palavras mediante a substituição de um prefixo latino por outro, tentando fazer passar por marxismo coisas que não o são***. Para mais, consultar LENIN, V. I. IMPERIALISMO – ESTÁGIO SUPERIOR DO CAPITALISMO. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

⁸ Quando, neste projeto de pesquisa, utilizamos os termos “ideológico” e “ideologia”, buscamos fazê-lo no sentido marxiano das expressões que consiste em uma forma social determinada de consciência, que é, na verdade, não um mero conjunto de ideias, mas conteúdo de dominação de uma classe sobre outra que se expressa das mais diversas formas: jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas, e outras. Para mais, consultar MARX, Karl. ENGELS, Friederich. A IDEOLOGIA ALEMÃ. São Paulo: Martin Claret, 2010; e IASI, Mauro Luis. IDEOLOGIA... QUER UMA PRA VIVER? in: Ensaio sobre Consciência e Emancipação. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011, p. 77 a 78.

os recursos gerenciais de flexibilização da ordem administrativa não possuem finalidade em si, eles são funcionais para a manutenção da relação de dominação racional-legal e tradicional que se mantém necessárias e imbricadas para implementar o projeto de transnacionalização radical da economia nacional, sob condução do pacto de dominação conservador. Sendo assim, esse quadro de contrarreforma do Estado e de contrarreforma administrativa produz o estreitamento de condições para a ampliação e universalização de direitos e a redução das possibilidades de construção e fortalecimento da espinha dorsal burocrática necessária para conduzir políticas públicas universalistas (SOUZA FILHO, 2009, p. 9)

Assim, ao longo dos últimos trinta anos, ou seja, tendo como referência o início na década de 90 do século XX, observamos sucessivas alterações no interior dos serviços públicos que se referem tanto à adoção de inovações tecnológicas e organizacionais, em graus variados de profundidade e extensão, quanto à percepção e reação das e dos trabalhadores envolvidos. As contrarreformas na administração federal afetam diretamente as condições de trabalho e de aposentadoria das e dos trabalhadores públicos federais e isso se consolida por parte de todos os governos que passaram pelo Estado brasileiro nos últimos anos, a exemplo de FHC (1995) com a contrarreforma do Estado; de Lula (2003) com a contrarreforma da previdência; de Dilma (2015) com ajuste fiscal e alterações na previdência; e, chegando ao nosso recorte temporal, de 2016 a 2021, que é marcado principalmente pelo golpe de Temer, que oferta à burguesia a Emenda Constitucional 95 (2016) e a Contrarreforma Trabalhista (2017); e com a tragédia de Bolsonaro (2019) com mais uma Contrarreforma da Previdência.

As mudanças na gestão dos órgãos partícipes, as constantes alterações no âmbito do trabalho e emprego no país referentes aos movimentos políticos igualmente observados no atual Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)⁹, a Emenda Constitucional 95 de congelamento de gastos públicos por vinte (20) anos, a contrarreforma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a contrarreforma da previdência¹⁰ apresentam-se como a explicitação do desmonte¹¹

⁹ Após oitenta e oito (88) anos de atividade, o Ministério do Trabalho (com diferentes nomenclaturas ao longo dos anos) foi extinto no início do governo Bolsonaro (2019), tendo virado uma secretaria especial do Ministério da Economia. Em julho de 2021 foi recriado novamente sob o título de Ministério do Trabalho e Previdência Social.

¹⁰ A essas contrarreformas específicas daremos ênfase no ponto 3, que aborda nossa fundamentação teórica com relação a este tópico.

¹¹ A utilização da terminologia “desmonte” provém da compreensão da mesma sendo oriunda do verbo transitivo direto “desmontar” que é algo que “causa a ruína de; destrói, arrasa, arruina, desfaz” (HOUAISS, 2022). Aqui, utilizamos o termo compreendendo que cada contrarreforma verifica uma ação de destruição do que outrora estava posto na condição de direito. Contudo, cabe destacar que entender que houve o desmonte de algo não é sinônimo de que esse algo no âmbito dos direitos fosse plenamente constituído ou que tivéssemos pleno acordo sobre sua constituição. Um exemplo

do sistema de proteção social brasileiro. Tais fatores acabam impactando diretamente nos serviços prestados pelos trabalhadores federais, gerando, conseqüentemente, repercussões diretas ao processo de saúde-doença desses trabalhadores, elevando o processo de adoecimento na jornada e para além da mesma. Em função da densidade dos elementos que aqui trazemos, pretendemos, no ponto que traz nossa fundamentação teórica, melhor explorar as questões históricas, econômico-políticas e processuais que envolvem esse contexto relacionado à categoria de trabalhadores federais aqui brevemente mencionado.

Este cenário de agudização das condições de vida e trabalho da categoria observada e ao todo da classe trabalhadora nos coloca frente a muitos questionamentos e possibilita muitas indagações e reflexões. Para tal, a pesquisa em questão apresentou delimitações específicas quanto ao tempo histórico que pretende investigar em relação a ataques na forma de desmontes e a formas de resistências protagonizadas pela categoria. Quanto ao que nos fez direcionar o processo investigativo, num primeiro momento, pensou-se em trabalhar contrarreformas que não fossem em períodos explícitos de ataques¹², mas em períodos de suposta identidade entre Estado/governo e população na forma de um aparente “governo de trabalhadores”. Entretanto, tendo em vista o *quantum* de informação a ser absorvida, analisada e interpretada, percebe-se que os limites são extrapolados para o que esse trabalho exige. Assim, o lapso temporal deste estudo

disso é pensarmos o desmonte da educação. O modelo que se tinha anteriormente não era uma demonstração genuína do direito à educação que não se desse de forma bancária e acrítica; todavia, a contrarreforma do novo ensino médio materializa mais uma derrota aos setores mais proletarizados da classe trabalhadora no que se refere ao acesso à educação pública e de qualidade.

¹² Quando falamos em reformas ou contrarreformas que não seriam de tempos explícitos de ataques, é pensando que nos governos golpista de Temer (2016-2018) e reacionário de Bolsonaro (2019-2022) não se espera quaisquer tipos de ações em prol da classe trabalhadora, ou seja, os ataques são previstos, ainda que tenham que ser enfrentados com a maior rigidez; diferentemente do que foram os governos de conciliação de classes cuja *maior expressão era o Partido dos Trabalhadores (PT)*^A, onde não se esperavam tais ataques e os mesmos aconteceram num cenário de ilusões, de forma a pavimentar o caminho para o cenário ao qual nos encontramos hoje. Nesse caso, por exemplo, podemos até citar o fato de o SINDISPREV/RS ter sido filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) até a primeira ação do governo Lula (2003) de impor uma contrarreforma previdenciária que retirou muitos direitos de trabalhadores públicos federais.

^A Sobre o PT enquanto a maior expressão é porque, mesmo com o projeto democrático e popular (PDP) sendo colocado em curso hegemonicamente por quase todo campo popular e da “esquerda”, quem foi o principal responsável por sua formulação e reprodução foi o PT através dos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), mas também na sua militância para chegada ao Estado e à ocupação dos espaços institucionais. Semelhante exemplo pode se dar quando falamos do período anterior ao PDP em que a principal estratégia de luta no Brasil era a estratégia democrática e nacional (EDN), cuja principal expressão foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB), até o golpe empresarial-militar dado em Jango, em 1964 – fato que mudou os rumos estratégicos de resistência no país. Falaremos mais a respeito adiante no ponto 3.

situa-se pelo golpe de 2016. Para tal, apresenta-se como problema da pesquisa compreender ***de que maneira as contrarreformas implementadas no âmbito do trabalho entre 2016 e 2021 pelo Estado brasileiro incidiram na saúde de trabalhadores públicos federais no Rio Grande do Sul.***

A fim de responder questões como ***“de que formas o Estado e suas instituições atacaram as e os trabalhadores federais?”*** e ***“de que maneira as organizações representativas da categoria auxiliam na defesa da saúde das e dos trabalhadores?”*** desenvolve-se essa pesquisa.

Também evidencia-se que, dentre os objetivos para esse processo investigativo, destaca-se como geral o de analisar as contrarreformas implementadas entre 2016 e 2021 pelo Estado brasileiro com vistas a conhecer os impactos gerados nas condições de trabalho e saúde das e dos trabalhadores públicos federais no Rio Grande do Sul. Como desdobramento deste objetivo, de forma mais específica, almeja-se: 1) Identificar as principais contrarreformas implementadas entre 2016 e 2021 pelo Estado brasileiro e especificamente pelos órgãos partícipes no âmbito do serviço público federal nas políticas de saúde, trabalho e previdência social; 2) Dar materialidade histórica aos principais ataques sofridos por trabalhadores públicos federais das políticas de saúde, trabalho e previdência social entre 2016 e 2021 através da documentação cronológica dos ataques e das manifestações de resistência a fim de que essas informações não se percam na trajetória da categoria e da classe trabalhadora como um todo; 3) Identificar possíveis reflexos na saúde das e dos trabalhadores públicos federais das políticas de saúde, trabalho e previdência social após a implementação das contrarreformas supracitadas; e, 4) Contribuir para o fortalecimento da organização e da luta das e dos trabalhadores públicos federais inseridos nas políticas de saúde, trabalho e previdência social no Rio Grande do Sul em defesa de melhores condições de trabalho e saúde para a categoria.

Para demonstrar como se deu esse processo investigativo, no ponto seguinte desta introdução abordaremos a metodologia que foi utilizada para a construção da pesquisa. Na sequência, apresenta-se o capítulo dois que buscará evidenciar o papel do Estado nas suas interfaces com as políticas sociais e os limites da emancipação política. Já no capítulo três são demonstradas as contrarreformas do Estado brasileiro e a devida problematização sobre as consequências na saúde das e dos trabalhadores públicos federais. A saúde das e dos trabalhadores, no contexto

atual, a partir da ofensiva do Capital sobre o Trabalho e o serviço público, serão destacadas no capítulo quatro, bem como busca-se, neste capítulo, dar visibilidade à Saúde das e dos Trabalhadores Públicos Federais através de dados sobre demandas e atendimentos realizados pela Secretaria de Saúde do Trabalhador (SST) do Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no Rio Grande do Sul (SINDISPREV/RS), que essa autora esteve inserida como estagiária de Serviço Social, com intervalos temporais, de agosto de 2019 a outubro de 2022. No último capítulo, abordaremos as formas de resistência protagonizadas pelas e pelos trabalhadores públicos federais através do sindicato da categoria, por intermédio da pesquisa documental, tendo como fonte o sítio eletrônico do SINDISPREV/RS: foi observada a totalidade das postagens/notícias veiculadas neste espaço entre os anos de 2016 e 2021, as quais evidenciam os respostas aos principais ataques às e aos trabalhadores federais. Além disso, há um subcapítulo que faz apontamentos sobre formas de enfrentamento e acerca da necessidade de superação da forma praticista de ações no cotidiano, bem como de realizar um rompimento com a estratégia de luta democrática e popular. Por fim, são tecidas considerações finais, apontados limites e traçadas perspectivas deste estudo diante do contexto sócio-histórico que nos está posto.

1.1. Metodologia da Pesquisa

Creemos ser importante ressaltar que apenas a nomenclatura de algo não define seu conteúdo. Achamos significativo identificar o método de análise da realidade aqui utilizado: o materialismo-histórico-dialético. Sendo assim, este aporte teórico-metodológico nos ajuda a analisar e intervir na realidade objetiva, levando em conta sempre a construção histórica movida pela luta de classes, compreendendo, assim, a materialidade numa perspectiva não apenas subjetiva, do ponto de vista individualizante, mas com uma ida ao aspecto coletivo da sociedade, ou seja, tendendo à totalidade de um determinado objeto, ponto de vista, conjuntura e afins. Dessa forma, percebe-se sua dinamicidade dialética, pois vai além da metodologia positiva, que não pode compreender a unidade de contrários encapsulado nas diversas esferas da realidade social, onde o ser e o não ser coabitam, ao mesmo tempo e na própria relação de si mesmo. Quanto ao método, cabe situar que a perspectiva materialista-histórica-dialética é uma das três grandes

tendências filosóficas que tentam dar conta da compreensão da realidade (Lessa e Tonet, 2011) e esta tendência é uma contraposição direta ao idealismo e ao materialismo mecanicista. Como disse Marx,

[o] método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo de pensamento [...] é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano por ele interpretado (MARX, 1986, p. 16).

Sendo assim,

[...] o materialismo-histórico-dialético concebe o mundo dos homens como a síntese de prévia-ideação e matéria natural. **Nem apenas ideia, nem só matéria, mas uma síntese entre as duas**, tipicamente usada no e pelo trabalho, que origina uma nova forma de ser: o mundo dos homens *[e das mulheres]*. (LESSA e TONET, 2011, p. 44, *adendos e grifos nossos*).

Com base nisso, além da metodologia de análise da realidade, evidenciamos aqui a metodologia para o exercício da pesquisa. Desenha-se um processo de pesquisa: I) exploratória, que pretende “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]” (Gil, 2007, apud Gerhardt e Silveira, 2009, p. 37) e, também, II) explicativa, que busca “[...] identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Ou seja, este tipo de pesquisa explica o porquê das coisas através dos resultados oferecidos” (idem).

De acordo com nossos objetivos, a pesquisa foi desenvolvida na forma de revisão documental (Rummel, 1972 in Marconi e Lakatos, 1996), em que: a) enfatizou-se a identificação das principais contrarreformas; b) construiu-se uma linha do tempo histórica representando ataques por parte do Estado e dos órgãos e ações de resistência por parte da categoria no período do pós-golpe, entre 2016 e 2021; e c) destacou-se os principais tipos de acesso e demandas de trabalhadores públicos federais, com relação à sua entidade sindical de referência por intermédio de sua secretaria de saúde do trabalhador.

Abaixo, estão descritas as etapas tomadas, mas salienta-se que estão postas como “primeira, segunda e terceira”, linearmente, para fins pedagógicos de compreensão das e dos leitores; entretanto, assim como o método de análise da realidade aqui utilizado, a escrita não se deu de forma linear e mecânica, de modo que os dados resultantes das etapas se inter-relacionam ao longo da escrita.

Para todas as etapas foram feitas análise documental e análise de conteúdo. Para tal, usamos por base Marconi e Lakatos (1996) e Bardin (2016), cujas análises a partir dos achados da pesquisa serão apresentados e distribuídos ao longo dos capítulos do TCC.

1.1.1. Primeira Etapa: Identificação das Principais Contrarreformas

Para a primeira etapa, a amostra se deu da legislação das medidas que caracterizam-se como contrarreformas nos anos de 2016 e 2021, sendo elas a Emenda Constitucional 95, a Contrarreforma Trabalhista e a Contrarreforma da Previdência. Nesse caso, as fontes, por terem sido publicadas, caracterizam-se como fontes secundárias.

1.1.2. Segunda Etapa: Resistências Protagonizadas pela Categoria Organizada

Para a segunda etapa, a amostra se deu através de publicações feitas pela principal entidade sindical da categoria regionalmente, o SINDISPREV/RS, em seu *site*, entre 2016 e 2021; nestas foram selecionados materiais que tratam sobre os ataques sofridos e as resistências protagonizadas pela categoria federal. O critério para a seleção das matérias publicadas pelo sindicato se deu a partir de notícias e denúncias de ataques à categoria, atividades organizadas pela entidade e respostas e resistências desta aos ataques. Também aqui podemos relacionar fontes secundárias. Para melhor sistematização dos dados obtidos e a fim de facilitar a análise dos mesmos, construiu-se um modelo de tabela para preenchimento, conforme pode-se observar no apêndice A¹³.

1.1.3. Terceira Etapa: Cruzamento de Dados com Sistema Interno do SINDISPREV/RS

Para a terceira etapa, foram utilizados dados de atendimento do sistema interno do SINDISPREV/RS a fim de demonstrar quais são as principais demandas

¹³ No apêndice, o modelo mostra os itens a serem analisados e consta apenas o mês de janeiro de cada ano para não tornar o documento muito extenso nesse projeto de pesquisa, entretanto o instrumento faz uso dos meses de janeiro a dezembro de cada ano selecionado.

e origens de acesso de trabalhadores públicos federais para com sua entidade através da Secretaria de Saúde do Trabalhador¹⁴. A partir dos dados, foram feitos os cruzamentos necessários para responder os questionamentos propostos para a pesquisa, assim como para cumprir com os objetivos aqui dispostos.

Como este TCC é o de uma, até então, futura assistente social, o projeto de pesquisa é alicerçado no Código de Ética Profissional de Assistentes Sociais (1993) que orienta e garante parâmetros éticos para o exercício profissional em Serviço Social. Dentre os parâmetros éticos de conduta, este TCC tem por objetivo, em conformidade com o Código de Ética,

[...] garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais [...] (CFESS, 1993, p. 29).

Para cumprir com essas propostas, desenvolveram-se documentos que resguardam as e os trabalhadores, na condição de usuários do serviço da SST. Assim, apresenta-se o Termo de Concordância Institucional (TCI), que encontra-se como apêndice B, que permitiu à estudante o uso de dados de atendimentos da Secretaria de Saúde do Trabalhador (tais como número de atendimentos feitos pela SST, classificação, faixa etária, órgão, vínculo, entre outros, resguardadas as identidades das e dos usuários). Na sequência, foi emitido o Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD), exposto enquanto apêndice C, preenchido e assinado pelas pesquisadoras e entregues ao SINDISPREV/RS, de maneira a ressaltar a implicação na utilização dos dados para fins da pesquisa e não pessoais ou de terceiros.

No que se refere aos aspectos éticos da pesquisa, o projeto foi submetido à Comissão de Pesquisa (COMPESQ) do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana, tendo sido aprovado. Após sua aprovação, por se tratar de, em primeiramente, uma pesquisa com seres humanos, foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana (CEP), via Plataforma Brasil, sob o número 59405622.9.0000.5334, sendo analisado e considerado adequado e aprovado quanto aos termos de apresentação obrigatória – documentos, estes, referidos acima. Entretanto, destaca-se que o presente projeto de pesquisa submetido ao

¹⁴ Convencionaremos ao longo deste trabalho a sigla SST para falar sobre a Secretaria de Saúde do Trabalhador do SINDISPREV/RS.

CEP previa mais duas etapas de coletas de dados, a saber: a) aplicação de um questionário sobre o processo de saúde-doença de trabalhadores públicos federais e sua relação com as contrarreformas, a fim de traçar um perfil da categoria (em aspectos étnico-raciais, de gênero, sexualidade e territorialidade), seu quadro de saúde física e mental e suas principais demandas; e b) realização de grupos focais com trabalhadores das políticas de saúde, trabalho e previdência no Rio Grande do Sul. Assim, considerando o tempo restrito para a produção do TCC, não foi possível realizar as etapas subsequentes, sendo informado ao CEP as mudanças metodológicas do projeto.

Destaca-se que esta pesquisa tem grande potencial benéfico para a realidade coletiva da categoria em muitos aspectos, dentre eles, alicerçados na consideração presente no Código de Ética de assistentes sociais (CFESS, 1993, p. 29), que trata sobre “devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento de seus interesses”. Para tal, pretende-se fazer deste TCC, ao seu final, uma devolução dos principais achados da investigação, inicialmente à diretoria do SINDISPREV/RS, bem como objetiva-se realizar um evento que seja aberto ao público para apresentar o presente estudo, debater e ampliar o desvendamento dos impactos das contrarreformas na saúde de trabalhadores federais no Rio Grande do Sul. Além disso, há o benefício de poder contribuir para o fortalecimento das lutas da categoria ao obter informações científicas e reais sobre a atual situação das e dos trabalhadores federais das políticas de saúde, trabalho e previdência social no Rio Grande do Sul, garantindo, dessa forma, uma melhor compreensão da atual conjuntura, permitindo perspectivar ações interventivas mais estratégicas e decisivas; o de fazer com que as e os trabalhadores envolvidos na pesquisa possam passar por um processo reflexivo de autocompreensão enquanto trabalhadores e de exercício de vigilância e resguardo individual e coletivo no que se refere à sua saúde na jornada e para além da mesma; o de caminhar para o enrobustecimento do campo de estudos e pesquisas em saúde do trabalhador num viés crítico e não meramente secular; o de qualificar os serviços prestados à população ao ter trabalhadores executores das políticas mais sadios e gozando do direito de trabalhar sem adoecer; entre outros.

2. ESTADO, SUAS INTERFACES COM AS POLÍTICAS SOCIAIS E OS LIMITES DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

*Rompe, rasga
desrespeita a ti e a
quem mais se oponha
subverte,
esses valores
que nunca
foram teus.
Explode
tua jugular
e como que rompendo
hidrelétricas
caudaloso
e feliz
FALE
dos sonhos,
que juntos
transformaremos
em planos de ação.¹⁵*

O conceito de Estado, grosso modo, pode ser definido como um poder político que é exercido sobre uma sociedade (Pereira, 2008); porém há diferentes teorias de Estado e da relação entre Estado e sociedade. O entendimento de Estado ancorado nas concepções de Marx e Engels é o que adotaremos na construção deste projeto. Os autores afirmam que o Estado é um produto das relações sociais de produção, sendo operado pela classe dominante como estrutura de dominação e controle da sociedade, materializando “a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns” (Marx e Engels, 2010), ou que o mesmo “é um comitê/balcão de negócios para gerir os negócios da burguesia” (Marx e Engels, 2008). Nas palavras de Engels (1984, p. 24), o Estado é

[...] a confissão de que a sociedade se meteu em um antagonismo inconciliável do qual não pode se livrar, daí uma força que se coloque aparentemente acima da sociedade para manter tal conflito nos limites da ordem.

Sendo uma superestrutura jurídica, política e ideológica, o Estado tem como função conciliar as lutas de classes que acontecem na estrutura econômica da sociedade e isso desde a divisão da mesma em classes sociais – para cada período histórico há uma forma de Estado e uma forma de sociedade e produção social da vida. A relação estabelecida entre Estado e Sociedade Civil remonta o período do início da implementação do capitalismo. O termo, de origem alemã, “*bürgerliche*

¹⁵ Trecho do poema “Cala a Boca Já Morreu”, de Luis Carlos Scapi.

Gesellschaft”, remete ao caráter de classe que essa sociedade também constitui: burguesa¹⁶. É importante termos isso em mente, pois é a partir dessas compreensões anteriores que é possível pensar limites e desafios no que se refere a uma proposta de gestão “democrática” no âmbito das políticas sociais no Brasil atualmente, como é o caso dos serviços que voltamos nossos olhares nesta pesquisa.

A democracia, para muitos, é aquilo que Coutinho (1979) descreveu como tendo valor universal e sendo substantiva, ou seja, como essência e como um fim. Entretanto, nossa concepção, compreendendo o cenário da luta de classes e o papel e o caráter do Estado, vai na perspectiva contrária, compreendendo a democracia como um meio e não um fim, ou seja, tendo caráter adjetivo e, dentre os adjetivos que podemos destacar nesse modo de produção, cabe o burguês¹⁷. Quando utilizada para fins da institucionalidade burguesa (tanto na sua principal forma, a exemplo das eleições burguesas municipais, estaduais e nacional; como nas formas reduzidas, tais como eleição de delegados para cargos/tarefas institucionais e não classistas), a democracia pode ser um importante instrumento de cooptação e apassivamento da classe trabalhadora (Iasi, 2013), independentemente da intencionalidade que seja posta no processo democrático. Isso porque a democracia, enquanto forma política nesse modo de produção, carrega um conteúdo e a expressão da classe social burguesa que dá a todos, numa situação completamente desigual, uma perspectiva igual de ação e decisão; entretanto, essa perspectiva igual de ação e decisão não gera grandes impactos na estrutura econômica da sociedade, quando muito, seus reflexos se dão no campo superestrutural. Como nos traz Marx (2008, p. 49 e 50), a transformação que se

¹⁶ Como nos traz Konder (1991, p. 16), “em alemão, a expressão ‘*bürgerliche Gesellschaft*’, usada por Hegel, significa tanto ‘sociedade civil’ como ‘sociedade burguesa’, já que a única forma de sociedade civil que podia ser pensada era aquela que nascia com a burguesia. Nela se combinavam, então, a garantia da propriedade privada e a proteção aos direitos do homem e do cidadão”.

¹⁷ O destaque se dá a esse modo de produção, pois a democracia não é produto da burguesia, mas remonta o período histórico que concerne à Grécia Antiga, onde, em Atenas, apenas os cidadãos podiam participar das decisões democráticas. Para ser cidadão grego, a pessoa deveria ser homem, nascido em Atenas, com mais de dezoito (18) anos de idade e livre. Ou seja, mulheres, pessoas mais jovens e escravizados – ainda que nascidos em Atenas – não constituíam a base de exercício da democracia. Originalmente, democracia vem dos radicais gregos “*demo*” (povo) e “*kratia*” (poder), significando “poder do povo”. Com a efervescência da revolução burguesa, a democracia sofreu modificações (ainda que sustentando-se em grande medida em sua forma original) e se constituiu como um dos principais pilares do liberalismo econômico (teoria econômica e política que justifica o modo de produção capitalista). Além dela, também o termo “povo” sofreu transformações semânticas com a revolução burguesa, acrescentando, dentre outros segmentos, também a própria burguesia em luta com a aristocracia.

produz na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a superestrutura colossal. Na aparência, essa forma desigual de gerar igualdades é vista como sendo um grande avanço, mas, na verdade, é a consolidação da manutenção das desigualdades que vivenciamos em nosso cotidiano. Também Marx (2012, p. 31) afirma que “a fim de evitar todas essas distorções, o direito teria de ser não igual, mas antes desigual”.

No que tange às políticas sociais, importante componente de execução via Estado e também determinantes para sua manutenção, podemos defini-las como sendo conjuntos de ações de intervenção na sociedade cujo foco pode alterar-se de acordo com o caráter que a política possa tomar, podendo ser a materialização de direitos ou a concretude de ataques, uma vez que, assim como a democracia, as políticas também são um instrumento nesse e desse modo de produção; todavia, muito embora tenham esse caráter contraditório, as políticas têm “consequências socializadoras de importância estratégica” (Fernandes, 2018, p. 16) na correlação da luta de classes. Nesse sentido,

A burguesia tem pouco que dar e cede a medo. O proletariado cresce com a consciência de que tem de tomar tudo com as próprias mãos e, a médio prazo, aprende que deve passar tão depressa quanto possível da condição de fiel da “democracia burguesa” para a de fator de uma democracia da maioria, isto é, uma democracia popular ou operária (FERNANDES, 2018, p. 16).

Dito isso, é importante salientar que o uso do método materialista-histórico-dialético nos permite compreender os fatores de classe constitutivos tanto do Estado, quanto da democracia e das políticas sociais, e, ainda assim, conseguir compreender sua importância e as possibilidades de ação e mudanças que podem gerar na vida concreta da classe trabalhadora, não sendo, desta forma, um conteúdo a ser ojerizado, mas um que deve ser aderido com precauções e bastante atenção, de maneira a tentar garantir ganhos para nossa classe – tanto materialmente, quanto subjetivamente –, mas sem a alimentação de aspectos ilusórios nesse modo de produção.

É nesse cenário que podemos compreender a necessidade e os limites da emancipação política dos sujeitos, uma vez que essa emancipação política pode criar instrumentos de participação nos processos de gestão e fiscalização de políticas e serviços que dizem respeito à população, de maneira a qualificá-los tanto na prestação quanto nas condições de seu exercício. Marx (2009, p. 48) enfatiza

que “o limite da emancipação política aparece logo no fato de que o Estado pode libertar-se de uma barreira sem que o homem esteja realmente livre dela, [no fato de] que o Estado pode ser um Estado livre sem que o homem seja um homem livre”.

Ainda traz que

A emancipação política é, sem dúvida, um grande progresso; ela não é, decerto, a última forma da emancipação humana, em geral, mas é a última forma da emancipação política no interior da ordem mundial até aqui. Entende-se: nós falamos aqui de emancipação real, de [emancipação] prática (MARX, 2009, p. 52).

No que se refere à emancipação humana, a ideia é que a classe trabalhadora passe pela superação da exploração do ser humano para com seu igual, levando ao modo de trabalho associado. O trabalho associado, por sua vez, demonstra-se de caráter livre, consciente, coletivo e, principalmente, universal, visto que o capitalismo formou uma entidade universal com seu método de trabalho e, para superá-lo, não há como fazê-lo em ocorrências pontuais (apenas em alguns países ou experiências remotas de comunidades alternativas), seria necessário que ocorresse de forma universal. Assim, podemos relacionar a emancipação humana à transformação radical da sociedade visando à sociedade comunista, desta forma superando o modo de produção capitalista e o próprio Estado. Enquanto isso, a emancipação política apenas ocorre dentro da sociedade regida pelo Capital, e essa é sua diferença em relação à emancipação humana. Corroborando com essa perspectiva, Tonet e Lessa (2008) trazem a revolução como sendo um ato de emancipação humana, pois é este que torna possível a superação de seu mero viés político. Iasi (2002) traz o ato de emancipação humana como sendo um reconhecimento do próprio homem enquanto sujeito-histórico, sem a necessidade de mediação por parte do Estado. Esse movimento, de acordo com o autor, garante um processo de restituição do mundo e das relações humanas aos homens, significando, dessa forma, a assunção do controle da história de forma consciente e planejada, colocando a classe trabalhadora como sujeito prático e não como mero observador.

A emancipação política pode ser um momento de criação e fortalecimento de uma cultura de participação para a classe trabalhadora. Quando vamos observar o Brasil e o Estado brasileiro, precisamos compreendê-los inseridos numa sociedade que está dividida em classes sociais. Nessa divisão, o Brasil se situa na periferia do capitalismo mundial, tendo uma formação social desigual e combinada, com processos arcaicos e desumanizadores marcados pelos períodos colonial,

escravagista, ditatorial. Podemos compreender o movimento desigual e combinado formulado por Trotsky da seguinte maneira:

Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, porém, que siga servilmente estes países, reproduzindo todas as etapas de seu passado. A teoria da repetição dos ciclos históricos [...] baseia-se na observação dos ciclos percorridos pelas velhas estruturas pré-capitalistas e, parcialmente, sobre as primeiras experiências do desenvolvimento capitalista. ***O caráter provincial e transitório de todo processus admite, efetivamente, certas repetições das fases culturais em meio ambientes sempre novos.*** O capitalismo, no entanto, marca um progresso sob tais condições. Preparou e, em certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Foi, assim, excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento em diversas nações. ***Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – e este privilégio existe – autoriza um povo ou, mais exatamente, o força a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias. Renunciam os selvagens ao arco e à flecha e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distâncias que, no passado, separaram estas diferentes armas*** (TROTSKY, 2017, p. 33, grifos nossos).

Isso assimilado, não temos constituído no país, mesmo no interior da classe trabalhadora, uma cultura política muito bem enraizada e, dessa forma, não tendo também uma cultura de participação popular nos espaços que lhe competem. Como nos trazem Machado e Fernandes (2018, p. 59),

[...] participação não pode ser medida somente por indicadores quantitativos de presença num determinado espaço, mas, pelas condições objetivas dos/as participantes em manifestar, de forma consciente e democrática, sua opinião e reflexão, possibilitando aos mesmos convergir ou divergir sobre as pautas em debate.

Sobre a cultura política e a cultura de participação popular que permeiam o debate do Estado e, posteriormente, das contrarreformas a serem operadas por ele [Estado], Trotsky (2009) nos traz um breve relato acerca da experiência russo-soviética quando diz que

O nosso [russo] proletariado quase não tem história nem tradições. Isso facilitou sem dúvida a sua preparação para a Revolução de Outubro. Mas, em contrapartida, isso torna mais difícil a sua construção após Outubro. O nosso operário (com exceção da camada superior) ignora inclusive os hábitos culturais mais elementares (desconhece, por exemplo, o asseio e a exatidão, não sabe ler nem escrever, etc.). O operário europeu adquiriu pouco a pouco esses hábitos no quadro do regime burguês: é por isso - vê-se nas camadas superiores - que está tão fortemente ligado a esse regime, com a sua democracia, a sua liberdade de imprensa e outros bens do mesmo gênero. Entre nós, ***um regime burguês tardio quase nada deu ao operário***; foi justamente por isso que, na Rússia, o proletariado pôde romper e derrubar mais facilmente a burguesia. Mas é também pela mesma razão que o nosso proletariado, na sua maioria, é obrigado a adquirir hoje, isto é, no quadro de um governo socialista operário, os mais simples hábitos

culturais. ***A história nada dá gratuitamente: se faz um desconto numa coisa, sobre política, vai recuperá-lo por outro lado, sobre a cultura.*** Quanto mais fácil foi (relativamente, entenda-se) ao proletariado russo fazer a revolução, tanto mais lhe será difícil realizar a construção socialista. (TROTSKY, 2009, p. 12, grifos nossos)

Assim, tendo isso por base, podemos relacionar à realidade brasileira, pois no Brasil não temos uma cultura política e de participação popular consolidada, haja visto os processos de “desconto” que foram impressos em nossa construção¹⁸. Com isso, são muitos os desafios, desde a efetivação de um processo de consolidação da cidadania (sob um prisma burguês do mais básico¹⁹, como o de poder reproduzir-se socialmente vivendo e não apenas sobrevivendo) no seio da classe trabalhadora, numa conjuntura em que novamente precisamos nos preocupar com questões como a fome, por exemplo, até o exercício pleno de participação popular nas políticas e discussões que relacionam determinados segmentos da classe trabalhadora. As perspectivas, nessa conjuntura, são de refluxo e ressaca, dada a necessidade de enfrentamento e reorganização da classe trabalhadora, que hoje encontra-se completamente pulverizada e dormente, de forma a lutar por melhores condições de vida em sociedade. Entenderemos um pouco mais sobre os motivos que nos conduziram até essa condição de dormência e passividade no ponto a seguir, que trataremos sobre as contrarreformas do Estado brasileiro ao longo dos anos e as respostas da classe trabalhadora para os ataques sofridos.

¹⁸ Aqui referimo-nos a vitórias que já iniciam com parciais derrotas, se comparados ao potencial inicial que as lutas tinham. Um exemplo disso é a reforma sanitária e a construção do SUS que trabalhava um aspecto de estatização imediata da saúde e sem abertura de precedentes da execução da política por parte de setores privados, tal como observamos hoje. Isso se dá, principalmente, porque a própria Constituição Federal de 1988 não prevê a execução de nenhuma política sendo feita plenamente na via do Estado. Para mais, consultar DANTAS, André Vianna. **DO SOCIALISMO À DEMOCRACIA: Tática e Estratégia na Reforma Sanitária Brasileira.** Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2017.

¹⁹ Nas palavras de Tonet (2013, p. 8): “[...] por melhor e mais importante que ela [a cidadania] seja, nunca poderá por em questão a desigualdade social e, portanto, a exploração do homem pelo homem. Cidadania é, ao mesmo tempo, expressão e condição de reprodução de desigualdade social. [...] cidadania, para Marx, não é, de modo nenhum, sinônimo de emancipação humana. [...] Cidadania é a forma da liberdade possível sob o Capital. Emancipação humana é a forma de liberdade fundada no trabalho associado, base do modo de produção comunista.”

3. AS CONTRARREFORMAS DO ESTADO BRASILEIRO E A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA E POPULAR

*[...] Horrenda cria renegada
ninguém nela reconhece
seus traços, seu nariz,
a linha indisfarçável da genética paternidade.*

*Não é meu, não é meu!
Quasimodo, quase um modo
moderno, quase pós, quase lá,
um pós-modo de manter um velho mundo [...].²⁰*

Behring (2008) caracteriza as reformas historicamente numa perspectiva popular²¹, de maneira que relembra a utilização da terminologia “reforma” por parte de movimentos operários socialistas em busca de melhores condições de vida e trabalho para a classe trabalhadora. Tendo em vista a utilização deste termo por parte de setores da burguesia brasileira em ações consideradas por Behring como sendo “neoliberais”, a autora faz uma “[...] recusa de caracterizar como reforma processos regressivos (Behring, 2008, p. 171)”, ou seja, processos em que há perda de direitos. Como, historicamente, as reformas, de fato, representam melhores condições de vida para as classes oprimidas, aqui utilizaremos a terminologia “contrarreforma” para designar alterações que pioram essas mesmas condições de vida e de sobrevivência da classe trabalhadora.

Para fins de exemplificação, podemos citar, ao longo da história, vários momentos que se constituíram em reformas e contrarreformas que impulsionaram importantes movimentos constitutivos da luta de classes. Vale ressaltar como um desses exemplos a reforma protestante que foi um importante marco de saída do período feudal, pregando uma ética que convergia com a realidade proposta pelo capitalismo nascente, como o fim da proibição da usura, um maior acesso à leitura e à interpretação de obras ditas sacras, etc.; além disso, podemos citar a contrarreforma encabeçada pela Igreja Católica que, após decisão do Concílio de

²⁰ Trecho do poema “De Partos, Monstros e Heranças” de Mauro Iasi.

²¹ Aqui é importante mencionar que há distinções entre as nomenclaturas “povo” e “popular” no que se refere ao seu conteúdo de classe. Povo, originalmente, data do período feudal e da sociedade estamental em que, entre suas camadas contra o clero, o povo contava com integrantes da burguesia nascente. “Popular” não se relaciona diretamente a “povo”, apesar de ter radical semelhante. Popular diz respeito, historicamente, a um segmento ainda não proletarizado, em virtude do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. Diferentemente do povo, o popular não contém consigo indivíduos da classe burguesa. Atualmente, o campo e todos os demais espaços da sociedade se proletarizaram, de maneira que não precisamos usar essa nomenclatura para referirmo-nos a segmentos diretamente relacionados à classe trabalhadora.

Trento, perseguiu protestantes, aumentou a censura e fortaleceu as medidas da inquisição que, dentre muitos públicos atingidos, podem ser citadas mulheres consideradas bruxas, desviantes, blasfemos, entre outros. A nível de Brasil, que é nosso chão, podemos citar como uma importante reforma a Constituição Federal que, apesar de limitada, garantiu muitos direitos à população brasileira, sendo considerada “cidadã” no cumprimento desse papel. Quanto às contrarreformas, citam-se os ataques que são emendados na Constituição na forma previdenciária, trabalhista, via teto de gastos públicos, redução da maioria penal, modificações na estrutura do ensino no país, dentre outros.

Dito isso, é importante ressaltar que, embora tenhamos acordo com a escolha da terminologia “contrarreforma” como sendo algo que melhor caracteriza os ataques sofridos pela classe trabalhadora em geral, não lutamos meramente por reformas como um fim em si mesmo apenas por caracterizarem-se enquanto herança de luta da classe trabalhadora, uma vez que as reformas, ainda que impliquem em melhores condições de vida para as e os trabalhadores (a exemplo local do SUS), estas atingem um teto de possibilidades no capitalismo. Ultrapassar esse teto de possibilidades deve ser nosso objetivo final, sem nutrir falsas esperanças no modo de produção capitalista, mas sabendo que essa ação somente é viável em caso de uma revolução comunista. Como nos traz Rosa Luxemburgo,

É uma verdade insofismável que, na tática atual da social-democracia, a consciência do objetivo [*final*] – a conquista do poder político – e o esforço para o atingir precedem e orientam toda a luta sindical e o movimento para as reformas. Mas se a separam dessa prévia orientação do movimento e **se fazem da reforma social um objetivo autônomo, não conduzirá à realização do objetivo final.** Conrad Schmidt [...] parte da ideia muito simples de que o apetite vem com o comer e de que a classe operária não se pode contentar com reformas, enquanto a transformação socialista da sociedade não estiver acabada. Este último postulado é, sem dúvida, exato e a insuficiência das reformas capitalistas provam-no. Mas a conclusão a que chega só seria verdadeira se se pudesse construir uma cadeia ininterrupta de reformas sociais cada vez mais extensas que transformariam o atual regime capitalista em regime socialista. **Trata-se de uma perspectiva fantasista.** Pela própria natureza das coisas, essa cadeia romper-se-ia muito depressa e, a partir dessa ruptura, as vias por onde o movimento pode enveredar são múltiplas e diversas.

[...] **Qualquer que seja a tática utilizada, e porque as reformas sociais são e continuarão a ser, em regime capitalista, nozes ocas, a etapa seguinte será, muito logicamente, a desilusão, mesmo no concernente ao valor próprio das reformas** [...] O socialismo não sucede automaticamente e em todas as circunstâncias da luta cotidiana da classe operária. Surgirá da agudização das contradições internas da economia capitalista e da consciencialização da classe operária, que compreenderá a necessidade de as destruir por intermédio de uma revolução social. Negar umas e recusar outra, como o faz o revisionismo, acaba por transformar o movimento operário numa simples associação corporativa reformista,

conduzindo-o automaticamente a abandonar a perspectiva de classe (LUXEMBURGO, 1986, sem página, grifos nossos).

Dessa forma, feitas as elucidações necessárias, nos debruçamos sobre os acontecimentos que se relacionam a reformas e contrarreformas no âmbito do Estado brasileiro. Conforme apontamos na introdução, temos a construção histórica de uma série de contrarreformas que se materializam na forma de ataques para a manutenção dos negócios e da sustentabilidade da burguesia nacional e internacional. O principal recorte temporal que fazemos nesta pesquisa está relacionado, principalmente, após a consolidação da reforma da Constituição Federal de 1988; isso, entretanto, não inviabiliza que elementos históricos anteriores sejam acionados para contextualizar o tema que tratamos. Nesse viés, ressaltamos que a primeira grande contrarreforma que observamos nesse período delimitado é a (contra) “Reforma do Estado”, de Norman Bresser-Pereira, ainda no governo FHC. Conforme apontam Behring e Boschetti (2011, p. 148),

Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros – a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada –, estaria aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade”. O principal documento orientador dessa projeção foi o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE/MARE, 1995), amplamente afinado com as formulações de Bresser-Pereira, então à frente do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE).

Podemos dizer que o Brasil, à época da promulgação da Constituição, vai na contramão do movimento do capitalismo internacional que começa a operar o que muitos chamam de “neoliberalismo”, mas que nada mais é do que a explicitação do caráter e das prioridades do Capital. Para romper com essa contramão, há a formulação da contrarreforma do Estado de 1995. De acordo com seu formulador, Bresser-Pereira (1998), não se pretendia “[...] atingir o Estado Mínimo, mas reconstruir um Estado que mantém suas responsabilidades na área social, acreditando no mercado, do qual contrata a realização de serviços, inclusive na própria área social”. A crença e o crédito dado ao mercado já inicia um processo de ataques, pois delega ao mercado matéria que é (ou ao menos deveria ser) competência exclusiva do Estado.

Dentre as principais características da administração gerencial, ainda de acordo com seu criador, destacam-se:

b) ênfase no controle dos resultados através dos contratos de gestão (ao invés de controle dos procedimentos);

[...]

e) distinção de dois tipos de unidades descentralizadas: as agências executivas, que realizam atividades exclusivas de Estado, por definição monopolistas, e os serviços sociais e científicos de caráter competitivo, em que o poder de Estado não está envolvido;

f) transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos competitivos;

g) adoção cumulativa, para controlar as unidades descentralizadas, dos mecanismos (1) de controle social direto, (2) do contrato de gestão em que os indicadores de desempenho sejam claramente definidos e os resultados medidos, e (3) da formação de quase-mercados em que ocorre a competição administrada;

h) terceirização das atividades auxiliares ou de apoio, que passam a ser licitadas competitivamente no mercado. (BRESSER-PEREIRA, 1997, p. 42)

Estas características delimitam o avanço da perspectiva privatista no âmbito da concessão e da garantia de direitos à população trabalhadora brasileira – seja esta representada pela utilização dos serviços, seja esta representada pela prestação dos mesmos. Tanto a contrarreforma de Bresser-Pereira quanto os ataques futuros acabam sendo permitidos, no que concerne à atuação e resposta da classe trabalhadora, pela caminhada de construção de educação de trabalhadores para fazerem reforma e não revolução, sendo os ataques e a passividade fruto da execução de um comportamento coletivo manifesto na forma de uma estratégia de luta. Assim,

[...] quando falamos de um determinado comportamento da classe trabalhadora, devemos relacioná-lo a uma estratégia determinada de um certo período histórico [...], como uma síntese que expressa a maneira como uma classe buscou compreender sua formação social e agir sobre ela na perspectiva de sua transformação (IASI, 2012, p. 288).

Dessa maneira, o período do governo FHC é caracterizado como sendo um governo explícito de aceno à lógica do Capital – o que diferencia este dos governos seguintes, uma vez que FHC não possui autoidentificação enquanto proponente de um governo de trabalhadores, diferentemente dos governos que vêm após que, na identidade de trabalhadores incidem num movimento de conciliação de classes executado na forma da estratégia de luta democrática e popular. Essa estratégia foi encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), mas foi e segue sendo executada por quase toda a vanguarda de lutas que compõe a classe trabalhadora brasileira. A estratégia ou projeto democrático e popular (EDP/PDP) foi, grosso modo, a tentativa de “superação” da estratégia democrática e nacional (EDN), encabeçada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, ancorados numa errônea análise sobre a formação social brasileira, pretendia, sob um viés nacionalista, aliar-se à burguesia

brasileira para combater o “imperialismo” internacional, fazendo, dessa forma, uma “revolução por etapas”. Entretanto, a própria análise de imperialismo que se tinha à época era distinta daquela formulada por Lenin (conforme citamos em nota anterior), incorrendo numa série de problemas práticos que culminaram, entre outras coisas, na ditadura empresarial-militar²².

Dessa forma, o PDP surge como uma tentativa de superação dos problemas vistos na EDN, e se coloca, inicialmente, com um caráter “antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista²³”, mas nunca revolucionário. Sua principal forma de manifestação na realidade se dá na tentativa de conquista de espaços institucionais e tentativa de ocupação do Estado na forma da consolidação de um pacto social.

[...] o pacto nos termos apresentados de uma democracia de cooptação, permite **disciplinar a luta de classes**. Os pontos de “acordo”, o que resulta desta paciente e *habermasiana*²⁴ ampliação das esferas de consenso, são “acidentalmente” os interesses essenciais da acumulação do Capital: garantir o crescimento econômico, realizar as reformas e o ajuste do Estado, garantir a “sustentabilidade” e evitar as políticas “irresponsáveis” e “demagógicas”, e, finalmente, oferecer o fundo público como alvo da valorização do Capital estrangulado por sua crise (IASI, 2013, p. 25, grifos nossos).

Como nos traz o autor, e completamente relacionado ao contexto de contrarreformas, “querendo evitar os equívocos de um socialismo sem democracia, o PT acaba por implementar o pesadelo de uma burocracia sem o socialismo” (Iasi, 2013, p. 26). Não sendo possível conciliar interesses inconciliáveis, o PT, enquanto

²² Aqui salienta-se que essa análise não se dá de forma mecânica e dual, colocando a ditadura como produto único e exclusivo da forma de luta da EDN, mas como um importante fator para sua realização.

²³ A formulação do V Encontro Nacional do PT, em 1987, destaca que era necessário garantir as “tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista – tarefas não efetivadas pela burguesia”. Nesse mesmo encontro tratam que “um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, [...], criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular”. Entretanto, não se pode julgar o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz (Marx e Engels, 2008, p. 50), e, nesse caso, a ideia que o PT tinha sobre si mesmo comprovou-se errada na prática.

²⁴ Jürgen Habermas é um filósofo e sociólogo alemão que é membro da Escola de Frankfurt. Seu principal campo de estudos se dá no tema da “democracia deliberativa”. É um dos nomes do fenômeno do “eurocomunismo” que, grosso modo, é a manifestação da estratégia democrática e popular em sua gênese, no continente europeu, que surge como uma forma de resposta aos processos antidemocráticos e político-persecutórios da União Soviética, principalmente no período a partir do comando de Stalin. Contudo, sua concepção não é à esquerda, em prol da construção de processos democráticos para cumprir interesses dos trabalhadores, mas pende à direita, na concepção mais liberal da democracia e da manutenção do modo de produção. Habermas considera a luta de classes algo obsoleto e desnecessário, apostando numa suposta pacificação dos trabalhadores sob governos socialdemocratas e conservadores.

na esfera do Estado, materializa muitos ataques que, por diversas vezes, sofrem apagamentos históricos quando se comparam a direitos conquistados nesse período. Entretanto, é importante ressaltar que todo e qualquer direito que temos enquanto classe trabalhadora foi conquistado a duras penas através de muita luta de bravas e bravos lutadores de nossa classe. É nesse cenário que observamos a primeira ação de reforma previdenciária de Lula, a qual já havia sido iniciada por FHC ao ter posto em curso a Contrarreforma do Estado e ter criado em 1999 o fator previdenciário²⁵.

Ao longo do tempo, os governos PT (e todos aqueles que replicaram sua estratégia) foram responsáveis pela forma com a qual as e os trabalhadores aprenderam a lutar: na via da institucionalidade, à espera do Estado e relegando a representantes o exercício da luta, cabendo-lhes apenas, de dois em dois anos, depositar votos em urna, como se isso por si só já fosse o auge de sua ação política, tratando com apatia e de forma pouco séria as coisas que Iasi (2013), define como sendo a pequena política.

É nesse contexto que, chegando a um teto de possibilidades para os limites do Capital num país de periferia do capitalismo mundial, cuja formação sócio-histórica é bastante conservadora, desigual e combinada, que começam a ser visíveis os reflexos da execução da estratégia democrática e popular: há uma intensa desmobilização e desarticulação da classe trabalhadora, pulverização dos trabalhadores, redução de direitos e, sobretudo, uma apatia sobre a sua própria condição de vida e sobrevivência. Como nos traz Amazonas (1981), em várias oportunidades a socialdemocracia, por temor à revolução, abriu caminho para o fascismo ou para a direita mais conservadora. Nesse quesito,

A mesma classe trabalhadora que entre o final da década de 1970 e boa parte dos anos 1990 equilibrou a correlação de forças e impôs patamares de resistência à acumulação de capitais, garantiu direitos e os inscreveu na ordem constitucional consagrada em 1988, parece assistir passiva ao desmonte destas garantias e direitos, emprestando, ainda que de forma não ativa, seu respaldo à atual forma de acumulação que se implantou no início do século XXI. A mesma classe que resistiu ao desmonte do Estado e das Políticas Públicas, alia-se aos seus antigos adversários para desarmar a

²⁵ O fator previdenciário foi uma medida criada pelo governo FHC (1999) como maneira de desestimular aposentadorias precoces. Este leva em consideração para cálculo questões como tempo de contribuição, idade do segurado e expectativa de vida. O fator previdenciário, na prática, atua como uma contrarreforma, pois retira direitos, tendo em vista que quanto mais cedo o trabalhador se aposentar, menos irá receber, obrigando, dessa forma, a classe trabalhadora brasileira a trabalhar mais. Em 2010, após decisão da Câmara e do Senado de acabar com a medida, Lula optou por vetar o fim do fator previdenciário, de maneira que o mesmo é uma realidade no Brasil até os dias atuais.

classe trabalhadora diante da disputa do fundo público agora colocado a serviço da acumulação privada, em nome de um mito revivido: o desenvolvimento.

O principal trunfo do setor político que se mantém no poder é o controle e o apassivamento da classe trabalhadora [...] (IASI, 2013, p. 2, grifos nossos).

Todavia, como foi apontado por Trotsky (2009, p. 12), “a história nada dá gratuitamente: se faz um desconto numa coisa, sobre política, vai recuperá-lo por outro lado, sobre a cultura”. E no campo da cultura e da construção de hegemonias, o que venceu foi a apatia e a passividade alimentadas ao longo dos anos. Estas tornaram incapaz de reverter o cenário de uma crise de cúpula, mesmo com os saltos civilizatórios representados pelos governos de conciliação de classes. Nesta situação, avança mais um golpe de Estado no Brasil. Não muito diferente do de 1964 quando entoamos seu caráter empresarial, o de 2016 tem o mesmo direcionamento, porém com diferente execução – tira de militares o protagonismo, mas não os tira de cena em caso de maiores necessidades.

Dilma Rousseff (PT), a primeira mulher presidenta no Brasil sofreu um impeachment em 2016 que, à época, já era denunciado como golpe, mas que hoje, 2022, tem sua definição escancarada quando se situa o fato de que as acusações pelas quais foi ré não só não se comprovaram na prática, como não a impossibilitaram de ter elegibilidade. Além disso, posteriormente, áudios entre Romero Jucá, que foi ministro do governo golpista de Temer e é membro até hoje do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e Sérgio Machado, também do MDB e ex-presidente da Transpetro nos governos Lula e Dilma, comprovam – mais uma vez – a compreensão da situação como golpe a fim de garantir um pacto social a favor de setores mais conservadores da burguesia nacional. Com o impeachment de Dilma, Temer ascende ao Executivo para cumprir as tarefas dadas pela burguesia. Destacam-se em seu governo o congelamento do teto de gastos públicos disposto na Emenda Constitucional 95 em 2016 e a contrarreforma trabalhista em 2017. Em seguida, um importante produto com teor de “aberração”, para além do aspecto do apassivamento da classe trabalhadora, é o próprio fenômeno Bolsonaro, que cresceu a partir das incongruências do PT e do vazio político por ele criado e bem aproveitado pela classe dominante. Em seu governo foram e são muitos os ataques, mas damos destaque à contrarreforma da previdência, em 2019.

Estas retiram direitos de toda a classe trabalhadora, mas, sobretudo, colocam os trabalhadores de regime tradicional de contratação (ou ainda, aquelas e aqueles que vivem nos limites da informalidade) contra os trabalhadores públicos que, em sua maioria, possuem vínculos estatutários e estáveis, além de melhor remuneração, fragilizando as possibilidades de resistência e organização enquanto conjunto da classe, impactando diretamente na vida laboral da categoria. Somado a esses ataques, há uma constante tentativa de aprovação da contrarreforma administrativa que intenta precarizar e sucatear mais ainda o serviço público e o acesso aos direitos por parte de toda a classe trabalhadora, além de abrir precedentes para maiores índices de processos corruptivos, conforme pudemos observar ao longo da pandemia através do acompanhamento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid²⁶ e da aprovação de vacinas²⁷ em território nacional. Essas são algumas das contrarreformas que abordaremos ao longo de nosso processo investigativo.

4. A SAÚDE DO TRABALHADOR EM XEQUE: a Ofensiva do Capital sobre o Trabalho e seus Rebatimentos no Serviço Público no Brasil

*Um homem se humilha
Se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida
E vida é trabalho*

*E sem o seu trabalho
O homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata*

Não dá pra ser feliz ²⁸

²⁶ Um exemplo nítido disso é o ex-chefe de importação do Departamento de Logística do Ministério da Saúde, Luís Ricardo Miranda, ter denunciado o suposto esquema de propina na compra da vacina indiana Covaxin em virtude de sua estabilidade enquanto trabalhador público, impedindo que o mesmo sofresse retaliações em seu ambiente de trabalho. Infelizmente, após ameaças de morte, pela sua denúncia, o trabalhador deixou o país junto com a família, tendo entrado para o programa de proteção a testemunhas da Polícia Federal.

²⁷ Trabalhadores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) aprovaram a autorização da vacinação de crianças de cinco a onze anos com o imunizante da Pfizer. Em decorrência dos discursos negacionistas e falaciosos anti-vacinação, Bolsonaro ameaçou divulgar os nomes dos responsáveis técnicos da Anvisa para sofrerem retaliação de sua base de apoiadores. Tal fato nos faz pensar que se a Anvisa não fosse um órgão técnico com trabalhadores amparados por vínculos estáveis, muito provavelmente as decisões técnico-científicas seriam deixadas de lado para dar lugar a decisões político-ideológicas, tornando quase impossível a vacinação na pandemia e ainda podendo demitir quem ouse o questionamento.

²⁸ Trecho da música “Um Homem Também Chora”, do cantor brasileiro Gonzaguinha.

Neste capítulo, nosso intuito é situar a ofensiva do Capital sobre o Trabalho e seus rebatimentos sobre o serviço público no Brasil. Porém, para que faça sentido o debate proposto, dividimos este em subcapítulos que melhor exploram os conceitos de trabalho, de trabalho na esfera do serviço público, o que entendemos por saúde do trabalhador e da trabalhadora, assim como tem se dado, nos últimos tempos, o rebatimento dessa ofensiva do Capital sobre a saúde, com recorte mais específico, de trabalhadores públicos federais. A ideia central é que possamos compreender o que é este trabalho na sociedade capitalista, quais as diferenças dos espaços e vínculos (ou falta de vínculos) de trabalho, quais as principais alterações ocorridas nesse âmbito e, a partir disso, que tipo de agravos à saúde ocorrem para a classe trabalhadora na atual conjuntura. Sabemos que o trabalho ocupa papel central em nossas vidas e, por assim sê-lo, não pode gerar adoecimentos. A fim de melhor compreender este cenário, seguimos o debate nos pontos a seguir.

4.1. Trabalho

*Dando corda nessa estúpida engrenagem
(Trabalha!)
Que espreme e esgota
A força que te põe de pé
(Trabalha!)
Aniquilando o que é humano
O que é coragem
O que há de errado? O que será? O quê que é?*

*Toda fachada esconde a mesma humilhação
(Trabalha!)
Terra arrasada onde se arrasta a multidão
Vem que tá na hora, não enrola, não demora
Para não ficar de fora da fila do sacrifício*

[...]

*Começa como dádiva
Mas logo vira dívida
Se sobrevive à dívida
E algo segue te dizendo que você valia mais
Valia mais, valia mais, valia, mais-valia
Mas, veja só, que ironia!
Ter a pressa de chegar onde não se queria
Sempre pra lá e pra cá, maldito dia a dia ²⁹*

Aqui, brevemente discorreremos sobre o trabalho, nossa compreensão do mesmo – com base em Marx – e a relação que este tem com essa pesquisa. Ou seja, explicar qual a necessidade de o trabalho ter virado uma categoria tão

²⁹ Trecho da música “O Drama da Humana Manada”, da banda brasileira El Efecto.

importante para a condução de nossa investigação. Lukács (2012) define que o trabalho é a categoria fundante do ser social. Neste caso, referimo-nos ao trabalho humano, que parte da capacidade teleológica de previamente idear o produto ao qual se pretende objetivar. Esse trabalho humano, mesmo em condições de alienação, é diferente do trabalho mecânico de animais, tais como a abelha, pássaros e outros. De acordo com Marx (1985), para os homens *[e as mulheres]* existirem, os mesmos devem, necessariamente, transformar constantemente a natureza (que é o que Marx define, em primeira instância, enquanto sendo trabalho); e todo processo de transformação da natureza (objetivação) transforma algum aspecto da realidade em que o indivíduo está inserido. Desta forma, podemos dizer que, além de transformar a realidade, o indivíduo transforma-se a si mesmo neste processo.

É verdade, porém, que o trabalho tem sofrido diversas alterações ao longo dos anos e dos modos de produção, de maneira que muitos diriam que essa “nova morfologia” pudesse ter alterado seus sentidos. Discordamos da afirmação, uma vez que toda e qualquer sociedade alicerça-se sobre o trabalho, independentemente da forma que o mesmo seja desenvolvido e/ou explorado (tendo em vista a sociedade dividida em classes). O sentido do trabalho em uma sociedade de classes segue sendo coletivo para uma apropriação privada. Lessa e Tonet (2011) com base no que Marx traz em suas análises no *Capital*, tratam a perspectiva do trabalho numa sociedade em que não explore os trabalhadores – superado o capitalismo – como sendo a junção do “reino da liberdade” com o “reino da necessidade”, sem uma ideia romântica e idealista de que o trabalho será extinto e não mais necessário. Retomando, deste modo, que sem trabalho não há a possibilidade de existência de quaisquer sociedades. Assim,

Na vida cotidiana, o trabalho permanecerá sendo uma atividade absolutamente necessária para que os homens *[e as mulheres]* possam existir. Mas, justamente por ser uma rigorosa necessidade, por mais livre que seja o trabalho emancipado, ele não é, ainda, a forma superior da liberdade humana. Ou, dito de outro modo, **com o trabalho associado, o trabalho terá atingido a sua forma mais livre e humana possível. Trabalhar deixará de ser uma obrigação imposta externamente, sendo assumida como manifestação de algo que é essencial ao homem [e à mulher].** Transformar a natureza, objetivar-se, ou seja, criar objetos, criando-se ao mesmo tempo a si mesmo, é expressar-se como ser humano, manifestar-se e confirmar-se como tal, dar livre curso às suas potencialidades. **Contudo, o trabalho emancipado não será, jamais, a atividade humana mais livre possível, será apenas e tão somente “a forma de trabalho” mais livre possível** (LESSA e TONET; 2011, p.107, *grifos nossos*).

Esta compreensão do trabalho nos faz pensar na associação que o tema tem com o trabalho profissional de assistentes sociais, ou seja, com o próprio Serviço Social³⁰, e, no caso desta pesquisa, também no que se refere ao trabalho no serviço público – próxima categoria a ser esmiuçada. Um debate muito pertinente é, por exemplo, o questionamento sobre se o Serviço Social ou, ainda, se aquilo que é praticado na esfera dos serviços, é trabalho. Com base nos estudos de Marx e ancorados no método materialista-histórico-dialético, podemos dizer, sem medos ou culpas, que tanto o Serviço Social quanto às demais esferas de serviços que não transformam a natureza não são trabalho, mas, ao mesmo tempo, dialeticamente, o são.

Não são trabalho, grosso modo, porque não transformam a natureza. No caso do Serviço Social e da esfera dos serviços em geral (públicos ou privados), o objeto de trabalho, a questão social³¹, é um produto dessa sociedade, portanto, não é natural ou inerente do ser humano ou do conjunto social ao qual nos vinculamos. Logo, falar que o Serviço Social ou que a prestação de serviços na esfera das políticas sociais transforma realidades de usuários é uma grande falácia³² (vinculada a um discurso de base completamente idealista), pois, ao que tudo indica, as populações que atendemos seguem sendo oriundas da classe trabalhadora e vivendo da compra e venda de sua força de trabalho (talvez, com a intervenção do Serviço Social ou a presença das políticas sociais, estas pessoas se encontrem com maiores possibilidades de negociação no mercado de trabalho nessa compra e

³⁰ Considerando que este é um trabalho de conclusão de curso em Serviço Social, nos parece justo e coerente que se utilize a profissão de assistentes sociais como parâmetro para essa discussão tão importante e, por vezes, tão negligenciada em nossas fileiras.

³¹ “Questão social” é uma terminologia muito utilizada no Serviço Social brasileiro, de maneira que no seio da categoria haja a compreensão de que “as expressões da questão social” são o objeto de intervenção de assistentes sociais. De forma resumida, “questão social”, nas palavras de Lamamoto (2010, p. 22), é “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. Em outros escritos, a autora traz que as expressões da questão social são expressões não apenas de desigualdade, mas também de resistências. Assim, cabe dizer que utilizamos a nomenclatura “questão social”, muito embora achemos que esta categoria surge como um “resumo” do que é o conflito da luta de classes (e não precisaria ter uma nova nomenclatura para isso). Em nossa concepção, podemos trazer a questão social como sendo um termômetro dessa luta de classes, de modo que possamos identificar como está a correlação de forças no embate entre Capital e Trabalho.

³² No aristotelismo, qualquer enunciado ou raciocínio falso que simula uma ideia de veracidade é considerado uma falácia. Muitas vezes, a terminologia é usada de forma equivocada, pois usam-na para “xingamentos” de falsidade, mas sem o aspecto de o argumento simular algo que tenha quaisquer bases materiais para demonstrar um conhecimento ou conteúdo verdadeiro.

venda, mas ainda seguem sendo trabalhadoras e trabalhadores explorados – na maior parte das vezes, como podemos observar, bastante precarizados e vivendo nos limites da informalidade e da cidadania burguesa).

No que diz respeito ao Serviço Social e outras profissões serem trabalho, podemos e devemos pensar na relação que estas ocupações/atividades se inserem: prestam-se serviços à população – majoritariamente na via do Estado (seja na forma estatal, seja na forma terceirizada) – e essa prestação de serviços acaba configurando-se enquanto trabalho a partir do processo de exploração e de consequente extração de mais-valia³³.

Historicamente, o Serviço Social passou (e passa) por diversos processos que caracterizam tentativas de ruptura com a ordem social vigente de exigência da prática profissional de assistentes sociais ser a de ajustamento de indivíduos na lógica do Capital. E, ainda que muito tenha sido feito e em muito tenha se avançado, é importante sempre ter em vista que não podemos ter uma visão romântica da realidade: o Serviço Social é uma profissão e, por tal característica, está inserido na divisão sócio-técnica do trabalho dentro do movimento motor da história que é a luta de classes; assim, carrega consigo inúmeras contradições que, ainda que em panoramas muito distintos dos iniciais, percebe-se ainda a tentativa de envolvimento da profissão nas antigas práticas, ainda que com novas roupagens³⁴.

Compreendendo estas questões, salientamos que o trabalho se modifica e tem centralidade nas nossas vidas, pois é o fundamento do ser social e alicerce de

³³ Ainda que haja trabalho assalariado, nem todo processo de trabalho existente na sociedade capitalista efetivamente gera valorização do valor, ou seja, a mais-valia que está imbuída na concretização das mercadorias e serviços. Sabemos que a extração de mais-valia dá-se na esfera privada, o que pode deixar confusa a ideia que envolve a exploração da força de trabalho de trabalhadores que exercem sua profissão exclusivamente na esfera estatal. Por isso é importante que usemos as lentes do método materialista-histórico-dialético para observar a realidade, pois esse trabalho exercido na esfera do Estado (sem intermediários, portanto legitimamente estatal), mesmo que não tendo direta extração de mais-valia, ainda é uma atividade sócio-técnica inserida dentro de uma sociedade dividida em classes onde o Estado tem um caráter de classe muito bem estabelecido – o burguês – e é precisamente nessa condição que se dá o tom da exploração a essa forma de trabalho.

³⁴ Aqui nos cabe refletir sobre quais são esses ajustes da atualidade. Qual o caráter da cidadania na sociedade que vivemos hoje? O termo remete ao caráter de classe que essa sociedade também constitui: como já exaustivamente mencionado, a sociedade civil é **burguesa** porque remete ao período histórico protagonizado pela burguesia enquanto classe dominante. Essa reflexão não serve para que façamos uma leitura mecânica da realidade de forma que achemos que não devemos lutar por melhores condições de vida da classe trabalhadora – ainda que nos moldes da cidadania burguesa –, mas serve para que compreendamos o mundo a partir do uso do método materialista-histórico-dialético, percebendo as contradições às quais nos vemos emaranhados e o horizonte das lutas às quais nos empenhamos em construir. A condição fundamental de transformação da realidade é, primeiramente, conhecê-la.

todas as formas de sociabilidade que temos. Isso posto, evidencia-se a extrema necessidade de conhecimento sobre as formas e processos de trabalho, pois é a partir dessa noção que conseguimos compreender a subjetividade das e dos trabalhadores envolvidos, bem como poderemos interferir diretamente nessas condições.

O trabalho tem um papel fundamental na vida dos sujeitos na sociedade em que vivemos e, por tomar tal centralidade, o mesmo forja identidades e concepções de “realização” e de “frustração” – realização³⁵, no sentido de delinear a personalidade das e dos trabalhadores nos marcos do Capital e frustração na contramão dessa identidade através das capturas de subjetividade, adoecimentos, “não-funcionalidade” na perspectiva do Capital, dentre outros. Assistentes sociais e demais trabalhadores acabam por inserir-se nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais junto às mais diversas políticas sociais e dispendo de outros tão distintos meios de trabalho e configurações de processos de trabalho, sendo que todos esses elementos são sempre permeados por muita contradição, mas, também, de forma dialética, por muitas possibilidades de resistência. Adiante, trabalharemos um pouco da compreensão do trabalho no Serviço Público.

4.2. Serviço Público

O serviço público é, essencialmente e resumidamente, um tipo de serviço que é ofertado na esfera do Estado e, na esmagadora maioria das vezes, sendo executado como uma política pública e/ou social – seja diretamente via governo federal, estadual ou municipal; seja indiretamente via parcerias público-privadas e/ou parcerizações e terceirizações. A compreensão do que deve ou não ser ofertado pelo Estado na forma de serviço não é um consenso, de maneira que há acirradas disputas sobre o que é dever e papel do Estado na sociedade em que vivemos. Sabendo o caráter do Estado e como se estruturam as relações sociais de produção que temos atualmente, o campo que constitui a classe trabalhadora luta para que mais serviços e direitos sejam operados na esfera pública, pois implica em imputar

³⁵ Realização não é o melhor termo, tendo em vista que somos completamente contrários à ideia de que é possível realizar-se no trabalho numa sociedade dividida em classes cuja força de trabalho é explorada e o produto do trabalho é alheio às e aos trabalhadores; todavia, a ideia que a própria sociedade capitalista apregoa sobre “realização” tem relação com o entendimento dos sentidos que determinada atividade de trabalho gera ao ser reconhecida. Nesse sentido, tratamos esse aspecto da “realização” citada na frase como sendo um reconhecimento da atividade laboral.

ao Estado um papel de responsabilidade frente às dificuldades de sobrevivência impostas pelo modo de produção capitalista à classe trabalhadora, bem como sendo uma forma de qualificar serviços e reduzir ganhos individuais de necessidades que são coletivas.

Os primeiros registros sobre o serviço público têm origem com a revolução burguesa na França, apresentando a oferta de uma

[...] diversidade de serviços públicos diferentes, como linhas férreas, telégrafos, telefones, distribuição de água e energia etc., o que delineou o modelo francês do serviço público prestado à população, o que denota que, naquele país, tal serviço é um dos aspectos fundamentais do seu desenvolvimento histórico (NEGREIROS, 2014, sem página).

Além disso, quando vamos pensar a nível de Brasil, já no período colonial é possível observar a implementação do serviço público no âmbito da administração. De acordo com Negreiros (2014, sem página),

Após a proclamação da República, o funcionalismo tornou-se mais forte, colaborando direta e indiretamente com a administração, executando ações que movimentaram e impulsionaram os serviços básicos e essenciais de que necessitam os cidadãos em suas relações sociais com o Estado, no entanto, não existiam regulamentação nem legislação específica ou mesmo denominação alguma para os servidores da República brasileira. Aos vinte e oito dias do mês de outubro de 1939, surge um dos primeiros documentos que consolida normas referentes ao funcionalismo público: o decreto 1713/39. Em 1943, o então presidente Getúlio Vargas, institui o dia 28 de outubro como dia do funcionário público e, em 11 de dezembro de 1990, publica-se o novo estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, que consolida o termo Servidor Público, através da Lei 8112/90, o Regime Jurídico Único – RJU. No entanto, antes da aprovação da Lei 8112/90, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu e forneceu referências em relação ao Serviço Público. A Constituição anterior, a Carta Magna de 1934, nada falava sobre o serviço ou o servidor público.

Partindo das provocações trazidas por Florestan Fernandes que, entre tantos outros debates, ressalta que

[...] *[as classes trabalhadoras]* precisam libertar-se da tutela terminológica da burguesia (isto é, de relações de dominação que se definem, na área da cultura, como se fossem parte do ar que respiramos ou “simples palavras”). ***Ora, em uma sociedade de classes da periferia do mundo capitalista e de nossa época, não existem “simples palavras”.*** [...] Se a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas práticas específicas e criadoras, ela tem de se apossar primeiro de certas palavras-chave (***que não podem ser compartilhadas com outras classes que não estão empenhadas ou que não podem realizar aquelas tarefas sem se destruírem ou sem se prejudicarem irremediavelmente***). Em seguida, deve calibrá-las cuidadosamente, porque o sentido daquelas palavras terá de confundir-se, inexoravelmente, com o sentido das ações coletivas envolvidas pelas mencionadas tarefas históricas (FERNANDES, 2018, p. 11 e 12, grifos nossos).

Evidenciamos, como explicitado no começo deste TCC, que fazemos uso da nomenclatura “trabalhador público” ou “trabalhador público federal”, com as devidas flexões de gênero, para nos referirmos a quem trabalha no âmbito do serviço público, pois, por mais que haja uma grande identificação histórica enquanto “servidores”, essa terminologia é oriunda de uma perspectiva patronal que desumaniza e mascara o papel de trabalhador que essa categoria exerce na sociedade brasileira, de maneira que mascara também as formas de resistência e as possibilidades de unidade e solidariedade com demais segmentos da classe trabalhadora, sendo uma terminologia “compartilhada com outras classes”. De fato, não existem simples palavras e o esforço de usarmos como principal termo para nos referirmos a essa categoria como sendo “trabalhador” é um esforço de capturar e enfatizar o conteúdo de classe envolto nessa realidade específica.

Os serviços públicos são um pilar essencial para a garantia de direitos à população, todavia, sempre que se fala sobre a necessidade de defesa desses serviços, surgem as manifestações de que o Brasil gasta demais com esses trabalhadores e, a partir dessa falácia, criam-se, mesmo no seio da própria classe trabalhadora que é diretamente prejudicada pelas contrarreformas, defesas e manifestações favoráveis a movimentos como o do caso da PEC 32 que propõe uma (contra) “reforma” administrativa que “visa a enxugar gastos públicos”.

Denominamos tais discursos como falácias, pois, ao analisar como se dão os serviços públicos nos demais países, nos deparamos com estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que organizou os quinze (15) países que mais possuem trabalhadores públicos no mundo e categorizou o número de acordo com percentual da população total. O estudo realizado em 2015 retrata que países como Japão, Estados Unidos e Alemanha – frequentemente apontados como dos que menos têm trabalhadores públicos e que são potências do capitalismo mundial – têm um maior contingente da categoria se comparados com o Brasil. Na tabela a seguir, sistematizada pela autora para fins de facilitar a visualização dos dados, podemos observar que, dos quinze (15) países que mais têm trabalhadores públicos, o que tem menos, tem quase 6% de sua população composta por trabalhadores públicos. No caso do Brasil, é apenas 1,6%.

TABELA 1: Comparativo entre a Porcentagem da População Composta por Trabalhadores Públicos e a Relação com os Países com Maior Quadro Efetivo em 2015

	PAÍS	PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO COMPOSTA POR TRABALHADORES PÚBLICOS
1	Noruega	30%
2	Dinamarca	29,1%
3	Suécia	28,6%
4	Finlândia	24,9%
5	França	21,4%
6	Canadá	18,2%
7	Grécia	18%
8	Reino Unido	16,4%
9	Espanha	15,7%
10	Estados Unidos	15,3%
11	Itália	13,6%
12	Turquia	12,4%
13	Alemanha	10,6%
14	Coréia do Sul	7,6%
15	Japão	5,9%
sem ranking	Brasil	1,6%

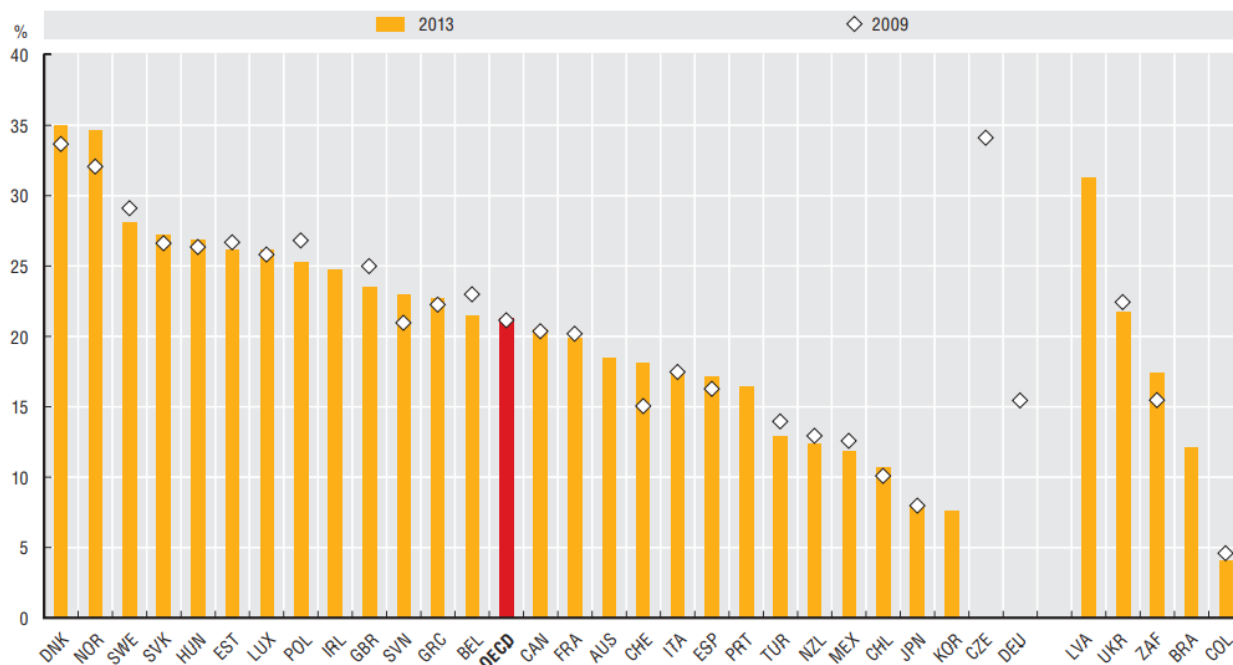
FONTE: OCDE, 2015.

Elaborado para fins didáticos por: WOLF DE FRAGA, Elisiane, 2022.

Em relatórios atualizados da OCDE, observa-se que entre 2009 e 2013, com relação à população economicamente ativa, o Brasil figurava entre os trinta (30) países com maior expressão de trabalhadores públicos – ainda que abaixo da média da organização, conforme gráfico adiante.

GRÁFICO 1: Relação de Trabalhadores no Setor Público e no Setor Privado entre 2009 e 2013, de acordo com a OCDE

3.1. Public sector employment as a percentage of total employment, 2009 and 2013



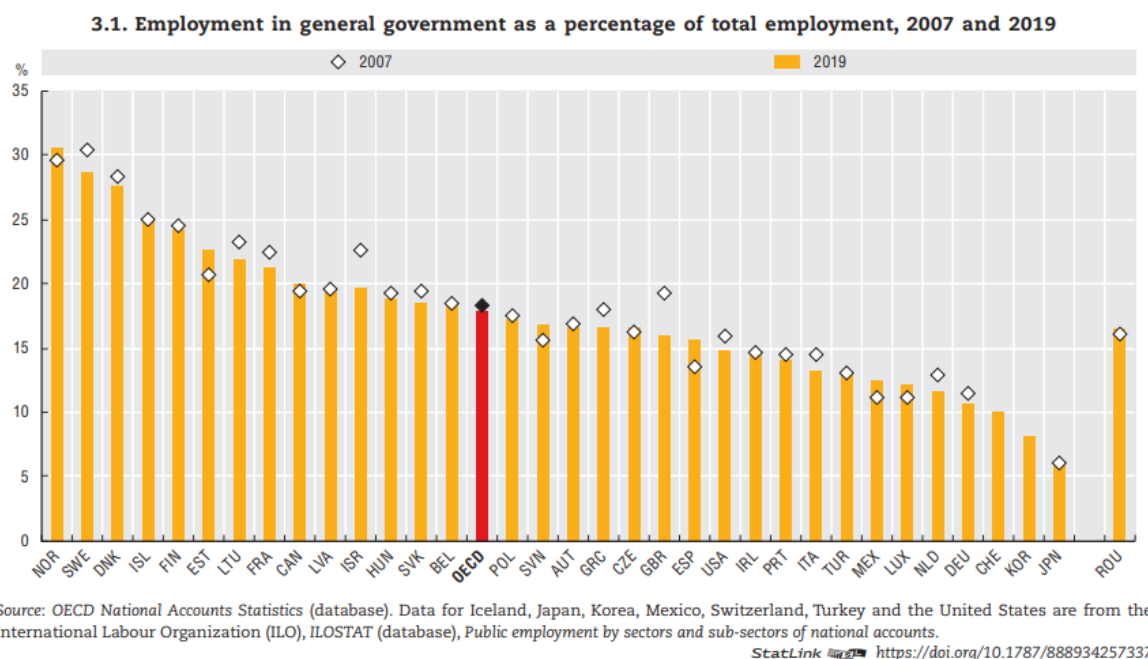
Source: International Labour Organization (ILO), ILOSTAT (database). Data for Italy are from the National Statistical Institute and the Ministry of Finance. Data for Portugal are from the Ministry of Finance. Data for Korea were provided by national authorities.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933248603>

FONTE: Relatório de 2015 da OCDE.

Contudo, após a incidência da pandemia de Covid-19 e da administração de Bolsonaro, o Brasil sequer integra a lista com os principais países a serem analisados neste âmbito, conforme podemos observar na gráfico seguinte que é parte do material “*Government at a Glance*” de 2021.

GRÁFICO 2: Relação de Trabalhadores no Setor Público e no Setor Privado entre 2007 e 2019, de acordo com a OCDE



FONTE: Relatório de 2021 da OCDE.

Os dados ficam ainda mais gritantes quando analisamos que a promoção das falácias pró-contrarreformas sobre o serviço público no Brasil se referem aos gastos com folhas de pagamento para trabalhadores públicos. Ainda com base na formação sócio-histórica brasileira que apresentamos em pontos anteriores, sabemos que o país tem um fundamento conservador e desigual nas suas relações. Isso também se manifesta quando voltamos nosso olhar para a percepção de que há diferentes níveis salariais para trabalhadores públicos de acordo com o nível da federação e dos três poderes em que estejam lotados. Dados de 2017 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicam que trabalhadores na esfera municipal têm um salário médio de menos de R\$3 mil; na esfera estadual, a média é de R\$5 mil; e, na esfera federal, a média é de R\$9,2 mil.

Essa noção é importante, uma vez que muito se justifica a tentativa de aprovação da contrarreforma administrativa com base em salários do poder judiciário que são na média de R\$ 30 mil; todavia, a média de trabalhadores do judiciário que encontram-se nessa faixa salarial é de apenas 4,2% da categoria – sendo quase irrisório, se comparado ao montante de trabalhadores públicos que temos no Brasil.

Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) de agosto deste ano apontam que, em 2022, de acordo com o custo de vida que temos atualmente, o salário mínimo da classe trabalhadora brasileira deveria ser de R\$ 6.298,91 – valor totalmente discrepante se comparado aos R\$1212 estabelecidos pelo Estado (cinco [5] vezes menos que o indicado). Trazemos esses dados porque, como diz Jeff Vasques, “nem só de rimas vive a poesia... dados, fontes, estatísticas, hipnotizam mais ainda³⁶”. E é nessa explicitação estatística que podemos observar que não se gasta muito com trabalhadores que estão lotados no serviço público. Na verdade, se gasta de menos com trabalhadores que estão lotados na iniciativa privada. Receber uma média de R\$9,2 mil (que é a média federal), com o aumento do custo de vida e tendo noção das necessidades de lazer e fruição para além da mera sobrevivência cotidiana, deveria ser a realidade de todo trabalhador brasileiro e não apenas dessa categoria.

Por isso, voltamos ao que nos traz Florestan sobre não termos simples palavras e sobre a necessidade de que “nossas palavras de ordem não fiquem em desordem³⁷”. Compreender-se enquanto trabalhadores públicos federais e como conjunto da classe trabalhadora brasileira é uma forma de resistir aos ataques e criar perspectiva de solidariedade com os setores proletarizados de nossa classe, rompendo com o viés ideológico de separação e distinção entre trabalhadores, mas de reconhecimento de quem são, de fato, os verdadeiros inimigos. O inimigo não é, de modo algum, quem ganha o básico para sua sobrevivência de forma digna, mas é aquele que a todo momento divide, gera indignação, escassez e culpabiliza quem a duras penas não vive de forma miserável nessa sociedade.

³⁶ Trecho do poema “Abaixo a Democratura”, de Jeff Vasques.

³⁷ Trecho adaptado do poema “Aos que Hesitam”, de Bertolt Brecht.

4.3. Saúde da Trabalhadora e do Trabalhador

*Nossas vidas não devem ser suadas
Do nascimento até a morte
Corações famintos, assim como os corpos
Nos dê o pão,
Mas também nos dê as rosas.*³⁸

Após as exposições já feitas, cabe trazeremos em que pé fica a saúde das e dos trabalhadores brasileiros nesse contexto de contrarreformas e de banalização do absurdo. A saúde do trabalhador, historicamente, é um campo de disputas no seio da luta de classes, pois contém em si elementos que podem sustentar uma relação de dominação do Capital sobre o Trabalho – ao pensar a saúde como uma forma de ter trabalhadores mais produtivos e, assim, aumentando os ganhos individuais às custas de produções sociais – como pode ser uma expressão de resistência dos trabalhadores sobre o Capital – no momento em que compreende-se a demanda de saúde como uma forma de garantia de qualidade de vida em detrimento dos ganhos da classe dominante.

Inicialmente, os estudos no âmbito de saúde do trabalhador sempre foram uma forma de reduzir danos à burguesia, vendo nos trabalhadores peças substituíveis no processo produtivo e não indivíduos dotados de direitos – sendo a saúde, em toda sua abrangência, um dos principais. Dessa maneira, pode-se dizer que

O Capital não tem, por isso, a menor consideração com a saúde e com a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-las. À queixa sobre a degradação física e mental, morte prematura, suplício do trabalho levado até a completa exaustão, responde: ***por que nos atormentamos com esses sofrimentos, se aumentam nosso lucro?*** De modo geral, isso não depende, entretanto, da boa ou da má vontade de cada capitalista. A livre competição torna as leis imanentes da produção capitalista leis externas, compulsórias para cada capitalista individualmente considerado (MARX, 1985, p. 306 e 307).

Por se tratar de uma disputa no terreno da luta de classes, a saúde do trabalhador, assim como a instituição de menores jornadas de trabalho, pode ser

³⁸ Tradução livre de trecho da música “Bread and Roses”, poema musicado de James Oppenheim. “Pão e Rosas” é um termo de luta que nasce através do discurso da grevista e sufragista Helen Todd da greve ocorrida em Lawrence, Massachusetts (Estados Unidos), entre janeiro e março de 1912. A ideia que vem de “pão e rosas” é de que nossos direitos trabalhistas são como o pão, mas além do pão – ou seja, não só pela mera sobrevivência – devemos ter direito às rosas, que representam qualidade de vida para além da jornada de trabalho. Hoje, a greve de Lawrence é conhecida como a greve por pão e rosas. Essa greve foi vitoriosa, pois culminou na implementação da redução da jornada, aumento de salários e reconhecimento dos sindicatos – que passaram a sindicalizar mulheres e homens negros, segmentos que outrora não compunham as entidades sindicais.

considerada “o resultado de uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora (Marx, 1985, p. 341)”. Dessa forma, ao longo do tempo, temos um desenvolvimento não apenas no processo de saúde-doença do trabalhador, mas também da própria medicina do trabalho e da compreensão da saúde ocupacional e da saúde do trabalhador. Ao focar numa perspectiva de causas e efeitos,

A Medicina do Trabalho tornou-se parte das medidas hegemônicas da burguesia para conter as condições criadas pela industrialização, seguindo a tendência de parcializar a problemática da saúde do/a operário/a e limitando-se a duas vertentes: a da atenção médica e dos “riscos do trabalho”. Estas vertentes encontram seu embasamento científico no “Modelo Médico” de processo saúde-doença, o qual coloca a doença como resultado da ação de agentes específicos – os riscos – tendo sua solução em uma ação meramente curativa. **O resultado desta visão acaba por ofuscar o complexo entendimento da relação entre processo de trabalho e saúde, considerando o adoecimento enquanto “doença geral ou natural”, excluída do contexto do trabalho**, que nessa lógica, se restringe aos riscos físicos, químicos, biológicos e mecânicos e que são abordados como prevenção e, na ausência dela, como indenização se for o caso (DEVIT e WÜNSCH, 2019, p. 71, grifos nossos).

Assim, ainda conforme as autoras,

Considera-se, portanto, que o trabalho e o modelo de produção em que este se insere são a essência das relações humanas. [...], **a saúde dos/as trabalhadores/as também é alienada na lógica do capital**, além de sofrer constantes consequências por conta do processo de trabalho e as condições em que este é realizado. Ao vender sua força de trabalho, o trabalhador não a separa de sua saúde, a qual é afetada pelo processo de trabalho. Ao mesmo tempo, sujeitos adoecidos e sem capacidade de trabalho são improdutivos para a lógica do capital. **Saúde e trabalho são, portanto, processos indissociáveis** (idem, p. 70, grifos nossos).

É importante evidenciar que a saúde do trabalhador não é completamente integrada à saúde pública, ainda que desde 2011 tenhamos no Brasil uma Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST) estabelecida pelo decreto 7.602 de 07 de novembro de 2011; um Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PLANSAT) e a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora desde 2012; e, também, a definição, através da Lei 8080 (Lei Orgânica da Saúde), da Saúde do Trabalhador como sendo um campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS).

A saúde do trabalhador, quando pensada num campo de direitos, ainda é um assunto que fica à parte nas análises de perspectiva de promoção de saúde na sociedade, sem, necessariamente, compreender um conjunto de ações de vigilância

e assistência aos trabalhadores que tem por objetivo garantir a promoção e a proteção da saúde dos mesmos, independentemente de sua atividade fim.

Dado o fato de este TCC ser de uma futura assistente social, o entendimento da saúde do trabalhador no campo de estudo do Serviço Social é extremamente importante, tendo em vista o caráter da profissão, de seu projeto ético-político de atuação e exercício, da compreensão nossa enquanto (futuros) assistentes sociais – portanto trabalhadores – e também de entendimento dos trabalhadores enquanto sujeitos dotados de direitos, sendo a saúde um destes direitos a ser promovido, protegido e garantido.

Assim, quando vamos pensar a ação profissional do Serviço Social nesse tema, conforme nos trazem Mendes e Wünsch (2011, p. 475 e 476),

O trabalho na área da saúde do trabalhador assume características interdisciplinares e intersetoriais, representado pela sua natureza multidimensional. O trabalho do assistente social é requisitado em diferentes instituições, na prestação direta de serviços e execução de programas, cujos principais espaços profissionais são: atenção básica de saúde, centros regionais de referência em saúde do trabalhador, hospitais públicos ou privados e serviços ambulatoriais referenciados, previdência social como espaço específico para o Serviço Social e reabilitação profissional, institutos próprios de previdência, serviços de medicina e segurança do trabalho vinculado a empresas e/ou instituições terceirizadas, gestão de recursos humanos para o desenvolvimento de programas voltados para a saúde do trabalhador, sindicatos que desenvolvem programas de promoção da saúde e defesa de direitos, serviços de vigilância e educação em saúde, trabalhos de assessoria e consultoria, organizações de ensino e pesquisa em saúde, entre outras áreas.

Atualmente, a classe trabalhadora brasileira figura índices perversos diante do atual contexto de sociabilidade capitalista, como vivenciar a volta da fome ao país, assolando mais de trinta e três milhões (33 mi) de brasileiros por dia, além dos mais de cento e vinte cinco milhões (125 mi) que estão em condição de insegurança alimentar, garantindo apenas uma refeição – péssima em índices nutricionais – ao dia. Os dados vêm da Vigisan (Inquérito Nacional Sobre Segurança Alimentar no Contexto da Pandemia Covid-19 no Brasil [2022]). Somado a isso, vêm os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública que, relacionados à violência, apontam que o Brasil é o país com maior número absoluto de homicídios no planeta, quando observa-se que nosso país tem uma população de 2,7% dos habitantes da Terra, mas que respondeu por cerca de 20,5% dos homicídios conhecidos que foram cometidos no mundo todo em 2020. Essas mortes têm classe, raça, gênero definidos: pessoas negras foram 78% das vítimas de homicídio no Brasil, sendo que

foram 84% das mortes cometidas por policiais. Quando se veem os números de feminicídio, 64% das vítimas são mulheres negras, assim como é maior o índice de mulheres negras que são encarceradas cotidianamente no Brasil, ocupando 62% das vagas (INFOPEN). O avanço do Estado Penal e a política racista representada por contrarreformas como a Emenda Constitucional 95 gera acontecimentos como o fechamento de escolas e abertura de unidades carcerárias, assim como de superlotação das mesmas, principalmente com pessoas negras – nesse sentido, no que se refere aos presídios brasileiros, observa-se o Brasil na 3ª e 4ª maiores populações carcerárias do mundo nos segmentos populacionais masculino e feminino, respectivamente.

Os números aqui apontados equiparam-se a baixas de guerra e são o retrato mais perverso de como a classe dominante e seu Estado veem as e os trabalhadores e sua saúde. Se como produto das guerras, na saúde mental conta-se com fenômeno denominado de Estresse Pós-Traumático (EPT), num país de periferia do capitalismo mundial que vive cotidianamente a realidade de guerra, principalmente nos espaços mais desfavorecidos pelo alcance do Estado na forma de direitos e serviços, o estresse se concretiza nos dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) que coloca o Brasil como sendo o país mais ansioso do mundo e que em 2018 já previa que a maior causa de afastamento de trabalhadores no país em 2020 seria por depressão. Se concretiza também quando, de acordo com dados do DataSUS, as mortes por lesão autoprovocada entre 2011 e 2020 aumentaram 35% no país – na contramão mundial, que vem reduzindo taxas de mortalidade por suicídio. Após a pandemia, esses números aumentaram mais de 40%.

A verdade é que a saúde da classe trabalhadora é, cotidianamente, afetada e prejudicada severamente após a condução de uma grande série de contrarreformas que ameaçam suas vidas a cada instante, e isso não é de hoje, mas diz respeito à gênese do próprio capitalismo. Como traz Engels (2010),

Quando um indivíduo causa a outro um dano físico de tamanha gravidade que lhe causa a morte, chamamos esse ato de homicídio; se o autor sabe, de antemão, que o dano será mortal, sua ação se designa por assassinato. Quando a sociedade põe centenas de proletários numa situação tal que ficam obrigatoriamente expostos à morte prematura, antinatural, morte tão violenta quanto a provocada por uma espada ou um projétil; quando ela priva milhares de indivíduos do necessário à existência, pondo-os numa situação em que lhes é impossível subsistir; quando ela os constrange, pela força da lei, a permanecer nessa situação até que a morte (sua consequência inevitável) sobrevenha; quando ela sabe, e está farta de saber, que os indivíduos haverão de sucumbir nessa situação e, apesar disso, a mantém, então o que ela comete é assassinato. **Assassinato**

idêntico ao perpetrado por um indivíduo, apenas mais dissimulado e pérfido, um assassinato contra o qual ninguém pode defender-se, porque não parece um assassinato: o assassino é todo mundo e ninguém, a morte da vítima parece natural, o crime não se processa por ação, mas por omissão – entretanto não deixa de ser um assassinato. [...] na Inglaterra a sociedade comete, a cada dia e a cada hora, o que a imprensa operária designa, a justo título, como assassinato social; que ela põs os operários numa situação tal que não podem conservar a saúde nem viver muito tempo; que ela, pouco a pouco, debilita a vida desses operários, levando-os ao túmulo prematuramente. [...] a sociedade sabe o quanto essa situação é prejudicial à saúde e à vida dos operários e que, apesar disso, nada faz para amenizá-la. [...] É evidente que ***uma classe que vive nas condições [...] descritas, desprovida dos meios para satisfazer as necessidades vitais mais elementares, não pode gozar de boa saúde nem chegar a uma idade avançada.*** [...] Submete-os às mais violentas emoções, às mais bruscas oscilações entre medo e esperança e persegue-os como a uma caça, não lhes concedendo nunca um pouco de paz e de tranquilidade. Priva-os de todos os prazeres, exceto do sexo e da bebida – mas porque diariamente os faz trabalhar até o esgotamento de suas forças físicas e morais, esses dois únicos prazeres permitidos são degradados pelos piores excessos (ENGELS, 2010, p. 136 e 137, grifos nossos).

Partindo dessa perspectiva de adoecimento em massa das e dos trabalhadores brasileiros, dadas as péssimas condições de vida e sociabilidade que lhe são disponibilizadas, e associando-a com as demais categorias abordadas nesta pesquisa, iremos nos debruçar sobre a saúde do trabalhador público federal em face das contrarreformas, mas sabendo que essa realidade tem flutuações para mais ou para menos, se em comparação com outros segmentos da classe trabalhadora brasileira, com distintos vínculos formais e informais.

Para pensar a saúde das e dos trabalhadores públicos federais, situamos, brevemente, o início da implementação de um conjunto de serviços que se relacionam a essa população específica. Em 2003, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) do governo Lula criou a Coordenação Geral de Seguridade Social e Benefícios do Servidor, cujo objetivo era implementar uma política de saúde para as e os trabalhadores públicos. Adiante,

Em 13 de novembro de 2006, através do Decreto de nº. 5.961, foi instituído o Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público Federal (SISOSP), que teve como finalidade uniformizar procedimentos administrativo-sanitários na área de gestão de recursos humanos e promover a saúde ocupacional do servidor. Contudo, o Sistema previa muito mais ações administrativas do que propriamente mudança conceitual sobre a atenção à saúde do trabalhador (ARAÚJO, 2014, p. 61).

Na sequência, em 2008, a Coordenação Geral de Seguridade Social e Benefícios do Servidor observou as diferenças de atendimento, modelos de assistência, perícia e outros e apresentou como “[...] desafio [...] organizar unidades

que desenvolvam atividades integradas de assistência, de perícia e de promoção e vigilância com racionalização de recursos humanos, físicos e financeiros para uma melhor atenção ao servidor (Portal SIASS, 2008, sem página)”. Assim, no ano seguinte, 2009, nasce, efetivamente, o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS). O SIASS,

[...] de acordo com o Decreto, tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida pelo Governo (ARAÚJO, 2014, p. 62).

O SIASS, apesar de ser uma ferramenta de gestão, ou seja, institucional, tem um grau de relevância no acompanhamento da saúde das e dos trabalhadores públicos federais e, ao longo do período que iremos observar a incidência do processo das contrarreformas, esse sistema foi perdendo a força e a capacidade de atuação junto aos trabalhadores. Isso se manifesta, por exemplo, com o fechamento ou desarticulação desse serviço no âmbito de alguns órgãos e autarquias, como ocorreu com o INSS. Em 2019, a principal demanda que surgiu a nível regional na categoria, de acordo com os atendimentos prestados na SST, foi a de falta de perícia médica para trabalhadores públicos federais e a desarticulação do serviço. Nesse período ocorriam perícias à população segurada, mas não à categoria que trabalhava nesses serviços, sendo que muitos ficaram mais de ano sem passar por processo de perícia – necessitando de afastamentos em caso de licença-saúde que se tornaram afastamentos administrativos – ou passando por perícia retardatária via acordos institucionais entre órgãos, ministérios e autarquias. Cabe ressaltar que esses acordos foram organizados com contrapartidas e a partir do exercício de autonomia dos gestores das Gerências Executivas. Nesse processo, houve parcerias de algumas gerências com a Universidade Federal de Rio Grande (FURG), com o Ministério da Saúde, entre outros.

Além do SIASS, alguns espaços, a nível de INSS, contavam com o Serviço de Qualidade de Vida no Trabalho (SQVT), que, como o próprio nome situa, tem por objetivo fomentar uma perspectiva de qualidade de vida nas jornadas. O SQVT não tem um início muito bem definido em aspectos de portarias, mas em 2018 é publicado no Diário Oficial da União a Resolução Nº 651, de 28 de maio, em que

disciplina a execução da área de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho. Esse sistema, então é

[...] gerido pela Coordenação de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, que integra a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, vinculada à Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP, e suas ações são executadas em conformidade com os seguintes eixos estratégicos, definidos no Plano Plurianual de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, aprovado por Portaria da Diretoria de Gestão de Pessoas:

I - qualidade de vida no trabalho como caminho para um ambiente saudável, de valorização dos servidores e das relações profissionais;

II - fortalecimento e integração das ações direcionadas ao envelhecimento ativo, bem estar físico, social e mental;

III - promoção da acessibilidade como direito da pessoa com deficiência e dever institucional na eliminação de barreiras; e

IV - responsabilidade socioambiental como valor institucional. (BRASIL, 2018, sem página).

Infelizmente, o SQVT, assim como o SIASS, vê-se desarticulado na realidade cotidiana das e dos trabalhadores do INSS, não sendo uma proposta concreta na atualidade. Em 2021 saiu uma portaria (1348, de 10 de setembro), estabelecendo a composição, organização e atividades a serem realizadas pelas equipes multiprofissionais da área de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho do INSS, mas no âmbito do Rio Grande do Sul, em 2022, essa demanda ainda se apresenta de forma abstrata.

Sobre a saúde das e dos trabalhadores públicos federais que são os protagonistas desse processo investigativo, salienta-se que, de acordo com dados de atendimentos da SST (que estarão dispostos no próximo ponto), há uma enorme demanda de aspectos de cuidado que perpassam pela saúde física e mental. Nos atendimentos observa-se um nexos direto com o trabalho quando culminando em adoecimentos.

4.4. A Saúde das e dos Trabalhadores Públicos Federais em Dados

A justificativa de escolha do tema e da elaboração desta pesquisa se dá, entre muitos fatores, pela observação do expressivo aumento de casos de adoecimento na categoria federal representada pelo Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no Rio Grande do Sul (SINDISPREV/RS) através da Secretaria de Saúde do Trabalhador (SST)³⁹.

³⁹ A SST é uma das dezesseis (16) secretarias que compõem o SINDISPREV/RS. A mesma sempre esteve presente no estatuto da entidade, mas ganhou maior materialidade em 2014 com a compreensão de que essa secretaria deveria ter, além de um quadro de diretorias políticas eleitas,

Enquanto estagiária na SST, a autora deste TCC esteve nesse espaço sócio-ocupacional desde 2019, passando por estágio curricular em Serviço Social nas modalidades obrigatório e não obrigatório. Nesse recorte temporal, compreende-se um período anterior à pandemia e o período pandêmico em si. De 2019 a 2022, período ao qual a autora esteve vinculada à SST, foi possível observar um grande aumento do número de casos de adoecimentos psíquicos e físicos na categoria representada. Se a situação da categoria emitia alertas antes da pandemia, com a chegada do Coronavírus no Brasil faltaram sirenes para divulgar os estragos e a necessidade de estudos e investigações no domínio da saúde do trabalhador. Desde o início do contexto pandêmico no Brasil, no começo de 2020, verifica-se que a esmagadora maioria dos casos atendidos pela SST ocorre no âmbito da saúde mental⁴⁰. Em face desse cenário, muitas foram as indagações que surgiram no que se refere ao campo do trabalho e ao campo da saúde das e dos trabalhadoras.

No Brasil, vivencia-se um “apagão” de dados sobre a categoria de trabalhadores federais vinculados funcionalmente nas políticas de saúde, trabalho, previdência e assistência social. No tocante à categoria a nível regional, a realidade não é diferente. Mesmo após incessantes tentativas de coleta de dados junto aos órgãos, ministérios e autarquias, ainda há uma imensa dificuldade de obtenção dos mesmos, assim como de fazer prova destes quando o são obtidos, pois muitas informações “oficiais”, quando verificadas, não batem, gerando dados inconclusos. Por isso, o principal de informações que é possível obter da categoria advém do trabalho profissional exercido nas respectivas entidades sindicais através do controle de atendimentos, eventos e assemelhados. Estes materiais, embora muito importantes, acabam não demonstrando a realidade da categoria de maneira concreta, de modo que se possa ter dados fáticos, analíticos, específicos e verificáveis (Kahlmeyer-Mertens et al, 2008). Essa falta impede a possibilidade de produzir conhecimento científico e, assim, manifesta-se na dificuldade de executar

também um quadro técnico para melhor acolher as demandas trazidas pela categoria representada pelo SINDISPREV/RS. Dessa forma, desde 2014 a SST conta com uma equipe técnica composta por assistente social, psicóloga e estagiários (2) de ambas as formações.

⁴⁰ Importante salientar a maior incidência dos casos nesse tocante, ainda que não façamos distinção de saúde física e mental no que se refere ao todo que engloba as definições de saúde. Compreendemos que os indivíduos não se manifestam na sociedade de forma fragmentada, mas de maneira integral. Por isso, usamos por base um dos princípios do SUS que é a integralidade que pode ser observada quando “a pessoa é compreendida na sua totalidade, considerando os aspectos biológicos, psicológicos e socioculturais (Paim e Da Silva, 2010, p.112)”.

práticas interventivas efetivas junto à categoria, uma vez que, não conhecendo as especificidades da realidade deste conjunto de trabalhadores, é muito difícil identificar as melhores estratégias e táticas que tenham potencial aglutinador da categoria e da classe em geral. Entretanto, é importante salientar que, ainda que não completamente científicos, dados de atendimento no sistema, por exemplo, são importantes ferramentas para a identificação de possíveis alterações nos processos de trabalho e, conseqüentemente, nos processos de saúde-doença que envolvem a categoria.

Para se ter uma ideia, de acordo com dados de atendimento extraídos do sistema interno do SINDISPREV/RS⁴¹, de 01 de março de 2014⁴² a 13 março de 2020⁴³, a Secretaria de Saúde do Trabalhador registrou seiscentos e quatorze (614) atendimentos destinados a mais de trezentos e cinquenta (350) trabalhadores públicos federais. No período pandêmico, temos dados de que desde 14 de março de 2020⁴⁴ a 31 de agosto de 2022⁴⁵, foram registrados ao todo seiscentos e quarenta e dois (642) atendimentos. Sendo assim, de janeiro de 2014 a 31 de agosto de 2022 foram totalizados mil duzentos e cinquenta e seis (1256) atendimentos pela SST. Adiante, uma sistematização em tabela da quantidade de atendimentos por ano.

⁴¹ O mesmo foi possível pela adesão da entidade de classe ao assinar o Termo de Concordância Institucional (TCI). Para mais, verificar o ponto 5 que aborda os aspectos éticos que conduzem esse projeto de pesquisa.

⁴² Ano de referência para o início das atividades técnicas da SST no SINDISPREV/RS.

⁴³ Último dia de trabalho presencial no SINDISPREV/RS antes da adoção da prática de isolamento social em decorrência da pandemia.

⁴⁴ Data referência em que a entidade colocou as e os trabalhadores do sindicato para exercício de trabalho remoto em função dos riscos sanitários gerados a partir da pandemia.

⁴⁵ Data referência para início da elaboração deste projeto de pesquisa.

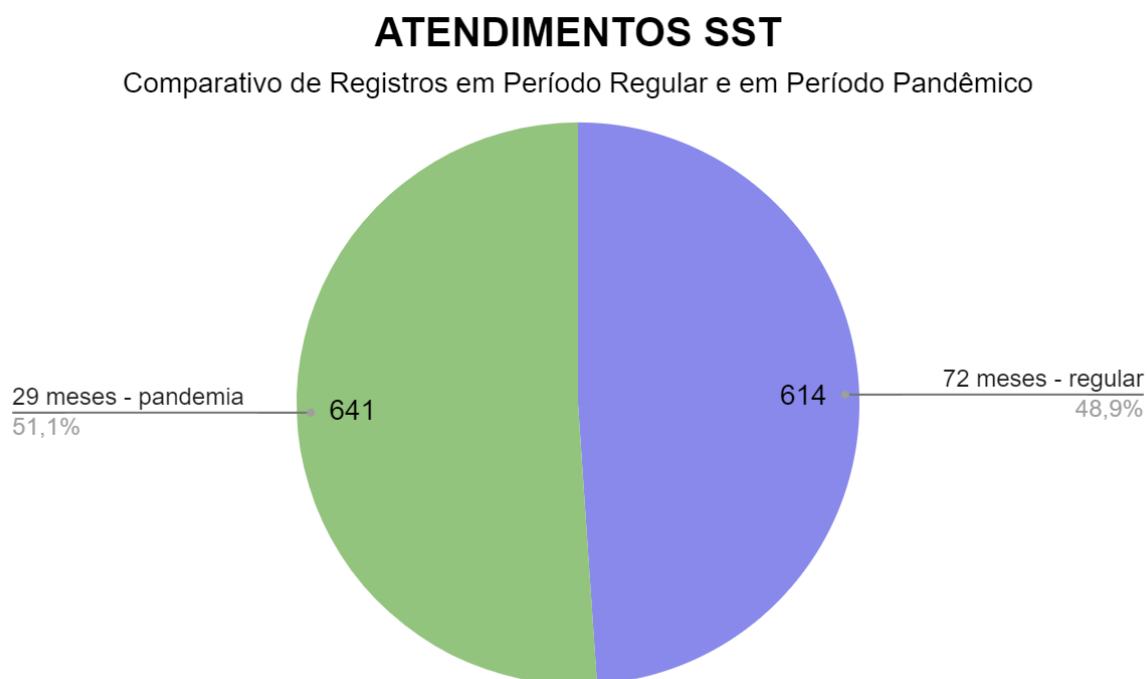
TABELA 2: Relação de Atendimentos da SST Ano a Ano

ANO	TOTAL DE ATENDIMENTOS
2014	22
2015	36
2016	58
2017	56
2018	129
2019	283
2020	235
2021	276
2022, até 31 de agosto	161
TOTAL	1256

Fonte: elaborado por WOLF DE FRAGA, Elisiane, 2022.

Destes 1256, mais da metade (51,11%) foi registrada na pandemia e num período de tempo muito menor, tendo em vista que em vinte e nove (29) meses se obteve a média de atendimentos que precisaram de setenta e dois (72) meses para serem concretizados, conforme mostramos no gráfico a seguir.

GRÁFICO 3: Comparativo de Registros de Atendimentos da SST em Período Regular e em Período Pandêmico



Fonte: elaborado por WOLF DE FRAGA, Elisiane, 2022.

Ainda neste tocante, cabe relatar que no ano de 2021 a SST fez um levantamento acerca da situação de saúde da categoria e os reflexos mais imediatos observados no contexto de pandemia. O levantamento foi feito para atingir todos os segmentos da categoria federal representada pelo SINDISPREV/RS (independentemente do órgão e política em que as e os trabalhadores estivessem lotados) a partir de um questionário remoto que continha perguntas sobre os impactos individuais da pandemia para as e os trabalhadores, mas também para as famílias, a exemplo de situar sobre a perda de entes para a Covid e assemelhados. Além disso, o questionário buscava compreender as condicionantes de trabalho no ambiente familiar e as alterações repercutidas no âmbito da saúde física e mental. O material foi coletado em meio ao mês de abril, pois foi produto de uma campanha relacionada ao “abril verde” – mês histórico de luta no âmbito da saúde do trabalhador. Além destes dados, foi composta uma cartilha de conscientização sobre os riscos psicossociais do momento referido. Cabe ressaltar que esse período foi um

dos piores da pandemia no Brasil, de maneira que em março foram registradas 66.573 mortes por Covid, em abril, 82.266 e em maio, 59.010.

No tocante dos dados obtidos (SINDISPREV, 2022), com relação à pandemia, para as mulheres da categoria que responderam ao questionário (60,3% do público respondente), a carga de trabalho exaustiva pelas metas – consideradas abusivas – se somou à carga igualmente aumentada durante o período pandêmico no trabalho doméstico e cuidados com a família (filhos, esposo, esposa, pai, mãe, sogros, etc.). Esta sobrecarga e exigência teve uma correspondência material na saúde das mulheres, que responderam que observaram o aparecimento de alguns sintomas emocionais, tais como irritabilidade, alterações de humor, problemas no sono, impaciência, ansiedade, baixa tolerância à frustração e sintomas vinculados à depressão. Sobre o assédio moral e a relação com o trabalho durante a pandemia, 31,8% dos trabalhadores relataram presenciar situações de assédio moral. Também nesse contexto, 37,9% dos trabalhadores relataram afastamento do trabalho por outras questões de saúde não relacionadas à Covid-19, destes 31,4% relataram que os afastamentos têm relação com sua saúde mental; 77,3% relataram sofrer dores musculares (pescoço, coluna, braços e punhos), como as lesões por esforços repetitivos (LERs); 84,8% relataram a invasão das questões de trabalho em sua esfera íntima e pessoal; 87,8% relataram desempenho mediano ou insatisfatório no trabalho em virtude dos impactos negativos das mudanças de metas e rotinas durante a pandemia.

Esses números demonstram como a categoria é um espelho da classe trabalhadora do Brasil. Não à toa, a SST tem acompanhado uma maior incidência de trabalhadores que têm atingido o Burnout⁴⁶, episódios de ansiedade, de quadros diagnosticados de depressão e de maior número de tentativas de suicídio no interior da categoria. Mas o que fazer nesse cenário? Como lidar com a saúde de trabalhadores que encontram-se tão adoecidos? Como disse Brecht, “Nosso número

⁴⁶ “O Burnout também é conhecido como Síndrome do Esgotamento Profissional e, atualmente, é um problema crescente e urgente no serviço público federal. A exigência do envolvimento interpessoal direto e intenso com a população usuária que demanda seus serviços, associada às exigências profissionais cada vez mais intensas, acaba resultando no grande adoecimento dos servidores públicos. O termo Burn (queimar) out (para fora/por inteiro) é um pouco diferente do quadro do estresse, mas é diretamente decorrente de situações estressoras que passam de pontuais, para prolongadas. Assim, é importante fazer essa distinção porque alguns sintomas do estresse estão presentes na Síndrome de Burnout, porém, ela possui sintomas específicos e alguns deles também são decorrentes de situações que causam estresse e adoecimento. Diferentemente do estresse que pode ser acionado por situações externas ao trabalho, o Burnout é diretamente vinculado à atividade e ao contexto de trabalho (MACHADO et al, 2022, p. 5)”.

se reduz. Nossas palavras de ordem estão em desordem. O inimigo distorceu muitas de nossas palavras até ficarem irreconhecíveis”, contudo, mesmo nessas situações, nossa classe conseguiu se sobrepujar aos movimentos alienantes e desagregadores, de maneira que, como trouxe Rosa Luxemburgo, “não estamos perdidos; pelo contrário, venceremos se não tivermos ‘desaprendido a aprender’.” É a partir dessa perspectiva que se desenham os enfrentamentos ao adoecimento no ambiente de trabalho, comprovando mais uma vez que **enquanto houver trabalhador, há luta e possibilidade de vitória e resistência**. Como trazem Marx e Engels (2010, p. 23), “de tempos em tempos os trabalhadores saem vitoriosos, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o sucesso imediato, mas a união crescente dos trabalhadores”. No próximo ponto abordaremos algumas das resistências ante as contrarreformas protagonizadas pela categoria em luta.

5. AS FORMAS DE RESISTÊNCIA PROTAGONIZADAS PELAS E PELOS TRABALHADORES PÚBLICOS FEDERAIS ATRAVÉS DE SUA ENTIDADE SINDICAL

*Todos juntos
temos mais morte que eles
porém todos juntos
temos mais vida que eles*⁴⁷

Dado o cenário de adoecimentos e de constantes ataques à classe trabalhadora, é importante evidenciarmos as formas de resistência que foram encontradas por essa classe para poder sobreviver, tentar refrear as investidas do Capital e da burguesia e, dessa forma, tentar também avançar rumo a novas conquistas. Conforme trouxemos no início deste TCC, uma das formas de tentarmos mapear ataques e resistências protagonizadas por trabalhadores públicos federais foi através do acompanhamento, via pesquisa documental, da principal entidade que representa estes trabalhadores a nível regional no estado do Rio Grande do Sul; neste caso, o SINDISPREV/RS.

Assim, usou-se como fonte o sítio eletrônico do SINDISPREV/RS e foi observada a totalidade das postagens/notícias veiculadas neste espaço entre os

⁴⁷ Trecho do poema “Todos”, de Roque Dalton.

anos de 2016 e 2021. O *site* da entidade sindical está disponível via <www.sindisprevrs.org.br>, sendo alimentado pela Secretaria de Imprensa e Divulgação com interlocução com todas as demais quinze (15) secretarias que conformam o sindicato. O sítio eletrônico do SINDISPREV/RS é uma importante ferramenta a ser observada, pois guarda registros bastante importantes da história recente do sindicato, sendo a principal fonte de consulta de quem tem o interesse de aproximar-se das ações da entidade. Atualmente, quando observados os sites de demais entidades locais, o do SINDISPREV/RS é um dos que apresenta-se como sendo um dos mais atualizados – mais um dos motivos de utilização destes dados. Sua interface atual encontra-se disposta na forma de Anexo A, ao término deste trabalho.

O universo encontrado foi de quatrocentos e trinta e três (433) materiais publicados. Tendo chegado a esse montante de publicações, foi realizado um processo de revisão de todas, individualmente, a fim de ver o que poderia ser definido como amostra final para análise. Para delimitar o que seria analisado, abriram-se as matérias e foi feita sua leitura integral e, a partir dessa leitura, foi feito destaque: 1) às publicações que versavam sobre ataques diretos protagonizados pelo Estado brasileiro ou pelos órgãos ao qual as e os trabalhadores federais estão lotados; 2) às resistências protagonizadas pela categoria federal organizada por sua entidade ou pelos trabalhadores gaúchos e brasileiros, de modo geral. Nesse movimento, além de observar essas questões, foi destacado qual segmento da categoria que era atacado e/ou resistia, a exemplo: saúde, previdência, vigilância sanitária, etc., ou, ainda, se a ação de resistência tinha relação com um movimento de solidariedade para com qualquer outro segmento da classe trabalhadora (independentemente do vínculo). A partir desse recorte, nossa amostra, que passou do total de quatrocentos e trinta e três (433) publicações iniciais, foi reduzida a duzentas e dezoito (218) publicações para análise, distribuídas por ano.

TABELA 3 - Relação entre Universo e Amostra Final das Publicações

PUBLICAÇÕES SITE SINDISPREV/RS		
ANO	UNIVERSO	AMOSTRA
2016	84	27
2017	53	29
2018	27	20

2019	60	44
2020	55	48
2021	154	50
TOTAL	433	218

FONTE: elaborado por WOLF DE FRAGA, Elisiane, 2022.

Antes de chegar aos dados, cabe deixar explícito que a presença de um determinado tópico sendo defendido ou não aparecendo no universo relacionado ao *website* não garante que esse tópico tenha sido efetivamente debatido ou tornado concreto no seio da categoria, pois o que temos através das publicações é apenas um fragmento do período e não quer, necessariamente, dizer que tenha correspondência total na realidade. Essa observação não é feita com a finalidade de reduzir os dados obtidos ou deslegitimá-los; muitíssimo pelo contrário, é uma preocupação e um cuidado éticos para que estes sejam observados com atenção e tendo por horizonte duas perspectivas que relacionam-se intimamente com o método materialista-histórico-dialético: a) no papel e no discurso cabem tudo, e a forma de comprovar determinado conteúdo na realidade é lançando-o à prática. No caso das publicações passadas não há como fazer isso, então, tendo por base o que Marx (2008, p. 48) traz quando diz que “não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz”, não podemos julgar as publicações inteiramente pela forma como elas são autorretratadas (uma vez que são publicações internas e com posicionamentos políticos feitos por parte da entidade), mas tentar buscar elementos na realidade que comprovem essa adesão; b) o fato de algum tema não ter aparecido nas buscas não quer dizer que o sindicato e/ou a categoria não tenham se mobilizado com relação a determinado tema, quer dizer, apenas, que não tem uma publicização a este respeito no sítio eletrônico – que foi nosso espaço de coleta –, podendo conter em outras mídias que não são o foco de nossa análise (como redes sociais, mídias impressas, etc.).

Tendo explicado os elementos anteriores, nosso recorte se inicia pelo ano de 2016 por duas questões específicas: a primeira pelo o que significou o ano no contexto da luta de classes – em que foi efetivado o golpe em Dilma Rousseff e a aceleração de implementação de novas contrarreformas – e a própria necessidade concreta de fazermos um recorte relativamente curto, dado o nível de complexidade que se refere um TCC da graduação.

Pode-se dizer que 2016 foi um ano tenso do início ao fim, pois o mesmo já era marcado, em seu princípio, por manifestações contrárias ao governo Dilma tanto num viés político à direita, como num viés político à esquerda. Dilma que, reeleita em 2014, chama Joaquim Levy, banqueiro, para compor o Ministério da Fazenda e que lança as Medidas Provisórias 664 e 665 contra a classe trabalhadora brasileira, modificando as regras de concessão de benefícios trabalhistas e previdenciários – além de executar cortes na educação –, se vê ameaçada também pela burguesia nacional tanto pelo aspecto de retorno às bases conservadoras no país, quanto quando opera ações ínfimas à classe dominante (como aumento da carga tributária), deixando explícito que na luta de classes não há espaço para a conciliação.

Esse cenário transpassa toda a sociedade. Assim, no que se refere às e aos trabalhadores públicos federais lotados nas políticas de saúde, trabalho e previdência, não é diferente. Dilma era a patroa desses trabalhadores e, nesse período, do que há de publicações relacionadas a janeiro, das sete (7), seis (6) são respostas da categoria para ataques diretos ou indiretos. Destaca-se nesse bojo, por exemplo, a solicitação, junto à FENASPS, de suspensão de ciclos de controle de desempenho (GDASS)⁴⁸ no INSS como uma tentativa de que as e os trabalhadores não sofram perseguições políticas ainda em detrimento de uma greve realizada pela categoria no ano de 2015. Além disso, relacionado especificamente ao Serviço Social, há respostas, por parte de trabalhadoras assistentes sociais e suas entidades representativas (como a FENASPS e o CFESS), de ataques no que se refere à contratação de assistentes sociais de maneira a resguardar as atribuições privativas destas e destes; e, ainda, o repúdio à pedalada do governo Dilma que, um dia após reunião com as entidades, através do decreto 8.653/2016 avança para descaracterizar os processos de trabalho dessa categoria – no INSS e nacionalmente –, nomeando a mesma no âmbito da autarquia como sendo “técnico/analista do seguro social”. Nesse tocante, cabe destacar que muito da precarização que observamos nos dias atuais no seio da profissão foram construídos por movimentos como este, não à toa, o INSS é considerado o laboratório das medidas contra a classe trabalhadora no país.

Dando um salto temporal para os meses de maio a dezembro de 2016, em que o patrão da categoria federal mudou para o golpista Temer, as manifestações seguem um padrão: das vinte (20) publicações, seis (6) são expressões públicas de

⁴⁸ Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social.

solidariedade da entidade sindical para com outras categorias e segmentos da classe trabalhadora, como é o caso de apoio às e aos trabalhadores públicos do estado do Rio Grande do Sul e do município de Porto Alegre, e, também, a todas aquelas e aqueles que foram brutalmente reprimidos nas diversas manifestações contra o autocrata Temer. Outra característica deste momento é a tentativa de exposição dos absurdos propostos por Temer na modalidade das contrarreformas: no recorte temporal foram feitas oito (8) publicações relacionadas às contrarreformas trabalhista, previdenciária e do teto de gastos públicos, sendo que a última publicação é com a aprovação no Senado da PEC 55 que se torna, futuramente, a EC 95. Entretanto, não é apenas de batalhas que se vive a vida, e um dos elementos mais presentes no ano de 2016 foi a proposta de organização política da categoria junto aos demais trabalhadores brasileiros, de forma que cinco (5) publicações se relacionam à construção de atos contra o presidente Temer e à rearticulação de espaços político-organizativos da categoria federal.

No ano de 2017, a necessidade do Capital se centrava em seguir agilizando as contrarreformas e isso se manifestou logo com a aceleração da caminhada da contrarreforma trabalhista, aprovada em julho daquele ano. Além disso, foram feitas diversas tentativas de implementar a contrarreforma da previdência que, por acordos políticos, foi deixada em suspenso (até 2019). Em 2017, o SINDISPREV/RS fez, em seu site, cinquenta e três (53) publicações, destas, vinte e nove (29) se relacionavam a ataques e resistências. Dezesete (17), ou seja, 58,6% das publicações têm a ver com alertas, denúncias e manifestações contrárias às contrarreformas, com maior ênfase na previdenciária, tendo em vista a relação com o INSS, com onze (11) matérias debatendo o tema. Neste tocante, oito (8) postagens foram no campo relacionado às ações vertidas e voltadas para a construção da entidade, como a organização de congressos, assembleias e assemelhados. Quatro (4) publicações foram em solidariedade a outros segmentos dos trabalhadores, denunciando as prisões políticas do governo Temer, o avanço das pautas conservadoras racistas e misóginas, assim como repudiando e exigindo resposta frente ao assassinato de um militante de organização popular em luta por moradia. Outro posicionamento importante que a categoria toma, através de seu sindicato, é o de colocar-se contra o imposto sindical, fazendo uma leitura crítica da realidade, situando esta medida como uma maneira que o Estado burguês, na condição de patrão, tem de criar uma relação paternalista e de dependência para com as

entidades, tornando espaços sindicais – que deveriam ser espaços de luta, dada a ferramenta que o sindicato pode ser na mão das e dos trabalhadores – espaços de cooptação e correia de transmissão dos governos. Abaixo, uma relação destas postagens.

A entrada no ano de 2018 já denota outros desafios, a começar por uma reorganização da burguesia brasileira e de quem comandaria o Estado no período dos quatro anos que se sucederiam. Neste momento, intensificam-se mais ainda as lutas das e dos trabalhadores brasileiros, pois apresenta-se no cenário a reação conservadora encabeçada por Bolsonaro e sua corja fascistoide. Para a categoria federal, o ano inicia com manifestações contrárias à contrarreforma da previdência. Em 2018, o SINDISPREV/RS fez um total de vinte e sete (27) publicações em seu site, destes, vinte (20) se enquadram nos parâmetros desta pesquisa. Assim, seis (6) matérias falam das contrarreformas da previdência, trabalhista, administrativa e, também, anunciam o ataque brutal representado na extinção do antigo Ministério do Trabalho e Emprego, hoje Ministério do Trabalho e Previdência Social. Além disso, 2018 é o ano da implementação do teletrabalho no INSS e a categoria começa a tentar qualificar seu debate a respeito da nova modalidade em seus espaços internos formativos e deliberativos. Para a entidade, 2018 também foi marcado pelas ações contra a eleição de Bolsonaro, com trabalhadores públicos federais construindo e participando de atos, assim como tentando articular a base para participar de ações sindicais que debatam o que representaria ter o crápula como chefe de Estado no país.

No entanto, apesar das construções feitas “às pressas” no período eleitoral, o produto de anos do apassivamento da classe trabalhadora oriundo dos governos de conciliação de classes e efetivação do projeto democrático e popular foi maior: como traz Brecht, “a cadela do fascismo” deu à luz e

A única maneira de enfrentar o discurso e a prática política da direita é **revelando sua particularidade e a natureza de seus interesses de classe**. No entanto, esta não é uma mera operação racional, em grande medida **a luta de classes exige que a transição da alienação para a consciência de classe também opere com mecanismos subjetivos, de identidade de classe, de formação de uma nova subjetividade, de transformação cultural. O fascismo só tem espaço para crescer na derrota da esquerda.**

Contra esta ofensiva da direita, que era inevitável, seria necessário agora uma classe trabalhadora constituída enquanto classe e portadora de valores e uma visão de mundo revolucionária, que visse na ameaça fascista a necessidade de sua maior unidade. **Na ausência desta consciência de classe, na desarticulação da visão de mundo de esquerda que poderia ordenar o senso comum numa direção diferente, os membros das**

classes trabalhadoras são devolvidos à serialidade e viram presas do discurso conservador.

Enganam-se os que querem restringir o pensamento conservador a uma categoria de eleitores, ou apenas aos segmentos médios. O grande risco é que a base de massas para alternativas conservadoras (não creio que no momento possam ser identificadas como fascistas) não pode ser somente as chamadas “classes médias”, ainda que sejam estas a caixa de ressonância por natureza da proposta conservadora. ***O alvo é outro. São os trabalhadores. Por isso o abandono das demandas próprias de nossa classe pelo governo de pacto social é o caminho mais rápido para dotar a alternativa de direita da base social que ela precisa*** (IASI, 2015, sem página, grifos nossos).

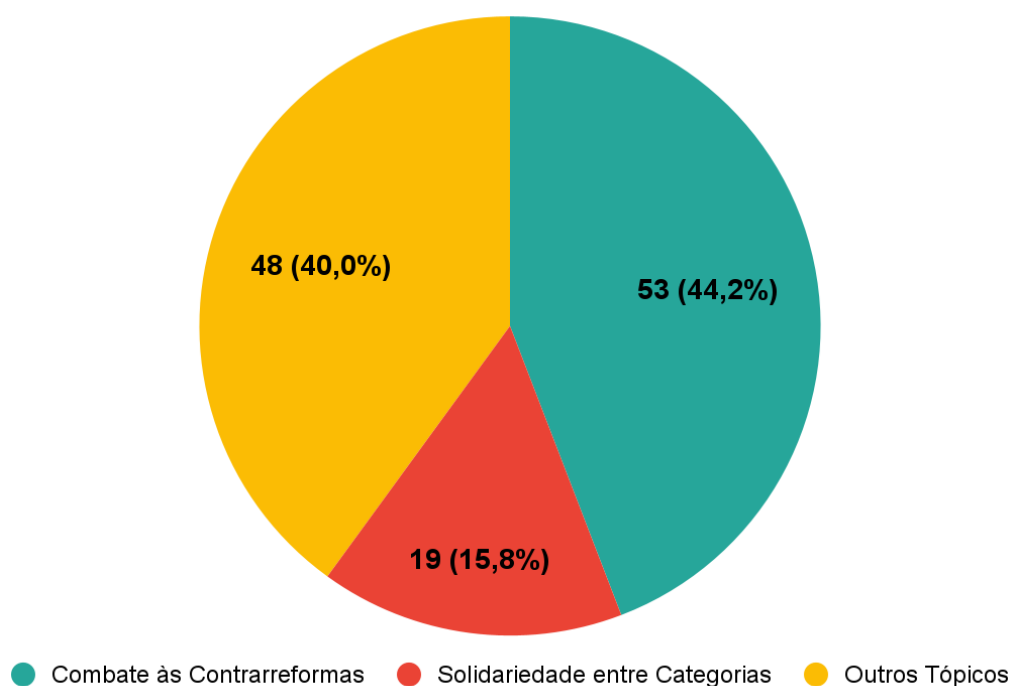
E, dessa forma, entra-se no ano de 2019, primeiro ano de Bolsonaro à frente do Brasil. Ano em que começa explicitamente uma série de horrores à classe trabalhadora brasileira, mas que essa mesma classe acaba legitimando. No âmbito das e dos trabalhadores públicos federais no Rio Grande do Sul foi um ano de grandes acirramentos. No site da entidade neste ano foram feitas sessenta (60) publicações. Destas, quarenta e quatro (44) tinham um cunho político representado em ataques e resistências. Vinte e duas (22), ou seja, 50%, relacionavam-se às contrarreformas da previdência, da educação e administrativa. Além disso, 2019 foi o ano em que o Serviço Social do INSS foi extinto à população a partir da MP 905, que instituiu o contrato de trabalho verde e amarelo, alterando a legislação trabalhista e aprofundando, assim, os ataques aos direitos e benefícios sociais, de maneira que aumenta a desproteção social das e dos trabalhadores brasileiros. Cabe ressaltar que esta medida foi revertida no ano seguinte após muita luta da categoria de assistentes sociais nacionalmente, através de suas entidades representativas (presente nos registros documentais desta pesquisa), porém os ataques seguem ainda na atualidade na forma de descaracterização do serviço e da profissão no âmbito da autarquia.

Como não se faz luta nem resistência sozinho, 2019 também foi marcado por postagens de solidariedade à luta coletiva de outros segmentos da classe trabalhadora brasileira, ocupando um total de 13% das publicações do ano. Exemplo disso pode ser observado no repúdio aos sucessivos e abusivos aumentos do custo da passagem em Porto Alegre, no apoio a trabalhadores públicos de Porto Alegre e Rio Grande, a agentes comunitários de saúde e combate a endemias, dos Correios e da política de educação.

Nesse sentido, observou-se que antes da chegada da pandemia, havia um grande predomínio de dois polos de publicações no site do SINDISPREV/RS: o

combate às contrarreformas e uma política de solidariedade de classe. Para compreender como essas foram presentes entre 2016 e 2019, demonstramos no gráfico abaixo que, das cento e vinte (120) publicações realizadas entre 2016 e 2019, setenta e duas (72), ou seja, 60%, tinham relação com esses temas.

GRÁFICO 4: Relação das Publicações de Solidariedade de Classe e Combate às Contrarreformas entre 2016 e 2019



FONTE: elaborado por WOLF DE FRAGA, Elisiane, 2022.

A entrada no ano de 2020 é aterrorizante, pois 2020 foi o primeiro ano da pandemia, onde as alterações estruturais de produção ganharam maior peso que dantes, de maneira que houve sucessivos debates sobre fechamentos e manutenção de comércios e demais serviços abertos; houve alterações no tocante fabril e, também, no que se refere ao serviço público. Essas mudanças são reflexo do processo de reestruturação produtiva que já estava em curso, mas que com a pandemia ganhou celeridade.

Assim, nas postagens pode-se observar o que foi o início do período pandêmico no Brasil: 1) ataques que tanto o Governo Federal (representado por Bolsonaro, seus ministros e as principais chefias das autarquias e órgãos) quanto as

chefias locais operaram, dando foco no produtivismo e não na saúde e na vida de dos trabalhadores públicos e da população usuária dos serviços; e 2) resistências protagonizadas pela categoria por si só e pela categoria em conjunto com o restante da classe trabalhadora brasileira.

Ao todo, o SINDISPREV/RS realizou em 2020 cinquenta e cinco (55) postagens em seu sítio eletrônico. Quarenta e oito (48) narraram a erupção do que foi esse momento para as e os trabalhadores públicos federais. Dessa maneira, destacamos que entre janeiro e dezembro de 2020, de março a dezembro temos como marcador que transversaliza as postagens, a pandemia – e não poderia ser diferente. Em março, quase duas semanas após a divulgação da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que o mundo passava por uma pandemia, o INSS viu-se obrigado, após insistentes lutas do sindicato e de sua federação (FENASPS) a fechar suas portas e pensar uma forma de reorganizar processos de trabalho e atendimentos para a população. Nesse viés, abril é o mês que protagoniza maior acirramento na luta de classes local, pois é onde começa a institucionalização forçada do teletrabalho na autarquia, com tentativa de manutenção de metas abusivas de trabalho – algo que, de forma gradual, vinha acontecendo desde 2018, mas que ganha corpo com a impossibilidade de atendimento presencial seguro. Essa instituição forçada cumpre um papel bastante dialético: ao mesmo tempo que representa uma forma de o INSS arrochar trabalhadores aumentando sua produtividade e adoecimentos, representa também uma necessidade concreta de não exposição das e dos trabalhadores ao vírus, tornando ardiloso o campo das resistências a essa modalidade de trabalho. Nesse sentido, observa-se que, “se politicamente desorganizados, os próprios trabalhadores legitimam os movimentos que os atacam” (Wolf de Fraga e Batista, 2022).

Em 2020, a SST fez duzentos e trinta e cinco (235) atendimentos relacionados à saúde do trabalhador, conforme foi demonstrado no item 4.2.1, que abordou a saúde das e dos trabalhadores públicos federais. Esses dados se relacionam com o ambiente de instabilidade e de tensão com o porvir representado por esse período histórico em que as pessoas preocupavam-se consigo e com os seus em relação a uma possível morte prematura em virtude de uma infecção por Coronavírus e precisavam, também, preocupar-se de não morrer de vírus, mas de todas as “doenças sociais” representadas pela política de austeridade e de morte encabeçadas pelo governo federal.

Essas políticas são trazidas nesta média da categoria quando observamos que, ao todo, vinte e sete (27) postagens, ou seja, 56%, têm relação não apenas com o período pandêmico, mas tratam sobre as instabilidades que as e os trabalhadores precisaram enfrentar no seu cotidiano no que diz respeito à garantia de suas rendas e sobrevivência básica. Exemplo disso se constata quando além das alterações de processos de trabalho, há uma tentativa do governo federal de reduzir salários de trabalhadores públicos federais, conforme foi proposto por Rodrigo Maia em março de 2020; ou, até mesmo, quando, indiretamente, se tenta essa mesma proposta, ao exigir que a categoria siga produzindo mediante metas, ainda que sem as condições objetivas e subjetivas necessárias para tal; que a categoria pague a conta de luz, de água, de insumos nas suas casas para permitir que o INSS siga operando como uma APS ainda que no interior da casa dos trabalhadores; quando, num cenário em que não são feitos novos concursos públicos para recompor o quadro de trabalhadores, o governo federal opte por contratar militares para atendimento previdenciário sem qualquer respaldo ou conhecimento técnico destes para tal, adentrando no serviço público a lógica da contrarreforma administrativa.

Além disso, não bastassem os constantes ataques na Saúde, de modo geral, com as políticas negacionistas e de apelo a tratamentos ineficazes, como a não responsabilização pelas vidas perdidas na pandemia e a distribuição irracional de cloroquina e ivermectina para suposto tratamento de Covid, em Porto Alegre, um dos municípios em que trabalhadores federais da Saúde estão lotados, houve um grande processo de avanço privatista, ao criar convênio com um hospital privado e fechando leitos públicos, mercantilizando mais ainda o acesso à saúde. Nesse viés, a Saúde federal e seus trabalhadores também foram atacados quando, num período em que deveriam ter sido fortalecidas, as condições de trabalho foram mais sucateadas, levando trabalhadores à exaustão física e psicológica.

Nesse cenário, 2020 foi marcado pelas tentativas de reorganização da categoria federal no Rio Grande do Sul, mesmo que apartados e isolados fisicamente. Da amostra do ano, 20,8% têm relação com ações coletivas de manutenção dos espaços deliberativos, de espaços de educação permanente e de articulação política para enfrentar o governo genocida de Bolsonaro e seus lacaios.

Em 2021, último ano de nossa análise documental, o cenário é muitíssimo mais perverso: observa-se uma alteração drástica do foco das matérias, uma vez que o cenário protagonizado foi de grande angústia, dado o vertiginoso aumento de

mortes por Covid e o contraste destes dados com o início da vacinação em território nacional. O universo de cento e cinquenta e quatro (154) postagens foi reduzido a apenas cinquenta (50), de maneira que representa apenas 32,4% das publicações.

O que melhor caracterizou este ano foi a incansável resistência a Bolsonaro e seus lacaios e a luta contra a implementação da Contrarreforma Administrativa, representada pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32⁴⁹. A Contrarreforma Administrativa é mais um passo de avanço da reestruturação produtiva no âmbito do Estado, pois aumenta índices de produtividade, penaliza trabalhadores e desresponsabiliza o Estado, na função de patrão, pelos processos de precarização e consequente adoecimento da categoria. Tal tema teve tanta importância que representou 34% das postagens do período.

Por termos adotado como principal método de análise da realidade o materialista-histórico-dialético, observamos que essas matérias não se dão de forma descolada à da realidade encontrada no momento, uma vez que em 2021 ainda estávamos num dos pontos mais críticos da pandemia, sendo que as vacinações começaram, de fato, a ocorrer no Brasil em janeiro, mas de forma muito gradual para trabalhadores que encontravam-se na linha de frente do enfrentamento ao Coronavírus.

Nestas, observa-se que vinte e sete (27), ou seja, 54% das matérias, são relacionadas a situações da pandemia: seja pela luta por vacina, pela tentativa de implementação de uma greve sanitária ou, ainda, para denunciar as condições de trabalho e o descaso ocorrido, principalmente, pelo INSS, ao colocar em risco trabalhadores públicos federais – a exemplo de observarmos diversas APSs tendo surto de Covid e mantendo-se abertas para atendimento ao público sem a garantia de esquema vacinal completo por parte dos trabalhadores.

A péssima administração da pandemia no Brasil (ou, ainda, ótima para o Capital) foi crucial no que se refere às formas de trabalho em período de colapso da saúde e uma mortalidade diária chegando a mais de duas mil (2000) pessoas. Não é à toa, que num momento em que deveriam ser resguardadas as vidas das e dos trabalhadores, mais esse segmento da população foi colocado cotidianamente em risco de vida ao não ter distanciamento social, *lockdown* e vacinação em massa garantidos para brasileiras e brasileiros. Falar de APSs operando mesmo com surto de Covid em seu quadro de trabalhadores (oferecendo riscos tanto a quem atende,

⁴⁹ A PEC 32, à época da escrita deste trabalho, ainda não fora votada.

como à população usuária que é atendida) é surreal, mas aconteceu e foi publicizado pelas mídias do sindicato. Sobre isso, destaca-se que as condições insalubres e inseguras geraram surtos de Covid em agências, inclusive culminando em óbitos.

Tendo essas informações em vista, destaca-se que o papel da entidade representativa da categoria ergue bandeiras que são de suma importância para pensarmos um horizonte de lutas e garantia de direitos que, num primeiro momento, são efetivas para trabalhadores públicos federais, mas que, logo em seguida, relaciona-se com um ganho efetivo para todo o conjunto da classe trabalhadora ao poder organizar a indignação com a retirada de direitos e com a precária prestação dos serviços que não são culpa de trabalhadores, mas do Estado burguês.

Do curto recorte de tempo que foi retirada a amostra e feita a análise, percebe-se que o site do SINDISPREV/RS guarda informações preciosas sobre o histórico de ataques e de resistências que a categoria de trabalhadores federais protagonizou e protagoniza por si e junto ao restante de nossa classe, tornando o sítio digital um importante memorial que deve ser preservado como referencial para observar os erros e os acertos para os que lutam atualmente, mas também para a próxima geração de lutadoras e lutadores que se erguem. Tendo isso por base, no ponto seguinte falaremos brevemente sobre a necessidade de, coletivamente, superarmos o praticismo revolucionário (Lessa, 2014), rompermos com a estratégia democrática e popular e construirmos uma nova forma de luta da classe trabalhadora brasileira e para a classe trabalhadora brasileira.

5.1. A Necessidade de Superação do “Praticismo Revolucionário” no Cotidiano e do Rompimento com a Estratégia Democrática e Popular

*Tele-apatia, nossa ação já se encontra
no campo do movimento condicionado
Sorria, você está com o filme queimado
Uma vez mais sua volta será necessária,
pra ver se deixa tudo pelo menos no empate (ou zerado)⁵⁰*

A fim de que sigamos aprendendo com os movimentos de nossa classe e, também, levando em consideração as especificidades que se referem ao momento histórico ao qual nos encontramos, pensou-se nessa pesquisa em específico. Dada

⁵⁰ Trecho da música “Enxugando Gelo”, de B Negão, rapper brasileiro.

a dimensão de todos os assuntos debatidos até então e fazendo uso dos dados obtidos na etapa documental junto ao site do SINDISPREV/RS, neste ponto debatemos brevemente alguns dos impactos da assunção – ainda que involuntária – da estratégia democrática e popular e da tomada de ações “praticistas revolucionárias”.

O praticismo revolucionário se caracteriza

[...] por, no plano teórico, subsumir de forma mecânica e absoluta a teoria à prática, de tal modo que o fazer cotidiano é encarado como a única esfera, ao mesmo tempo, produtora e resolutive da teoria. Com o abandono da teoria daí decorrente, o taticismo e o reformismo passam a ser a característica política marcante dos praticistas.

[...]

No plano “prático”, o praticismo se caracteriza pela hiperatividade cega dos militantes. Um voluntarismo extremado [que] se articula com a incapacidade em analisar teoricamente tanto a atuação revolucionária quanto a realidade em que ela ocorre, levando o militante a correr atrás dos fatos, numa dinâmica onde estudar significa perder tempo (LESSA, 1995, p. 23).

Ou seja, dá foco nas ações práticas, sem muito conteúdo teórico, independentemente de se levar em consideração (ou não), elementos como o processo de consciência das e dos trabalhadores. Neste aspecto, cabe ressaltar que

[...] os revolucionários se transformaram em praticistas reformistas não apenas porque assim optaram, mas porque são, eles também, **o resultado de uma processualidade histórica que ajudam a construir**, se conscientemente ou não, pouco importa. (LESSA, 2014, p. 98)

Para atingir os fins desejados, precisamos dos meios (ou recursos) objetivos (materiais) e subjetivos. Da condição subjetiva podemos fazer relação com o processo de consciência – compreendendo que a consciência não é algo estanque ou sequer algo que se movimenta de forma linear e evolutiva, mas corresponde a um processo de avanços e retrocessos, ascensos e descensos na apreensão da realidade. Como nos traz Iasi (2011),

Longe de qualquer linearidade, a consciência se movimenta trazendo consigo elementos de fases superadas, retomando, aparentemente, as formas que abandonou.

Esse processo é ao mesmo tempo múltiplo e uno. Cada indivíduo vive sua própria superação particular, transita de certas concepções de mundo até outras, vive subjetivamente a trama de relações que compõe a base material de sua concepção de mundo (IASI, 2011, p. 12 e 13).

De acordo com Iasi (2011), existem três momentos do processo de consciência: a consciência reificada – coisificada –, a consciência em si e a consciência para si (ou para além de si – revolucionária). Como vimos ao longo da

construção deste TCC, a classe trabalhadora tem assumido um programa estratégico de luta ao longo dos anos, em conformidade com as vanguardas de lutadores sociais. Nesta assunção, vem consigo um conjunto de valores que é construído socialmente. Dentre alguns valores assumidos, pode-se dizer que vem o praticismo, numa necessidade embasada na pressa pequeno-burguesa de poder vislumbrar no presente um ganho imediato, ainda que este seja efêmero. Por vezes, essa ação não vai ser pensada, racionalizada, mas é assumida, independentemente da intencionalidade aplicada. Ou, ainda, é uma forma de escapismo da realidade da maneira como se encontra: é o fazer por fazer ou imbuído em uma “necessidade” de fazer – uma necessidade, porém, que, se não implicada teórica e subjetivamente, é vazia.

Por isso, sempre que feito o debate da instrumentalidade no campo do Serviço Social (mas não restrito à profissão), é importante fazermos o recorte de que a intencionalidade é importante, mas ela só não basta, pois, como já trazido, existe um abismo que separa a intenção do produto final de uma intervenção. Nesse sentido, usamos por base os dados de nossa pesquisa documental para pensarmos até que ponto nós, enquanto classe e, ousando dizer, enquanto vanguarda, não temos sido, nós mesmos, praticistas e reprodutores de algo que criticamos. Nesse sentido,

[...] a contraposição a ele [*o praticismo*] é possível no espaço de liberdade aberto às decisões individuais. Sem que os indivíduos assumam a responsabilidade histórica da crítica ao praticismo e do estudo, não há nenhuma possibilidade de acumulação teórica que permita, num momento histórico mais favorável, que autênticas ações revolucionárias venham a substituir nossas pobres intenções. **A decisão de não reproduzir o praticismo, imediatamente sempre individual, é permeada pelas maiores dificuldades**, pois significa contrapor-se à cotidianidade dos partidos, sindicatos etc.; significa alguma forma de isolamento social. **A ruptura com a cotidianidade sempre produz alguma forma de isolamento**. É uma decisão que não é desprovida de consequências nas mais diversas áreas da subjetividade. **Todavia, não há como amenizar esse, digamos assim, desconforto a ela inerente; é o preço a ser pago para que a teoria revolucionária possa sobreviver aos dias em que vivemos**. (LESSA, 2014, p. 99 e 100, grifos nossos)

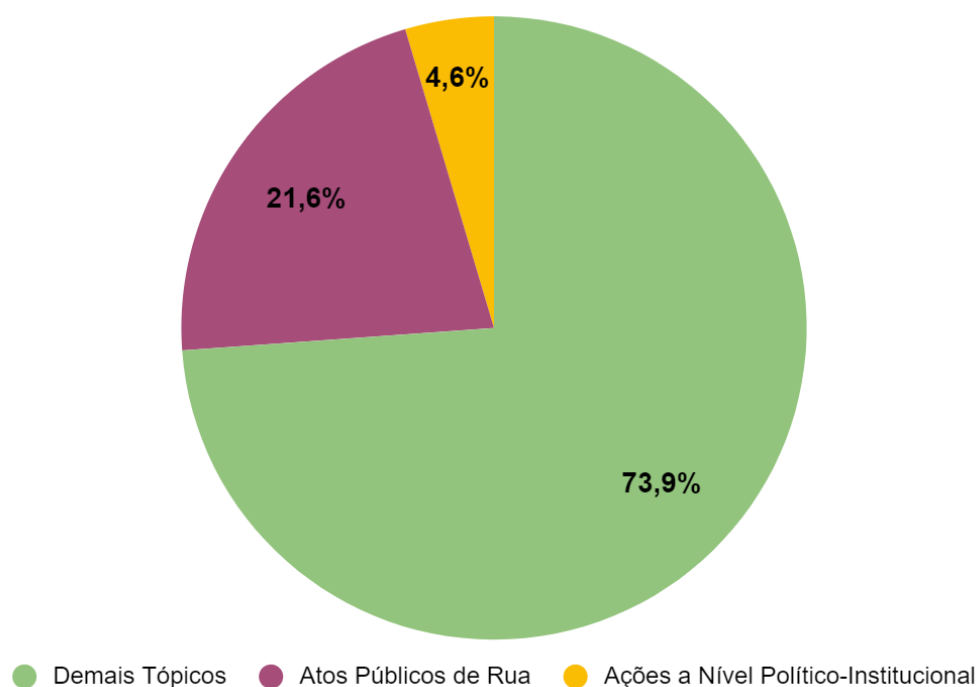
A estratégia democrática e popular é, nos dias de hoje, como cientificamente denomina-se o buraco negro: tenta engolir quem dela pretende escapar e pensar outras formas de luta e de movimento que sejam centralizados no interesse da classe trabalhadora e não meramente nos espaços institucionais. Nesse sentido, trazemos para nossa análise como até mesmo algumas de nossas ferramentas

acabaram sendo desgastadas nesse processo de apassivamento e de efetivação de “luta por procuração”. Ao termos por foco os achados em nossa pesquisa, observa-se que entre 2016 e 2021, das duzentas e dezoito (218) publicações que compõem a amostra, quarenta e sete (47), ou seja, 21,6% do total da amostra, se deram relacionadas a atos públicos de rua (atos de massas, manifestações na rua). E isso é expressivo quando pensamos no aspecto de essa ferramenta se conformar como uma possibilidade de demonstração de resistência, mas é também preocupante quando é posto em perspectiva que boa parte destes atos, na atual conjuntura, são apenas demonstrações praticistas de ação: o fazer pela suposta necessidade de fazer, sem uma implicação direta ou um encaminhamento efetivo. Isso não quer dizer, por exemplo, que compreendamos que de todo e qualquer ato se tenha uma resposta em seguida, mas quer dizer que os atos deveriam todos ser planejados com este horizonte. Atualmente, quando observamos os trechos que compõem atos públicos no município de Porto Alegre, por exemplo, há um roteiro comum: falas agitativas de início que culminam em caminhadas que parecem maratonas em que sequer conta-se com um elemento surpresa de trajeto, de maneira que desde o início a Brigada Militar aguarda os manifestantes no local de encerramento (quando não faz um cercamento para os trechos de passagem) – que geralmente, não se altera: transita na órbita do centro da cidade e nada mais. Nas palavras de Tonet (2013, p. 9), “mesmo que haja um bom número de trabalhadores participando desses protestos, eles não comparecem como classe consciente e organizada, com um projeto sócio-político claro e autônomo”.

Relacionado a isso, temos as ações a nível político-institucional como forma de movimentação. Deste mesmo universo, 4,6% das postagens, dez (10), são no intuito de fazer uma movimentação relacionada ao campo parlamentar/via institucionalidade do Estado burguês⁵¹. Somadas as ações populares de protestos com as ações na via institucional, temos ¼ das publicações de nossa amostra, conforme gráfico a seguir.

⁵¹ Ressalta-se que não contamos como ações de movimento via institucionalidade as negociações relacionadas com as chefias de autarquias, emissão de ofícios e judicializações, mas apenas aquelas postagens em que essa via não era uma das prioridades de ação no movimento sindical.

GRÁFICO 5: Relação dos Atos de Rua e das Ações Político-Institucionais Expressas nas Publicações



FONTE: Elaborado por WOLF DE FRAGA, Elisiane, 2022.

Esse tipo de combinação de ações é aquilo que Guimarães (1990) pontua como sendo o “movimento de pinça”, cuja

[...] hipótese estratégica central deve basear-se na noção de que a ruptura com a ordem burguesa será o resultado de um movimento articulado, em pinça, dos trabalhadores sobre o centro de poder burguês - isto é, pela combinação do avanço sobre a institucionalidade com a criação do poder popular. (GUIMARÃES, 1990, sem página)

A proposta dessa estratégia nasce da perspectiva de que

[...] o partido revolucionário deve cumprir o papel insubstituível de "articulador da pinça", isto é, dirigir o duplo movimento dos trabalhadores na institucionalidade e nas lutas sociais - sobre os centros de dominação burguesa. Para ser capaz de cumprir esta função, o partido não apenas tem de ter construído a crítica programática da institucionalidade burguesa, como ter o seu centro de gravidade organizacional junto ao processo de criação dos organismos de poder popular (IBIDEM).

No entanto, a história comprovou, mais uma vez, a distância que há entre intenção e realidade, quando observamos ao longo de todo o processo de consolidação do projeto democrático e popular que, na realidade, o movimento da

pinça não tem sido de grande valia para a classe trabalhadora brasileira. Ainda nas palavras de Guimarães (1990),

[...] nosso movimento político está tensionado para o desvio estratégico de direita - reformista ou social-democrata [...]. Utilizando a imagem da "pinça", é como se ela estivesse desequilibrada: **o seu braço esquerdo (a construção do movimento socialista de massas) está deprimido e subordinado ao seu braço direito (a ocupação de posições na institucionalidade)**. E precisaríamos ter exatamente o inverso. (IBIDEM, grifos nossos)

Neste enfoque, nos cabe pensar que tipo de movimento podemos fazer para superar o praticismo e o horizonte da estratégia democrática e popular, ainda mais em face de realidade tão crua e cruel para a classe trabalhadora. Uma visão mecânica e positivista, portanto antidialética, irá ler essas linhas e pensar que nossa proposta, então, é a de evitar fazermos uso de qualquer manifestação de rua ou de recorrermos aos espaços institucionais em caso de necessidade. Todavia, não é nesse viés que surge nossa crítica; ela surge no fato de que devemos usar ao nosso favor toda e qualquer ferramenta que faça sentido para a condução das lutas do proletariado, desde que esta seja utilizada numa perspectiva de superação do praticismo – que de revolucionário, nada tem – e em prol da classe trabalhadora. O caminho oposto ao praticismo reside na práxis que coloca a teoria em movimento – e em xeque – através da prática e que qualifica essa prática através do retorno constante à teoria, fazendo um movimento contínuo e incessante. Assim,

Neste sentido e medida, se em nenhuma prática social, em nenhum momento da vida cotidiana, prática e teoria estão absolutamente dissociadas, **para a prática revolucionária a teoria possui uma dimensão ainda mais significativa**. Pois, sem a posse de uma concepção de mundo que permita tanto a crítica da sociedade burguesa como a proposição de uma viável sociabilidade socialista, será impossível ganhar o coração e as mentes das pessoas para a revolução no momento em que esta for posta, em escala social, como possibilidade objetiva. Em suma, “Sem teoria não há revolução” porque, no plano mais geral, **não é possível transformar a realidade sem o momento da prévia-ideação, sem a mediação da consciência; e, no plano mais restrito, porque sem o conhecimento da sociedade capitalista não é possível identificar as formas historicamente determinadas em que se apresentam, a cada momento particular, suas potencialidades revolucionárias**. E, sem esta identificação, nenhuma estratégia e tática revolucionárias dignas do nome podem ser elaboradas (LESSA, 2014, p. 97, grifos nossos).

Como traz Marx (1982, sem página),

II – A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem [e a mulher] deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou

não-realidade do pensamento isolado da práxis é uma questão puramente escolástica⁵².

[...]

VIII – Toda vida social é essencialmente prática. ***Todos os mistérios que levam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e na compreensão dessa práxis.***

[...]

X – O ponto de vista do velho materialismo é a sociedade civil; o ponto de vista do novo é a sociedade humana ou humanidade social. (MARX, 1982, sem página, grifos nossos).

Para podermos pensar na efetivação plena da saúde das e dos trabalhadores, precisamos pensar numa forma de sociabilidade – e de caminho para chegada a esta sociabilidade – que seja ancorada na práxis e que rompa com a estratégia que é a grande responsável pelas principais perdas da classe trabalhadora brasileira na atualidade. Entender tal questão é, como diz Iasi (2016), não procurar culpados na luta de classes, mas encontrar responsáveis. Responsáveis, inclusive, pelo duro período que atravessamos, enquanto classe trabalhadora, e que ainda encontramos-nos atolados até o pescoço.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*[...] Se a vida atropela, então,
O que há de melhor em nós*

Um passo atrás talvez revele outro caminho

Escreve a frase no espelho

Pra que se confunda com teu próprio rosto

E cada olhar sobre si mesmo traga à boca o gosto:

Não esquecer!

[...]

Por baixo das máscaras, do peso que esmaga

Mesmo desfigurada, a vida ainda pulsa e estende o braço

Abra espaço!

Não há solução dentro do teu conforto!

Não há solução sem um passo atrás!

Vela a passagem do tempo

Pesa o que se desperdiça

O que se fez do teu canto

Que já não mais expressa espanto

E cala conivente enquanto a vida grita?

Abre o sentido da angústia

⁵² Resumidamente, compreende-se a escolástica como uma filosofia medieval (portanto, feudal) que unifica fé e razão para explicar elementos teológicos. A principal referência dessa perspectiva foi Tomás de Aquino. O Serviço Social, na sua base histórica, teve uma filiação filosófica relacionada ao neotomismo.

*Ao drama da dor coletiva
Sopro da chama que acende
Em meio à farsa, não se rende*
Um aviso de incêndio indica uma saída

*Desce até a origem das coisas
Encara a ferida que liga a desgraça a você
Tece, com raiva e paciência,
As tramas da fuga pra além dos pulmões do poder
Jura vingança ao massacre
Cultiva a recusa e abraça aqueles que estão
sempre a contravento em contramão*⁵³

O desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso teve por objetivo central, desde seu princípio, romper com a perspectiva mecânica, fragmentária e corporativista de desenho das lutas e resistências das e dos trabalhadores. Buscou, sobretudo, observar quais os principais ataques que a classe trabalhadora brasileira vem sofrendo e de que maneira vêm sendo construídas as lutas no atual cenário. A partir disso, buscamos compreender quais as incidências do movimento da luta de classes na saúde das e dos trabalhadores brasileiros, mas especialmente na categoria pública federal.

Nenhuma finalização é fácil, pois carrega consigo um grande processo que muitas vezes o produto tende a esconder. Assim, retomamos que só conseguimos construir essa pesquisa em função da opção de tomada de um caminho metodológico distinto ao da lógica formal positivista. Nos era, desde o princípio, muito fácil escolher um tema genérico e sem maiores implicações críticas para podermos, simplesmente, “passar de fase” e concluir esta etapa da graduação. Todavia, o movimento do real nos coloca uma tarefa histórica de produzir conteúdo pela nossa classe e para nossa classe, nas mais diversas políticas em que possamos nos inserir. Assim, nosso intuito, com essa construção, foi o de podermos nos debruçar sobre documentos e elementos do cotidiano que pudessem ter a capacidade de nos dar respostas – ou organizar mais indagações – acerca do movimento das contrarreformas, das alterações nos modos de trabalho no âmbito do serviço público, da reprodução dessas ações para outros segmentos da classe trabalhadora, assim como dos rebatimentos desse emaranhado de situações na saúde das e dos trabalhadores.

O estudo que fizemos aqui, relacionado à categoria federal, é apenas um pedaço do que é o cotidiano de toda uma classe que insiste na luta e resiste, mesmo

⁵³ Trecho da música “Incêndios”, da banda brasileira El Efecto.

nas mais adversas situações que lhe são impostas. Assim, utilizamos este material para poder explicitar o caráter do Estado, a relação ambígua das políticas sociais no sentido de garantia de direitos, mas também de restrição de maiores possibilidades de levantes de resistência, atingindo um teto no que se refere à emancipação política. Buscamos destacar as principais contrarreformas ocorridas nos últimos anos que têm relação com a atividade laboral e processos produtivos de trabalhadores públicos federais e, a partir disso, mostrar as implicações que essas alterações geraram na saúde dessa categoria a nível de Rio Grande do Sul, como maiores episódios de depressão, ansiedade e exaustão física e mental. Em consonância com esse cenário, tentamos buscar, na base das lutas sociais locais, alternativas de resistência ao disparate que foi tornado comum. Dessa forma, a partir da experiência de estágio e da relação da autora com a Secretaria de Saúde do Trabalhador do SINDISPREV/RS, foram coletadas informações acerca das resistências protagonizadas por trabalhadores públicos federais por intermédio de sua entidade sindical. Neste movimento, observou-se que a categoria sempre esteve representada no que se refere às pautas econômicas e imediatas relacionadas às condições de trabalho, independentemente de as ações propostas terem sido efetivas em totalidade no período proposto. Nesse sentido, destacamos que ainda que nosso recorte temporal tenha se dado no período que compreende os anos de 2016 e 2021, em 2022 a categoria – junto de sua entidade sindical, mas para além desta – foi protagonista, de fato, de um grande levante contra as medidas austeras e genocidas de Bolsonaro, ousando, numa conjuntura de retirada de direitos e de perseguições, fazer uma greve histórica de quase três meses, mesmo sem o apoio de outros segmentos federais! Provando, dessa maneira, a máxima de Marx e Engels, de que o maior ganho que se tem desses processos é a união crescente das e dos trabalhadores constituídos enquanto classe.

Nos propusemos, também, a colocar os achados do estudo, em prova sob as lentes críticas do método materialista-histórico-dialético, a fim de tentar situar as ações desenvolvidas no campo da resistência para pensar como, muitas vezes, mesmo plenos de boas intenções e munidos de críticas, acabamos por seguir “a reboque” e esquecendo que mesmo na situação mais difícil, podemos, se o quisermos, nos contrapor à maré montante (Lessa, 2014). A partir do observado na pesquisa documental e como espelho sem deformações de outros espaços de inserção da classe trabalhadora brasileira, constata-se que a estratégia democrática

e popular e a lógica do praticismo são a hegemonia dentro de nossos espaços de atuação e o fato de que grande parte de nossas ações se encontram condicionadas, limitadas e pautadas até mesmo numa lógica liberal progressista é uma comprovação de que precisamos fazer uma autocrítica profunda a nosso respeito e a respeito de nossas ações para que, a partir do entendimento de nossos erros e falhas, possamos seguir.

Como traz Iasi (2012. p. 26), “a estratégia democrática popular, que havia sido pensada como um caminho alternativo para se chegar ao socialismo, torna-se mais um eficiente meio de evitá-la”. Nesse sentido, mais do que nunca o que está posto é a necessidade de reagirmos e de fazermos uma escolha racional que tenha por finalidade a superação da barbárie que já estamos vivendo. Afinal, sim, é bárbaro que quase setecentas mil (700.000)⁵⁴ vidas tenham sido perdidas no país por intermédio de uma política de morte orquestrada e executada por Bolsonaro e, como resposta, nossos braços tenham ficado cruzados. É bárbaro que mais uma vez estejamos atados aos processos eleitorais e que, como estratégia de sobrevivência, precisemos legitimar os ataques que ainda sofreremos. Talvez o principal achado desta pesquisa é o de passarmos ao entendimento de que precisamos, urgentemente, rever os processos que nos constituem enquanto classe e, a partir disso, galgados nas experiências daquelas e daqueles que vieram antes de nós, tentarmos, num movimento de práxis, elaborar saídas de tal cenário.

É importante termos em mente que nosso limite não é simplesmente tático, ele é, fundamentalmente, estratégico (Iasi, 2017, p. 318 apud Dantas, 2017), e isso corresponde à indispensável superação do modo de luta democrático e popular, de forma que possamos avançar não com um socialismo no horizonte – distante, utópico, inalcançável, que se contenta com um capitalismo reformado, “flexível”, “possível” ao Capital –, mas com um socialismo cujas bases materiais são construídas no período presente nos movimentos de base em nossos locais de trabalho, estudo e moradia, efetivando a construção de outra ordem societária, sem classes sociais e sem quaisquer tipos de opressão (objetivo comum da luta do proletariado revolucionário e do projeto ético-político profissional do Serviço Social).

⁵⁴ Cabe sempre mencionarmos que esses dados são em números oficiais. Com base nas subnotificações e no negacionismo, cremos que passamos da casa do milhão de mortes por Covid no Brasil.

Quando pensamos em novas alternativas e saídas para as e os trabalhadores, necessariamente perpassamos pelo processo que envolve a produção e a reprodução da vida, com vias de alterar o que sustenta essa estrutura perversa que mercantilizou nossa existência. É imperativo que avancemos na concepção de recuperação e construção da identidade de trabalhadores enquanto trabalhadores e não como meros apêndices das máquinas ou peças que funcionam e podem ser descartadas. Esperamos que este trabalho possa avançar num viés de gerar contribuições para o fortalecimento do campo de saúde do trabalhador e da perspectiva de promoção de saúde e garantia do direito à saúde no trabalho e para além dele, pois se compreende a saúde num conceito ampliado e numa perspectiva de totalidade como produto da determinação social do processo de saúde-doença, na sociedade capitalista.

Compreendemos e destacamos que este trabalho tem limitações que se deram pela não efetivação da totalidade do processo investigativo que estava contemplado no projeto inicial, que contava com a possibilidade de ouvir as experiências da categoria e traçar um perfil da mesma – em aspecto etário, de gênero, sexualidade, raça, etnia, modalidades de trabalho e maior presença de agravos à saúde –, para poder melhor fazer esse processo de “inventário” relacionado à categoria federal e, a partir disso, auxiliar a melhor instrumentalizar as e os trabalhadores em suas lutas. Todavia, essa projeção se viu frustrada pela falta de tempo hábil para sua efetivação em face dos prazos relacionados, ao tempo de desenvolvimento do TCC e do Comitê de Ética em Pesquisa. Tendo isso por base, pensa-se na necessidade que surge para o porvir no que se refere à continuidade dos estudos e produção de conhecimento neste âmbito, aprofundando e qualificando a compreensão das contrarreformas e sua relação intrínseca também nos períodos de mais explícita tentativa de conciliação de classes e como isso gerou e gera impactos objetivos e subjetivos à classe trabalhadora brasileira.

No âmbito do Serviço Social, que é o motivo de ter surgido este TCC, apresenta-se o desafio de assistentes sociais numa conjuntura de desmanche das políticas sociais, de que nos apeguemos, com maior afinco, aos princípios do Código de Ética da profissão e cumprir a solidariedade de classe com outras categorias profissionais que se colocam em luta contra os retrocessos que as e os trabalhadores vêm sofrendo como resultado de todo um modo estratégico de lutar. A garantia de manter vivos os fundamentos do Serviço Social, sem negar sua gênese,

mas fazendo o movimento de superação da mesma, apresenta-se como tarefa fundamental aos embates da profissão no atual momento histórico. E isso quer dizer não ter medo de fazer críticas. As críticas que podem parecer infrutíferas são armas teóricas que se transformam em poder material quando se apoderam das massas (Marx, 2010).

Essa análise exige que tenhamos seriedade na defesa do projeto ético-político da profissão, bem como nitidez e organização das bandeiras de luta que temos escolhido erguer, uma vez que, sucessivamente, os corpos da nossa classe vêm tombando no caminho. Neste período de horrores, em que “é necessário defender o óbvio”, pensar o Serviço Social descolado de um mecanicismo de ação e engessamento teórico-acadêmico é organizar uma parcela da resistência, pois foge da ação meramente institucional e adentra na perspectiva emancipatória que a profissão por si só não consegue alcançar, mas que a cultura de resistência produzida entre nossas fileiras é capaz de atingir. Como nos trouxe Gramsci, viver significa tomar partido, e compreender o Serviço Social como uma profissão que pode e deve operar nessas expressões tão patentes e cruéis da questão social é um chamado contra a apatia e o amoldamento do cotidiano.

Assim, finalizamos este TCC dizendo que esta escrita foi, diversas vezes, desafiadora por aspectos distintos: desde a escolha do tema, até estudá-lo num cenário conjuntural tal qual o do Brasil atual. Esperamos que com este tenhamos evidenciado a urgência patente de construirmos uma cultura de saúde do trabalhador que não seja meramente ocupacional e vertida para alterações pontuais, mas que avance para que o trabalho seja libertado da captura feita pelo modo de produção capitalista, tomando caráter humanizante em uma sociedade em que não contemos com adoecimentos em decorrência do trabalho. Num encerramento que gera novas sínteses, compreendemos que venceremos se não tivermos desaprendido a aprender. Que possamos aprender com nossas mais amargas experiências que na luta de classes não há empate. Sigamos!

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, João. **A SOCIALDEMOCRACIA, INSTRUMENTO DO CAPITALISMO**. [S. l.], 1981. Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/amazonas/1981/06/01.htm>. Acesso em: 02 jan. 2022.

ARAÚJO, Aline Paes. **POLÍTICA DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL: UM ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO SUBSISTEMA DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR SIASS (2009-2013)**. São Paulo.

Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17677>>. Acesso em 12 de abril de 2022.

BARDIN. Laurence. **ANÁLISE DE CONTEÚDO**. Edições 70, 2016.

BEHRING, Elaine R. **BRASIL EM CONTRA-REFORMA: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **POLÍTICA SOCIAL: fundamentos e história**. 8ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1 DE MAIO DE 1943**. Consolidação das Leis Trabalhistas - art. 162 CLT.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.602, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2011**. Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - Pnsst.

BRASIL. **LEI Nº 800, DE 03 DE MAIO DE 2005**. Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador.

BRASIL. **LEI Nº 8080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990**. Lei do Sistema Único de Saúde.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A REFORMA DO ESTADO DOS ANOS 90: lógica e mecanismos de controle – Caderno 01**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **REFORMA DO ESTADO PARA A CIDADANIA: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo: Editora 34; Brasília: ENAP, 1ed. 1998; 1ª reimpressão, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL. LEI 8.662/93 DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO**. 10. ed. rev. atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL**. Rio de Janeiro: Encontros com a Civilização Brasileira, 1979.

DANTAS, André Vianna. **DO SOCIALISMO À DEMOCRACIA: Tática e Estratégia na Reforma Sanitária Brasileira**. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. **OCDE - ESTUDO: OS 15 PAÍSES COM MAIS SERVIDORES PÚBLICOS NO MUNDO**

Disponível em:

<<https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/89649-estudo-os-15-paises-com-mais-servidores-publicos-no-mundo>>. Visitado em 12 de abril de 2022.

DEVIT, Tuane Vieira; WÜNSCH, Dolores Sanches. **FUNDAMENTOS E CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO/A TRABALHADOR/A NO BOJO DAS RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS**. in Humanidades e Inovação em v. 6 n. 17 (2019).

ENGELS, Friederich. **A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1984.

ENGELS, Friederich. **A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO**. Rio de Janeiro. Editora Boitempo. 2010.

EXAME. **SALÁRIO MÍNIMO IDEAL DEVERIA SER R\$ 5.900, DIZ DIEESE**.

Disponível em:

<<https://exame.com/economia/salario-minimo-ideal-deveria-ser-r-5-900-diz-dieese/>>. Acesso em 11 de abril de 2022.

FERNANDES, Florestan. **O QUE É REVOLUÇÃO**. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **MÉTODOS DE PESQUISA**. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUIMARÃES, Juarez. **A ESTRATÉGIA DA PINÇA**. Brasil 1990. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/1990/12/01/a-estrategia-da-pinca/>>. Acesso em 08 de outubro de 2022.

HOUAISS, Grande Dicionário. **DESMONTE**. Disponível em:

<https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#0>. Acesso em 04 de março de 2022.

IAMAMOTO, M.V. **A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO**. Temporalis, Brasília, n.3, 2010.

IASI, Mauro Luis. **DEMOCRACIA DE COOPTAÇÃO E O APASSIVAMENTO DA CLASSE TRABALHADORA**. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em:

<<https://pcb.org.br/porta12/4487/democracia-de-cooptacao-e-o-apassivamento-da-classe-trabalhadora/>> Acesso em: 19 fev. 2022.

IASI, Mauro Luís. **DE ONDE VEM O CONSERVADORISMO**. Boitempo. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em:
<<https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>>.
Acesso em 04 de outubro de 2022.

IASI, Mauro Luis. **ENSAIOS SOBRE CONSCIÊNCIA E EMANCIPAÇÃO**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

IASI, Mauro Luis. **O PROBLEMA DA EMANCIPAÇÃO HUMANA**. In.: Plural, n° 9, São Paulo, 2002.

INFOPEN. **ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. In:
<<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>. 2021. Acesso em jun. 2022.

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S.; FUMANGA, Mario; TOFFANO, Claudia Benevento; SIQUEIRA, Fabio. **COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA: Linguagem e Método**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2008.

KONDER, Leandro, **HEGEL: a razão quase enlouquecida** — Rio de Janeiro: Campus, 1991.

LENIN, V. I. **IMPERIALISMO – ESTÁGIO SUPERIOR DO CAPITALISMO**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LESSA, Sergio. TONET, Ivo. **INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DE MARX**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LESSA, Sergio. **CRÍTICA AO PRATICISMO REVOLUCIONÁRIO** in O revolucionário e o estudo : por que não estudamos? São Paulo : Instituto Lukács, 2014. 120 p.

LUKÁCS, Gyorgy. **PARA UMA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL** v. I. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **REFORMA OU REVOLUÇÃO**. 1986 – disponível em
<https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/cap02.htm#p1c5>.

MACHADO, Fabiane Konowaluk; BATISTA, Dulcineia Martins; WOLF DE FRAGA, Elisiane; BARBOSA, William. **BURNOUT**. Porto Alegre: 2022.

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. **CULTURA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO SUAS: nenhum direito a menos!**. R. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v.28, n. 1, p. 249-277, 2018

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **TÉCNICAS DE PESQUISA: PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE PESQUISAS, AMOSTRAGENS E TÉCNICAS DE PESQUISA, ELABORAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARX, Karl. ENGELS, Friederich. **A IDEOLOGIA ALEMÃ**. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MARX, Karl. **AS LUTAS DE CLASSES NA FRANÇA (1848-1850)**; São Paulo: Global, 1986.

MARX, Karl. **CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **CRÍTICA DO PROGRAMA DE GOTHA**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. ENGELS, Friederich. **MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA**. São Paulo: Expressão Popular. 2008.

MARX, Karl. **O CAPITAL: CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**. Livro 1 - O Processo de Produção do Capital. 10ª. ed. São Paulo: Difel, 1985.

MARX, K. **O CAPITAL. CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**. Rio de Janeiro: -Civilização Brasileira, I, 1, 1968; I, 2, 1968a; III, 4, 1974; III, 5, 1974a e III, 6, 1974.

MARX, Karl. **PARA A QUESTÃO JUDAICA**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **TESES SOBRE FEUERBACH**. Editorial "Avante!" - Edições Progresso Lisboa - Moscovo, 1982. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>. Acessado em: 10 de agosto de 2022.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WÜNSCH, Dolores Sanches. **SERVIÇO SOCIAL E A SAÚDE DO TRABALHADOR: UMA DISPERSA DEMANDA**. Serv. Soc. Soc. [online]. 2011, n.107, pp.461-481.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **PESQUISA SOCIAL: Teoria, Método e Criatividade..** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995. ISBN 85-3261145-1. Disponível em <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2022.

NEGREIROS, Regina Coeli Araújo. **ÉTHOS, EDUCAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO: Uma tríade basilar na construção de uma sociedade saudável**. TCC (Especialização em Gestão Pública). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. João Pessoa, 2014

OCDE. **GOVERNMENT AT A GLANCE**. 2015.

OCDE. **GOVERNMENT AT A GLANCE**. 2021.

PAIM, Jairnilson Silva; DA SILVA, Lúgia Maria Vieira. **UNIVERSALIDADE, INTEGRALIDADE, EQUIDADE E SUS**. BIS. Boletim do Instituto de Saúde, v. 12, n. 2, p. 109-114, 2010.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **RESOLUÇÕES DO V CONGRESSO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES**. 1987. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/encontros-nacionais-do-pt-resolucoes/>>. Acesso em 12 de março de 2022.

PEREIRA. Potyara. **POLÍTICA SOCIAL**: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008. 214p.

RESSEL, Lúcia Beatriz et al. **O USO DO GRUPO FOCAL EM PESQUISA QUALITATIVA**. Texto & Contexto - Enfermagem [online]. 2008, v. 17, n. 4 [Acessado 11 Abril 2022] , pp. 779-786. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400021>>. Epub 12 Jan 2009. ISSN 1980-265X. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400021>.

SINDISPREV. **CONHEÇA A SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR**. Porto Alegre, 2022.

SOUZA FILHO, R. **CRÍTICA À CONCEPÇÃO GERENCIALISTA DE GESTÃO PÚBLICA: O CASO BRASILEIRO**. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 19., 2009, Guayaquil. Anales... Guayaquil: Universidad Católica Santiago de Guayaquil, 2009. p. 1-11 Disponível em: <Disponível em: <https://bit.ly/2CMktUW> >. Acesso em: 11 fev. 2022.

TONET, Ivo. **O GRANDE AUSENTE**. Alagoas, 2013. Disponível online em <http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/O_grande_ausente.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2022.

TROTSKY, Leon. **A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO RUSSA**. Brasília: Senado Federal. Edições Senado Federal. 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/530450/A_historia_revolucao_russa-v.1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

TROTSKY, Leon. **QUESTÕES DO MODO DE VIDA**. São Paulo: Sundermann, 2009.

UOL. **SERVIDOR GANHA 'DEMAIS'? NA VERDADE, FUNCIONALISMO É DESIGUAL COMO O BRASIL**. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/deutsche-welle/2020/09/03/servidor-ganha-de-mais-na-verdade-funcionalismo-e-desigual-como-o-brasil.htm>>. Acesso em 11 de abril de 2022.

VIGISAN. **OLHE PARA A FOME**. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/>>. 2021. Acessado em jun. 2022.

WOLF DE FRAGA, Elisiane; BATISTA, Maria Dulcineia Martins. **TRABALHO E TRABALHADOR PRECARIZADOS: INSS Digital, as Transformações no Serviço Previdenciário Brasileiro e sua Repercussão na Saúde do Trabalhador**. in LABIRINTOS DO LABOR, São Paulo, 2022.- em vias de publicação.

APÊNDICES

Apêndice A: Instrumento de Coleta de Dados Institucionais

PUBLICAÇÕES SITE SINDISPREV/RS 2016							
NRO GERAL	NRO MÊS	DATA	CONTEÚDO TÍTULO	ASSUNTO	COMENTÁRIO ANALISE	LINK	ÓRGÃO/S
1	1			JANEIRO			
PUBLICAÇÕES SITE SINDISPREV/RS 2017							
NRO GERAL	NRO MÊS	DATA	CONTEÚDO TÍTULO	ASSUNTO	COMENTÁRIO ANALISE	LINK	ÓRGÃO/S
1	1			JANEIRO			
PUBLICAÇÕES SITE SINDISPREV/RS 2018							
NRO GERAL	NRO MÊS	DATA	CONTEÚDO TÍTULO	ASSUNTO	COMENTÁRIO ANALISE	LINK	ÓRGÃO/S
1	1			JANEIRO			
PUBLICAÇÕES SITE SINDISPREV/RS 2019							
NRO GERAL	NRO MÊS	DATA	CONTEÚDO TÍTULO	ASSUNTO	COMENTÁRIO ANALISE	LINK	ÓRGÃO/S
1	1			JANEIRO			
PUBLICAÇÕES SITE SINDISPREV/RS 2020							
NRO GERAL	NRO MÊS	DATA	CONTEÚDO TÍTULO	ASSUNTO	COMENTÁRIO ANALISE	LINK	ÓRGÃO/S
1	1			JANEIRO			
PUBLICAÇÕES SITE SINDISPREV/RS 2021							
NRO GERAL	NRO MÊS	DATA	CONTEÚDO TÍTULO	ASSUNTO	COMENTÁRIO ANALISE	LINK	ÓRGÃO/S
1	1			JANEIRO			

Apêndice B: Termo de Concordância Institucional

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL, SAÚDE E
COMUNICAÇÃO HUMANA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TERMO DE CONCORDÂNCIA INSTITUCIONAL

Título da Pesquisa: **CONTRARREFORMAS, OS REFLEXOS NA SAÚDE DE TRABALHADORES PÚBLICOS FEDERAIS E FORMAS DE RESISTÊNCIA NO PÓS-GOLPE**

Pesquisadora responsável: Professora Doutora Dolores Sanches Wünsch

Pesquisadora TCC: Elisiane Wolf de Fraga

Estamos realizando uma pesquisa intitulada “**CONTRARREFORMAS, OS REFLEXOS NA SAÚDE DE TRABALHADORES PÚBLICOS FEDERAIS E FORMAS DE RESISTÊNCIA NO PÓS-GOLPE**”, cujo objetivo geral é analisar as contrarreformas implementadas entre 2016 e 2021 pelo Estado brasileiro com vistas a conhecer os impactos gerados nas condições de trabalho e saúde das e dos trabalhadores públicos federais no Rio Grande do Sul. A partir de tal objetivo geral, busca-se por objetivos específicos: 1) identificar as principais contrarreformas implementadas entre 2016 e 2021 pelo Estado brasileiro e especificamente pelos órgãos partícipes no âmbito do serviço público federal nas políticas de saúde, trabalho e previdência social; 2) dar materialidade histórica aos principais ataques sofridos por trabalhadores públicos federais das políticas de saúde, trabalho e previdência social entre 2016 e 2021 através da documentação cronológica dos ataques e das manifestações de resistência a fim de que essas informações não se percam na trajetória da categoria e da classe trabalhadora como um todo; 3) identificar possíveis impactos na saúde das e dos trabalhadores públicos federais das políticas de saúde, trabalho e previdência social após a implementação das contrarreformas supracitadas e a existência e efetividade de programas ou iniciativas de apoio para aquelas e aqueles que encontram-se adoecidos ou em iminência de adoecimento em decorrência do trabalho; e, por fim, 4) contribuir para o

fortalecimento da organização e da luta das e dos trabalhadores públicos federais inseridos nas políticas de saúde, trabalho e previdência social no Rio Grande do Sul em defesa de melhores condições de trabalho e saúde para a categoria.

Os achados desse processo investigativo servirão de subsídio para a elaboração do trabalho de conclusão de curso da estudante, bem como gerarão dados para propostas interventivas por parte da entidade. Acredita-se que a produção fruto dessa pesquisa gerará visibilidade aos processos de ataques orquestrados pelo Estado brasileiro e pela administração pública federal, assim como visibilizará a condição de adoecimento relacionada ao trabalho em que encontra-se a categoria federal representada pela entidade.

Para tanto, solicitamos ao Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no Rio Grande do Sul, autorização de acesso ao banco de informações de sistema cadastral, para possíveis contatos com trabalhadores representados pela entidade sindical e que correspondam ao perfil da amostra da pesquisa, bem como autorização de uso dos registros de atendimentos da Secretaria de Saúde do Trabalhador, para realização de etapas da pesquisa mencionada. Cabe salientar que a identidade dos trabalhadores referente aos atendimentos será mantida sob absoluto sigilo.

Às e aos trabalhadores que serão participantes da pesquisa, também será utilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no qual será devidamente informado de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida a qualquer momento, sendo assegurado o sigilo de sua identidade e participação.

A metodologia a ser utilizada envolve dois ciclos: um documental e outro de pesquisa social de campo. O de pesquisa de campo envolve esta solicitação de autorização que, após o aceite e concordância, contará com o contato com os trabalhadores da categoria, via indicação de representantes sindicais, chegando a nove (9) trabalhadores do Instituto Nacional do Seguro Social, dois (2) da Saúde, dois (2) do Ministério do Trabalho e Previdência Social e dois (2) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

A qualquer momento, tanto os participantes quanto a diretoria desta entidade poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo.

Este projeto passará por aprovação pela Comissão de Pesquisa do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana da Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, assim como pelo Comitê de Ética em Pesquisa do mesmo instituto, obedecendo aos critérios de ética conforme a Resolução 510 (2016), do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos que serão utilizados oferece riscos à dignidade dos participantes.

Como resultado desta pesquisa busca-se contribuir para processos reflexivos das e dos trabalhadores lotados nas políticas de saúde, trabalho e previdência social acerca da relevância do debate em saúde do trabalhador e da necessidade de constituição de um campo efetivo de resistências entre a categoria federal e com o restante do conjunto da classe trabalhadora brasileira.

Ainda, os benefícios deste estudo podem contemplar a população usuária dos serviços em questão, uma vez que a garantia de melhores condições de trabalho pressupõe a oferta de um serviço prestado com maior qualidade e sem intercorrências; Além disso, esse estudo pode contemplar beneficentemente a categoria profissional de assistentes sociais, tendo em vista que este projeto de pesquisa é a formulação final de graduação de uma futura assistente social que empenha-se na consolidação do projeto ético-político profissional do Serviço Social, fortalecendo os debates no âmbito da saúde do trabalhador e do desenvolvimento profissional em entidades de classe.

Todo o material desta pesquisa ficará sob responsabilidade da pesquisadora, nas dependências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sala 318, Anexo da Saúde, Rua Ramiro Barcelos, 2777 e será destruído após cinco (5) anos.

Agradecemos a colaboração desta entidade para a realização desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para quaisquer informações adicionais. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a professora doutora em Serviço Social Dolores Sanches Wüsch, do curso de Bacharelado em Serviço Social da UFRGS, e como colaboradora a estudante do curso, Elisiane Wolf de Fraga.

Caso queiram contatar a pesquisadora, isso poderá ser feito pelo telefone (51) 333085700 ou por e-mail: dolores.sanches@ufrgs.br e elisianewolf@hotmail.com.

Maiores informações no Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS (51) 33165066, e-mail: cep-psico@ufrgs.br

Informado(a) destas questões, eu _____ como membro da diretoria colegiada gestão 2019/2022 concordamos e autorizamos a solicitação das pesquisadoras.

Data: _____

Assinaturas:

Diretoria Colegiada Gestão 2019/2022

Dolores Sanches Wünsch
Coordenadora e Professora Responsável pela Pesquisa.

Elisiane Wolf de Fraga
Pesquisadora TCC

Apêndice C: Termo de Compromisso e Utilização de Dados

TCUD: TERMO DE COMPROMISSO E UTILIZAÇÃO DE DADOS

Nós, Dolores Sanches Wünsch e Elisiane Wolf de Fraga, do Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana, do curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pesquisadoras do projeto intitulado “CONTRARREFORMAS, OS REFLEXOS NA SAÚDE DE TRABALHADORES PÚBLICOS FEDERAIS E FORMAS DE RESISTÊNCIA NO PÓS-GOLPE”, declaramos, para os devidos fins, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Este projeto de pesquisa apresenta termos de consentimento livres e esclarecidos para participantes, termo de concordância institucional para com a entidade SINDISPREV/RS e, na forma deste documento, apresenta um termo de compromisso de utilização de dados (TCUD) de maneira a mostrar concretamente que nos comprometemos com a utilização dos dados contidos no banco de dados interno do SINDISPREV/RS através de seu sistema Infobrcorp. Tais dados serão manuseados somente após receber a aprovação do sistema CEP-CONEP e da instituição detentora.

Nos comprometemos a manter a confidencialidade e sigilo dos dados contidos no sistema, bem como a privacidade de seus conteúdos, mantendo a integridade moral e a privacidade dos indivíduos que terão suas informações acessadas. Não repassaremos os dados coletados ou o banco de dados em sua íntegra, ou parte dele, a pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa.

Também nos comprometemos com a guarda, cuidado e utilização das informações apenas para cumprimento dos objetivos previstos nesta pesquisa aqui referida. Os dados obtidos da pesquisa documental serão guardados de forma sigilosa, segura, confidencial e privada, por cinco anos, e depois serão destruídos. Ao publicar os resultados da pesquisa, manteremos o anonimato das pessoas cujos dados foram pesquisados.

Porto Alegre, _____ de julho de 2022.

Dolores Sanches Wünsch

Elisiane Wolf de Fraga

ANEXOS

Anexo A - interface do Site do SINDISPREV/RS em Outubro de 2022

The screenshot displays the website's header with the SINDISPREV/RS logo, contact number 51 3284.1800, and a search bar. A navigation menu includes links for PÁGINA INICIAL, CONHEÇA O SINDISPREV, SECRETARIAS, NOTÍCIAS, ARTIGOS, AGENDA, INFORMATIVOS, and FALE CONOSCO. The main content area features a large red banner with the text "OS POLÍTICOS VÃO TOMAR CONTA DO SERVIÇO PÚBLICO. PEC 32 NÃO!" and a cartoon illustration of a wolf. To the right, there are sections for "RÁDIO SINDISPREV" with a "AJÁ, CORAGEM" graphic and "TV SINDISPREV" with a video player showing "Informes dos GTs/INS...". Below the banner, three news cards are visible: "INSS" (23/08/2022) about value devolution, "Saúde" (09/09/2022) about Law 14.314/2022, and "Jurídico" (29/08/2022) about a deadline for recadastramento.

SINDISPREV RS
SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS DA SAÚDE, TRABALHO E PREVIDÊNCIA - RS
FENASPS

51 3284.1800

O que você está procurando?

PÁGINA INICIAL | CONHEÇA O SINDISPREV | SECRETARIAS | NOTÍCIAS | ARTIGOS | AGENDA | INFORMATIVOS | FALE CONOSCO

OS POLÍTICOS VÃO TOMAR CONTA DO SERVIÇO PÚBLICO. PEC 32 NÃO!

RÁDIO SINDISPREV
SindispREV/RS
Faixas recentes
AJÁ, CORAGEM
23 FAIXAS
Privacy policy
ACESSAR A RÁDIO ONLINE

TV SINDISPREV
Informes dos GTs/INS...

INSS
23/08/2022
SOBRE A DEVOLUÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS DOB

Saúde
09/09/2022
Cumpra-se a Lei nº 14.314/2022: piso salarial para

Jurídico
29/08/2022
ATENÇÃO para o prazo final do recadastramento de